

N

BR 2

domestica
transformação-
no qual o
internacional e
estruturadas
independência

Selecção de
relações
relações
relações

• Antropologia • Biologia • Física •

• Astronomia • Arte • Ciências •
• Comunicação • Direito • Economia •
• Engenharia • Filosofia • Física •
• Geografia • História • Literatura •
• Matemática • Medicina • Psicologia •

SERIE
FUNDAMENTOS

GLÓVIS MOURA

SOCIOLOGIA DO NEGRO BRASILEIRO





6.5000

SÉRIE
FUNDAMENTOS

34

SAFAC - Serviço de Apoio
FUNDAC - Fundação de Amparo à
Muitos outros livros e mais informações

CLÓVIS MOURA

SOCIOLOGIA DO NEGRO BRASILEIRO

99

Direção
 Benjamin Abdala Junior
 Editora Taurus/ Companhia
 Propriedade de todos
 José Roberto Barros
 Coordenação de publicação
 (Produção gráfica em cores)
 André Ricardo Teyssé
 Capa
 Agneta Lobo

ISBN 85-03-00363-7

1988

Todos os direitos reservados
 Editora Ática S.A. — Rua Marli de Aguiar, 118
 Tel. (044) 3788112 — Caixa Postal 5888
 End. Telegráfico "Marliópolis" — São Paulo

Sumário

Introdução	7
1ª Parte	
Teorias e procura de uma prática	
I. Os estudos sobre o negro como reflexo da estrutura da sociedade brasileira	17
1. Pensamento social diferenciado	17
2. O racismo e a ideologia do positivismo	20
3. Representa os intelectuais e imagens sociológicas de pensamento social	22
4. O dilema e as alternativas	29
Notas e referências bibliográficas	31
II. Sincretismo, assimilação, acomodação, ascensão e luta de classes	34
1. Assimilação e sincretismo	34
2. Do "primordialismo funcional" à "parceira" do cristianismo	38
3. Assimilação para acabar com a cultura diferenciada	42
4. Assimilação cultural e luta de classes	44
5. Da relação do negro "bêbado" à "desmoralização moral"	57
Notas e referências bibliográficas	57
III. Miscigenação e democracia racial, mito e realidade	61
1. Negação da identidade étnica	61
2. Desintegração da teoria e manutenção da realidade social	64
3. Crítica da ideologia social	70
4. O Brasil seria de um branco e negros	79
5. Ideologia de democracia que não passa de ideologia	86
6. Das Ordenações do Brasil à constituição o negro discriminado	95
Notas e referências bibliográficas	101
IV. O negro como grupo específico ou diferenciado em uma sociedade de capitalismo dependente	109
1. O negro como grupo sociológico	109
2. Grupos específicos e diferenciados	116

1. Grupos específicos versus sociedade global	124
4. Um desafio: literatura. Rio	128
5. Tensões da constituição	130
6. Uma mensagem de desintegração	140
Notas e referências bibliográficas	146

2ª Parte

A dinâmica negra e o racismo branco

I. Sociologia da República de Palmares

1. Prefácio "A liberdade entre as fôrmas e a sujeição entre as fôrmas"	175
2. Uma economia de sobrevivência	180
3. Como os políticos se comportavam?	186
4. Estrutura da economia palmarina	188
5. Organização familiar, política e religiosa	179
6. Relações com o mundo exterior	177
7. Administração e organização na República	179
8. Palmares: uma nação em formação?	188
Notas e referências bibliográficas	184

II. O negro visto contra o espelho de dois análistas

1. Um livro permeado de estudos sobre o negro	180
2. Quando o desafio quer superar o cotidiano	190
3. Os visos apontados à realidade científica	190
Notas e referências bibliográficas	200

III. A imprensa negra em São Paulo

1. Bases da estrutura de uma imprensa negra	204
2. Uma imprensa de luta	206
3. O negro brasileiro: o descoberto do "negro"	210
4. O brasileiro negro e participação política	210
Notas e referências bibliográficas	217

IV. Da insurgência negra ao elitismo tardio

1. Identificação com o cotidiano	218
2. Bases fundamentais do cotidiano brasileiro-globo (1930-1950)	220
3. Significado social da insurgência negro-branca	223
4. Propriedade, propriedade e renda	226
5. O negro brasileiro	227
6. O negro político	228
7. A estrutura do estado	231
8. Bases fundamentais do cotidiano negro (1950-1980)	236
9. Estructura do cotidiano negro com o capital estrangeiro	239
10. O cotidiano e o cotidiano em suas paradas	248
Notas e referências bibliográficas	249



O negro encontra um país para crescer,
o negro encontra um país para os braços.

Assim é Marinho

Introdução

Este livro é o produto de anos de vasto arco de pesquisas, cursos, palestras, congressos, simpósios, observação e análise da situação e perspectivas do problema do negro no Brasil, as suas diversas níveis, as posições dos grupos ou segmentos que compõem a comunidade negra, a ideologia hegemônica das classes dominantes e de muitas causas da sua exclusão. Foi quase, também, do mesmo contato e participação permanente na solução do problema racial e social brasileiro. Procura dar resposta a uma problemática em dois níveis. O primeiro é o teórico.

Não apresentamos diversas propostas de crítica epistemológica à maioria dos trabalhos de cientistas sociais brasileiros sobre a situação do negro na nossa sociedade. Procuramos resumi-las algumas formulações conceituais já muito difundidas na área acadêmica, sempre, na quase sempre, repetitivas de correntes teóricas que nos vêm de fora e quase nunca correspondem àquelas que seria mais correta chamar de enfrentar — como ferramentas da política social — uma problema sempre reconhecido no seu nível de percepção e análise social e racial.

O segundo nível de abordagem procura, através de métodos históricos-dialéticos, analisar alguns aspectos específicos do problema abordado, observando dar uma visão dialética e dinâmica de mes-

mas só o empastamento das letras dos caracteres cuneiformes da classe operária naquela fase que chamamos de neoneolítico antigo.

Tomando como ponto de partida a República de Palmares e fazendo a análise de trabalhos sobre escravizados, escravos, senhores, a história negra do São Paulo, após a Abolição e chapéus, constrói-se já, portanto, o conceito de neoneolítico antigo no último capítulo que trata condições para se entender não apenas o período do trabalho escravo, mas, também, como o negro se organizava posteriormente, inclusive em suas próprias organizações. Além disso, também, para que se possa entender alguns mecanismos da atual sociedade brasileira.

O negro urbano brasileiro, especialmente do Sudeste e Sul do Brasil, tem uma trajetória que tem decorrido no mecanismo de barganha entre que foram estabelecidos historicamente contra ele na sociedade brasileira. Não estão reproduzidas as estratégias de seleção racializadas para operar a que ele vivia como a permanência privilegiada ou compensação recorrente, para que as camadas baixas (brancas e/ou socialmente brancas) mantivessem no passado e mantinham no presente o direito de compra-los. Estratégias estratégicas que rompem no próprio grupo familiar, passam pela educação primária, a escola de grau médio até a universidade, passando pela entrada no mercado de trabalho, na seleção de empregos, no nível de salários em cada profissão, na discriminação vivida (ou manifestada em certos espaços profissionais, passam também nos contrastes entre seus opostos, nas barreiras ao casamento interraciais e também pelas restrições múltiplas durante todos os dias, mesmo à noite que representam a vida de um negro.

É, como dissemos, uma trajetória significava esta condição porque reproduz de forma dialética e transparente os diversos níveis de permanência em condições ideológicas pré-neolíticas como a de dependência racializada demonstrada, por outro lado, como a continuidade negra e não-branca de sua mobilidade para sua dificuldade em afirmar-se no seu cotidiano como sendo composta de desafios e não como a apresentada através de estratégias como segmentos religiosos, políticos, filiais de uma única instituição, naturalmente organizadas, privilegiadas, exclusivas e impopulares.

No São Paulo, com a situação de uma sociedade que desenvolveu até as últimas consequências os padrões e normas de capitalismo dependente, tende a perpetuar estratégias como contra de sua existência, podemos ver como, no mercado de trabalho, ele sempre,

segundo expressão de um sindicalista negro durante o II Encontro Estadual de Sindicatos Negros, realizado em São Paulo, em 1968, "o último é ser admitido e o primeiro a ser demitido". Este quadro deve intensificar, com desafios sendo apresentados ao presente livro, mostrando basicamente o comprometimento do negro urbano, quando ele não ocupa o espaço privilegiado ou apresenta espaços privilegiados. A grande massa negra que atualmente ocupa os serviços, lavadeiras, cozinhas, calçados e mais, áreas de marginalidade, periferias, periferias situadas, sempre, apresentando-se em termos de condições, e por vezes de marginalidade, discriminação, inclusive contra o próprio negro, mesmo próximos, lugares, desempregados, lavadeiras de empresas multinationais, cantoneiros de luxo, lavadeiras, domésticas, faxineiras, marginais, desempregados, aluguéis, assistência, porteiros das empresas das grandes cidades, malandros e desmoralizados no trabalho, encontram-se em estado de semi-escravidão.

Esta grande massa negra — operários —, historicamente baseada socialmente, através de estratégias neolíticas e estratégias estratégicas, colocada como a realidade de uma sociedade que já tem grandes fronteiras marginalizadas em consequência de sua estrutura de capitalismo dependente, é reprimida e marginalizada, inclusive por alguns grupos da classe média negra que não entram em contato com ela, não lhe transmitem identidade e mobilidade urbana, finalmente não a incluem como o centro neolítico do sistema racial no Brasil e, com isso, reproduzem uma ideologia que justifica a não participação, como o negativo do próprio problema do negro.

A sociologia do negro é, por isso, muito, mesmo quando escrita por alguns autores negros, uma sociologia branca. E quando os correntes brancas não querem dizer que o autor é negro, branco, mulato, mas querem expressar que há subjacente um conjunto ideológico branco que é aplicado sobre a realidade do negro brasileiro, como se ele fosse apenas objeto de estudo e não sujeito dialético de um problema dos mais importantes para o desenvolvimento estrutural da sociedade brasileira. Como podemos ver, o pensamento social brasileiro, a nossa literatura, nossa cultura e mesmo nosso cultural em que todos os seus níveis, está impregnado dessa visão ideológica, mesmo nos parciais, outros nos parciais impiedosos. O próprio negro de classe média interiorana tem valores de tal forma que, em um momento sobre o problema racial, convém de um sociólogo negro a afirmação de que ele deveria preparar-se para dispor a malandragem que opera no Brasil. "Por que não?", disse ele, um

sejam, ou permanecerem sabendo, que a General Motors só contrata trabalhadores negros como limpezas, sem nenhuma pretensão, sem possibilidades de fazer carreira, isto é, são excluídos para desempenharem aqueles trabalhos sempre considerados sujos, insignificantes e humilhantes.

Esta falta de perspectiva que impede ver-se a ponto exato o problema do negro e a consciência da sociedade brasileira, isto é, responder que o negro, apesar da cultura, poderá atingir uma institucionalização, isso demonstra o nível de alienação sociológica no momento de quem expõe o problema desta forma. O problema do negro tem especificidades, particularidades e um nível de problematização muito mais profundo do que o de trabalhadores brancos. Mas, por outro lado, está a um ligão porque não se poderá resolver o problema do negro, e sua discriminação, a preconceito contra ele, finalmente o racismo brasileiro, sem reconhecer que esse racismo não é espontâneo, mas tem causas estruturais, sociais, históricas e ideológicas que alimentam e se desenvolvem assim. Um negro detido de uma institucionalidade sociológica em termos. Tem de conservar a discriminação contra o negro no âmbito do trabalho interno da empresa, tem de cumprir suas normas rígidas, e, com isso, deixar de pensar como negro explorado e discriminado e reproduzir na sua comportamento empresarial aquilo que um executivo branco também faria.

A articulação do problema branco com o social e político é que alguns grupos negros não estão interessados, ou procuram não mostrar para os beneficiários da corporação beneficiária e espaço aberto para os membros qualificados de uma indústria classe média hierarquizada. Conseqüentemente tem oportunidade de enfrentar o perigo de se criar uma "sociologia branca". E tememos que alguns elementos negros ao concluírem a universidade, ao invés de se transformarem em ideólogos das estruturas sociais que não afetam o problema racial no Brasil, assim como os valores ideológicos dessa sociologia branca, o que levou o negro a continuar sendo objeto sociológico daqueles que dominam as estruturas sociais tradicionais brancas no negro.

Como se pode ver, não quero que exista uma sociologia negra no Brasil, mas que os elementos sociais tenham uma visão que reflita os problemas sociais do Brasil a partir do negro, porque, até agora, não penso ninguém, o que se vê é um círculo social que procura abordar o problema através de uma pseudo-imparcialidade científica que significa, apenas, um desprezo olímpico pelos valores humanos que estão envolvidos na problemática que estudam. Não observam

que os seus conceitos historicamente corretos (dentro da estrutura conceitual de sociologia científica) sobre o "do negro" do problema, não penetram na sua estrutura, não evoluem, não se desenvolvem à solução do problema social e racial do negro e por isso mesmo não deixam de uma ciência mais pura e que se supõe a consciência que a partir desse trabalho crítico no círculo acadêmico do qual faz parte.

No Brasil a maioria das instituições do problema do negro no qual para a sociologia, historicamente, ou mesmo como se afirmam falando de um equívoco. Na primeira posição, o negro vive no decorrer dos séculos, a sociologia, e mesmo a sua cultura, o que que entre as pessoas, as instituições religiosas, de cultura, linguística e outras ocupam o centro do universo dessas questões. Na segunda, vem a indiferença pela situação social do negro, distanciando-se, pelo contrário, a imparcialidade científica do pesquisador em face dos problemas raciais e sociais da comunidade negra. O distanciamento científico transforma-se em indiferença pelos valores humanos em conflito. E com isto o negro é transformado em simples objeto de observação.

É verdade que há, também, situações sociais que seguem uma perspectiva científica diferente. Não vêem o negro como simples objeto de estudo ou de um futuro objeto de institucionalização. Consideram como membro de uma comunidade explorada, discriminada e desqualificada pelos segmentos dominantes e a partir dessa posição intelectualizam e tentam a compreendê-lo, humanizadamente. Foi Ruy Bardi, apesar das suas crises, quem iniciou essa posição restrita no Brasil. Artur Ramos que poderia ter sido o grande precursor nesse sentido, embora sem questionar diretamente a sua existência e tal seja os pontos constituintes ao estudo do problema, deixou as influências pela polêmica e, depois, pela missão histórica-cultural que ele assumiu em a institucionalização sociológica e sociológica capaz de explicar e responder em bases científicas o problema. Bardi teve a sorte de criar uma "sociologia negra" que levou a resolução do problema do negro, institucionalizada em São Paulo, depois em outros locais do Brasil. Entre os seus continuadores temos Florentina Fernandes que conseguiu reter o problema em bases sociologicamente políticas e conservadoras. A ele, em São Paulo, devem continuidade a seus estudos Getúlio Band, Oscar Magalhães, Teófilo de Queiroz Junior, João Ramos Ruy Pente, Fernando Henrique Cardoso e, no Rio de Janeiro, além da obra clássica de Elio de Carvalho que se situa mais no pensamento de Artur

Franco, *embora dele divergência se faça e metodologicamente, os trabalhos de Theodor de Lamezia, Maria Bracilio, Luiz Mart, Teda Pessoa de Castro, Rilda Munho, Vividete da Costa Lima, Jefferson Adson Baioier, Pierre Verger, Joana Elbert dos Santos e muitos outros.*

No Rio de Janeiro podemos citar os nomes de Lana Lapa da Costa Lima, L. A. Costa Pinto, Carlos Hassenberg, Leila Gonzalez, José Estêvão dos Santos, sem que a listação destes nomes signifique esgotado de nomes por razões de julgamento do valor do trabalho dos demais.

Mais o que está caracterizando o mito que do problema do negro no Brasil é uma importante literatura sobre o assunto que surge e se desenvolve fora das universidades. Nesta particular, entre outras, os nomes de Arlenevaldo Papalardo, Martiniano J. da Silva, Jacó Chender, Hanes Pereira, Alguar Bastos, Otacío Farias, Luis Lima, José Alípio Gualter mostram como a preocupação com o problema do negro transcende o círculo acadêmico e transformou-se em uma preocupação permanente de camadas significativas da intelectualidade brasileira.

Isso é importante porque demonstra como aquilo que era uma sociologia sobre o negro brasileiro está se estruturando como uma sociologia de o povo o negro no Brasil.

Além dessa produção de cientistas sociais não-acadêmicos, divulgações das universidades, há, também, o trabalho relevante de pesquisadores vinculados pelas entidades negras sobre diversos assuntos ligados aos problemas raciais no Brasil. Inúmeros grupos de instituições organizadas pelo negro estão refinando e desenvolvendo seus estudos e partir de uma produção científica, operacional e organizada, têm está mostrando, inclusive, alguns acadêmicos que até aderem a discussão de qualquer problema dentro dos muros acadêmicos das universidades. E toda uma constelação de cientistas sociais que despois a partir dessas organizações se movem de reformas em objetivos das mesmas sobre o negro.

Essa livre surge, pois, ao momento em que o problema do negro está sendo novamente representado e questionado em face da necessidade de uma avaliação do que ocorreu em um século de luta. Há livre para ele. Há a mesma preocupação em levantar algumas questões que poderia dar explicação à sua situação de marginalização, pobreza, desqualificação e repressão social por parte de grandes segmentos da população brasileira. Não o movimento, pois, por uma questão de modo compreensivo (porque porque não há ainda a neces-

se não), mas como um material de reflexão para todos aqueles que não se esquivaram da importância do assunto, e, ao reconhecê-lo, podem fazer uma análise crítica sobre o comportamento adotado de uma grande parte da nossa mídia que os negros criaram com o seu trabalho durante quase quatrocentos anos como escravos, e, depois, com um tipo de trabalho livre.

Essa parte deviativa que foi do negro brasileiro em apenas cinco meses consensado pela população branca e rica, necessitou a dissimulação, e que deverá ser corrigido no Brasil não quer realmente tudo uma coisa inconsciente, como é o caso, isto porque temos em repetição, como parte de seu ser social, a política mais importante para a sua sobrevivência.

Sabemos que não seria apenas estudos, livros e pesquisas em uma política política que não produzem uma aculturação desqualificadora no pensamento do brasileiro preconceituoso-racista. Mas, de qualquer forma, nos trabalhos acadêmicos que se fazem uma política social capaz de reagir a repressão social em uma operação em que vive a população negra no Brasil.

1ª Parte

Teorias à procura de uma prática

A contradição entre a realidade da
rationalização do pensamento — o des-
tino da prática — e a teoria da prática po-
rém não resolvida.

Paulo Freire

I

Os estudos sobre o negro como reflexo da estrutura da sociedade brasileira

1. Pensamento social subordinado

Os estudos sobre o negro brasileiro, nos seus diversos aspectos, têm sido medidos por parâmetros acadêmicos, de um

lado, compreendidos com uma profunda imparcialidade científica, e, do outro, por uma ideologia racista nacionalista, que representa os interesses da superestrutura escravista, e, ao mesmo tempo, sua continuação, na dinâmica ideológica da sociedade competitiva que a sucede. Queremos dizer, com isto, que houve uma relativização dos mitos racistas reflexos do escravismo, no contexto da sociedade de capitalismo dependente que a sucedeu, reformulação que alienou os classes dominantes do contexto ideológico capaz de justificar o porveramente escravismo social, racial e cultural a que ela está submetida atualmente no Brasil através de uma série de mecanismos discriminatórios que se mantêm na hegemonia da vida negra.

Uma visão mais vertical do assunto está demonstrando, também, como mais estudos acadêmicos, ao ignorarem uma imparcialidade científica inerente aos efeitos sociais, aumentam, de uma forma, embora de forma indireta, a consolidação do pensamento social racista que está infundando as relações de trabalho negro. Essa tilde, quase toda ela proveniente através de estudos teóricos e metodologias metodológicas vistas de fora, atende-se de estabelecer

Tudo isso ajuda a explicar por que o sistema foi desenvolvido em condições, em geral, muito ou menos, e coerente com a produção. Não foram atividades clássicas e subordinação se repete o caso de Carlos Gomes é encontrado muito completa a obra *O cinema no Brasil de Taunay, os heróis e a modernidade*, sublinhando a sua personagem central, que era feita por um escavo feito Carlos Gomes também estava estudando as fontes através do momento de lançamento.

Após cada fase uma distinção é feita entre duas épocas por meio da abertura e encerramento do instrumento no seu uso real, incluindo muitas vezes, dentro desse processo a sua liberação. Os demais seguem-se em que se divide a classe musical em subclasse abstrata, e, então prosseguem, e separamos finalmente as sub-relações instrumentais entre flauta de encerramento e abstrato, flauta de encerramento. O que vem flutuando está a música e a seguir como um, assim mesmo, qual no Brasil, dependendo do seu espírito a sua afirmação como sendo romântica. Rascos, sendo também Rascos e S. Rascos.

[illegible]

Outros exemplos poderiam ser dados mas, ao que nos parece, já expusemos o suficiente para demonstrar como são feitas as representações de um mesmo social, o movimento, a vontade e a partir da compreensão deve-se fazer posteriores análises em profundidade o que envolveu o e sua família.

Uma exceção deve ser feita, no mesmo sentido, já no segundo dia do casamento e Castro Alves, provavelmente feliz que tenha recebido em sua obra o primeiro acolhido do mesmo signo na sua dimensão de rebelde, e na sua horizontalidade minimalista, oriundo-gemas com personagens negros. Com Castro Alves o negro se humaniza, deixa de ser o bento de carga ou o facinoroso, ou, melhor, compõe-se da galxia de humilhados e oprimidos de primeira ordem. Cas-

to Alvim é, por isso, o grande momento da linguagem brasileira, porque também o longo momento, como homem que pensa e reflete, que ama o livro. Um exemplo para mostrar a diferença de escritores: o estilo e a linguagem estão em Gonçalves Dias. Como Alvim escreve o seu grande poema "O navio-pedregoso" sem nunca ter visto uma dessas embarcações, pois o reflexo foi enviado em 1850, enquanto Gonçalves Dias que teve oportunidade de vê-las e descrevê-las, provavelmente em sua infância, já nasce o poeta como testemunha dos seus tempos.

“Cinema Alceu poderia se dizer algum lugar de crítica interpretativa, mas nunca um verdadeiro caso de desvio: no seu poema, por outro lado, quando menciona ‘Castelo e Palmarium’ se refere apenas àquela bela alcazara e não ao espaço entre o cinema. No entanto, ele inventa os valores e, ao lado de apontar-las como antigas, não acredita, apresenta-as como novas.

Essa literatura explica que funcionou como representação ideológica do sistema e apparatus cultural de manutenção que serviu a período do autoritarismo e permitiu ao sociedade de camponeses dependentes que persistissem ali hoje. Por isso, contamos com Lina Barreto, que esteve em 1921, e soube ser indígena há como personagem fictícia, como se tivesse na sua individualidade. Depois de Lina Barreto, quando fomos ao tamanho Afonso de Mello de André, os seus modernistas, contamos com a geração de 1930 de apressar os apressos camponeses pobres, sem autoridade, com criminalização individual.

Sergio está, *deleque Ricardo*, de José Luis de Argo, e *deleque*, de Jorge Amado, sem mesmo uma referência fidejante. Mas, de qualquer forma, as coisas se complicam de propósito das nossas escritas em relação ao negro. Deixa depois em claro o que o negro vai ser ou não, e a sua identidade em termos ideológicos. Mas a dúvida das nossas intelectuais e comunistas em particular, para com o negro, ainda não foi resolvida. A imediaticidade das nossas intelectuais em relação ao problema do negro de Brasil em geral, e do negro, em particular, ainda não se cristalizou em nível de uma reformulação das categorias ideológicas e críticas com as quais manipulam a sua imaginação. Ainda não temos, portanto, a certeza, o que vale dizer ideologicamente reconhecido

4. O dilema e as alternativas Toda uma produção cultural, que desafia, tem potencial, tem economia ou deriva de

Fundamental aprofundada do negro em seus diversos níveis, desenvolvendo-o de maneira diversificada produtiva.

pois não de claros, em qual ele está inserido, mas com particularidades que o transformam em um problema específico ou com especificidades que devem ser consideradas. Ser com que pouco se reconhece a generalidade ou quanto menos se tem a ideia de que a sociedade brasileira a partir das pesquisas patrocinadas pela Unesco, após a Segunda Guerra Mundial, estas generalidades humanas e elementares foram revistas com rigor científico e metodológico. Uma dessas generalidades refere-se, constantemente, à existência de uma democracia real no Brasil, exemplo que deveria ser tomado como paradigma para outras nações. Não é assim e o laboratório onde se conseguiu a solução para os problemas físicos em sentido planetário. Os resultados dessas pesquisas, no entanto, foram chorosos para os adeptos dessa filosofia social. Constatou-se que o Brasil não é democraticamente desenvolvido e o mito da democracia real é uma ideologia inventada para encobrir uma realidade social altamente conflituosa e discriminatória no nível de relações institucionais.

Agora começa o sociológico, antropológico e educacional — conforme veremos depois — que explicam imediatamente as relações humanas no Brasil foram altamente contestadas e criticadas em um novo ciclo de ataques aos problemas. Verificamos, no, ao contrário, que no nível de preconceitos entre muitos alunos é o mito da democracia real era mais um mecanismo de barganha a respeito da população negra no ponto de barganha no pretérito que social, cultural ou econômico. Em outras palavras não se poderia explicar a atual situação dessa população, e seu baixo nível de renda, e sua confinamento nos cortiços e favelas, nos penitenciários, slums e shanties, assim é a sua situação no momento.

Esses mecanismos partem de barganha à realidade social "verdade" do negro, com os diversos níveis de impedimento à sua ascensão no grande sociedade, muitos deles inventados, ao mesmo tempo pela ciência, os historiadores sociais que o impedem de ser um cidadão igual ao branco, e, finalmente, a desleitura socio-histórica que o mantém frontal e permanentemente após a Abolição, como cidadão, não compor os grandes blocos parciais da sociedade do capitalismo dependente que subsistia à escravidão, toda sua constituição é como se fosse um véio completamente se, preferindo-se, por isso, a elaboração de mecanismos para a sociedade e o sangue, mas mesmo desvalorizado do seu papel de realidade social, cultural e ideológica, mas visto apenas como realidade social religiosa transferida da África.

No entanto, após as pesquisas patrocinadas pela Unesco e que tiveram Florentino Fernandes e Roger Bastide como responsáveis no âmbito de São Paulo, L. A. Costa Pinto, ao Rio de Janeiro, e Theodor de Azevedo, no Rio de Janeiro, houve a necessidade de uma reconstituição teórica e metodológica por parte de alguns cientistas sociais, demográficos, em particular, Florentino Fernandes, Otávio Ianni, Euclides Viçoso da Costa, L. A. Costa Pinto, Clélia Moraes, Jacob Gersztein, Lúcio Lage de Lima Lima, Lúcio Lima, Dácio Freitas, Oscar Nogueira, Joel Rabinovitch, Carlos A. Moschis e alguns outros que, por enquanto não apenas com o tema acadêmico, mas também com o compromisso político comprometido na sociedade brasileira e os possíveis efeitos sociais da discriminação, estão tentando uma revisão do mesmo quando se refere a de pessoas racial, social e cultural das populações negras do Brasil.

Essa situação começou sob duas condições de realidade, tendo os efeitos, além disso, aprofundando-se, especialmente, o preconceito de que a realidade que certos setores urbanos da sociedade negra começaram a analisar criticamente sua realidade na qual não esperavam e reagiam contra ela. Desde o momento de efetuar alguns estudos sociais negros de reivindicação, não apenas pesquisando dentro de simples parâmetros acadêmicos, mas comprometendo-se com uma prática política, levantando questões, analisando fatos, expondo e pesquisando problemas, e, finalmente, organizando o negro, através dessa reflexão crítica, para que os problemas sociais sejam solucionados.

É uma contradição criada entre as categorias científicas e a prática que vem constituindo a última fase dos estudos sobre o negro. O negro como ser pensante e intelectual passou a ser uma ideologia na qual unem-se a ciência e a consciência.

Entendemos que não se pode falar, ainda, em uma consciência plenamente elaborada, mas de uma posição crítica em processo de maturação epistemológica e, além disso, que isso tudo, o que foi feito antes, quando o negro apenas como objeto de estudos sociais como objeto vivo no processo de elaboração do conhecimento científico.

Em face da situação devida à realidade, muitos cientistas sociais acadêmicos não sabem, ainda, esta posição como crítica classificatória, mas também metodológica como ideológica, dentro de fato, por de longe de ação e de combate. A realidade entre teoria e prática repugna a esses cientistas que ainda não querem pensar a inteligência negra participar do processo dialético de conhecimento.

é uma realidade que se estende sobre a zona brasileira ocidental. Há aspectos e dimensões entre as duas tradições: de uma lado a academia, universitária, que postula uma ciência neutra, apolítica, mas interferência de uma consciência crítica e/ou revolucionária, e, de outro, o pensamento elaborado pela intelectualidade negra ou sobre temas físicos discriminados e/ou caracterizados, talvez inseridos no referencial racial da zona realidade racial e social.

Evidentemente que esta marioneta negra está contendo a elaboração do seu pensamento, nada tendo ainda de consenso ou consenso. Muito pelo contrário: isso, porém, não quer dizer que seja o seu objeto de que a produção acadêmica, pois ele é elaborado na política social, enquanto a zona se estende a se desenvolver nas laborações partilhadas de saber acadêmico.

Podemos supor, por isso, duas condições diferentes que surgem a partir da realidade atual. Uma se desenvolve a propósito que a luta dos negros e demais segmentos, graças a/ou classes ou condições de inserção racial da sociedade brasileira e dimensões políticas, sociais e econômicas. De outro lado continua a produção acadêmica, cada vez mais distanciada da prática, científica e política.

Essa produção acadêmica evidentemente acadêmica, científica, ou seja, científica de laboratório, e pensamento dialético/racional elaborado pelos negros na sua luta contra a discriminação racial, o racismo, a desigualdade de renda nacional nos seus níveis sociais e físicos. Há chances de sobrevivência a proposta dessa política política, cultural, social e racial? No entanto, esse pensamento negro, elaborado pela inteligência negra/ou e/ou brancos/negros (por negros), tem a vantagem de ser baseado na prática, enquanto o pensamento acadêmico serve apenas para justificar certos acontecimentos.

Notas e referências bibliográficas

1. BASTOS, Gláucia. *História da literatura brasileira*. 2 ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1981. 2 v. v. 1, p. 137-138.
2. BASTOS, Gláucia. *O problema da negritude na literatura brasileira*. Colunista do *Diário da Manhã*, Rio de Janeiro, 12/1984. Ver também BASTOS, Gláucia. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro, Autêntica, 1987.

3. BASTOS, Gláucia. *Loc. cit.*
4. Da Coudal. "Os mais ricos, senhores e seus participantes de traços negros e mestiços, na própria instituição de ensino, propõem a luta de classes, de distribuição e redistribuição entre os setores da população da zona, de dependência ou não do Brasil e mercado de trabalho, efeitos da zona de dependência e subordinação, e desenvolvimento econômico da zona de dependência e subordinação. Para todos os setores sociais, a realidade brasileira não necessariamente com representações de uma humanização de fato da zona de dependência e subordinação, mas uma realidade em termos de outras consequências por seu desenvolvimento brasileiro tem como por uma atividade integradora e progressiva. Entretanto, apesar que se encontram as condições físicas e humanas da sua existência, mas a realidade é outra longe de ser pura para aqueles que desenvolvem que se encontram as condições físicas e humanas da sua existência no Brasil e na economia agrícola, as instituições sociais, humanas, acadêmicas, científicas e tecnológicas, e de análise e resposta das práticas mais próximas". G. Coudal, Robert Edgar. *Universidade*. São Paulo, Brasília, 1981. p. 128.
5. BASTOS, Gláucia. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1981. 2 v. v. 2, p. 135.
6. ... *Introdução crítica à sociologia brasileira*. 4 ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1984. p. 135. Sobre a conexão entre o pensamento negro de Oliveira Vianna e a sua defesa da sobrevivência é importante a conclusão de trabalho de Jussara Medeiros "Introdução ao estudo de pensamento político acadêmico brasileiro (1914/1917)", especialmente o item 5 "Racismo e Etnia" de capítulo II "Oliveira Vianna" *Revista de História da Política, Rio de Janeiro*, PUC, 17/12, Jan 1974. Ver também, no particular, VIANNA, Bráulio. *Amor*. Oficina Editora e Oficina de Arte. São Paulo, Gráfica, 1976, parâmetro.
7. FURTADO, Gilberto. *Agilidade e análise*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1944, p. 134-7.
8. AMARAL, Aurélio. *O Estado brasileiro e a realidade nacional*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1938, p. 330-4.
9. DIXON, William Wessell. *Ministério da Educação Brasileira para o desenvolvimento econômico*. 3 ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1966, p. 181.
10. JORRIS, Rosalind S. *O negro na literatura brasileira*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1984. p. 130. Cf. também por temas semelhantes, porém com princípios mais radicalizados que Jorjis, BASTOS, Gláucia. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro, Autêntica, 1987.

II

Sincretismo, assimilação, acomodação, aculturação e luta de classes

1. Antropologia e neocolonialismo

No presente capítulo queremos discutir a insuficiência de aspectos comumente empregados por alguns antropólogos brasileiros, especialmente no que diz respeito ao conteúdo das relações entre negros e brancos no Brasil. O equívoco, por parte dos antropólogos na sociologia, ao analisar o processo de inserção, da posição estratificada dos respectivos status portadores da prática da cultura diferente (sem levar-se em conta, portanto, a estrutura social em que esse processo de contato se realiza) leva à que se tenha, no máximo, uma compreensão superficial do problema, quando, porém, o seu aprofundamento depende do processo da própria dinâmica social. Isso porque, assim de reconhecimento entre cientistas culturais, temos de dizer o modo de produção no qual eles se realizam, sem o que ficamos sem possibilidade de analisar o movimento social desse processo. É só por exatamente essa problemática teórica que vamos fazer considerações para reflexão epistemológica dos interessados.

Queramos nos referir, aqui, particularmente, aos conceitos de *sincretismo*, *assimilação*, *acomodação* e *aculturação* quando aplicados em uma sociedade polarizada, e, necessariamente, dividida em classes e camadas com interesses conflitantes e/ou antagônicos, tais como o conflito que envolve de construtível à sua dinâmica, no sejo,

produzem a luta de classes, para mostrar e sermo já manifestamente consagrado nas clássicas peças. Achamos, por isso, que não seria inútil mencionarmos o lugar a uma posição reflexiva em relação aquilo que nos parece ser mais importante para levar à antropologia e às diferentes escolas da um modo geral (sem falar mesmo o negro, politicamente, de mesmo tempo, subordinada a um pólo antropológico externo) e sermo um papel mais vinculado à prática social, mundo, assim, de uma posição de crítica pura e contemporânea, explicitando da realidade empírica e somente reconhecida na sua própria existência (histórica). A crítica deveu consentir que como a uma certa classe social colonizadora, sendo pelo colonizado, rememore os próprios origens da antropologia e à sua função inicial de o colonizador do sistema colonial, à atividade política que ocorreu no sentido de nacionalizar a colonizadora e à necessidade de uma revolução crítica da sua significação no conjunto das relações sociais. A sua posição neocolonial e uniformemente ligada à expansão do sistema colonial deriva, como não pode deixar de ser, uma herança ideológica que permeia a se materializa em uma série de conceitos básicos, sob forte influência pelos antropólogos em nível significativo.

No caso particular do Brasil, o fenômeno se reproduz quase que integralmente. Certo pólo de referência refere, evidentemente reproduzindo o pensamento do pólo neocolonialista de forma aversiva, mas que se pode constatar não apenas no que diz respeito à antropologia, de presença bem recente, mas no mesmo pensamento social da população. Desta forma, ao colocarmos em discussão de relações entre os pesquisadores, devemos dizer que a transição do neocolonialismo não é apenas da antropologia no Brasil, mas do mesmo pensamento social de um modo geral, quase todo de influenciado, em maior ou menor nível, pela ideologia do neocolonialismo.

Além, a cultura de manifestações ideológicas da política da antropologia por parte da antropologia já foi denunciado e denunciado por intelectuais sociólogos, os quais, identificando com a estrutura conceitual formatada dos antropólogos neocolonialistas (colonizadores), começaram a fazer uma revisão dos seus conceitos e da sua função. Nesse sentido, nossa aproximação crítica geral do assunto, o professor Euzeglio Marinho mostra que

Para se compreender a manifestação do neocolonialismo e a persistência da ideologia do pólo de referência da antropologia pelos pesquisadores africanos, há de reconhecer, antes, a história crítica ou a crítica ideológica da antropologia desde os tempos do colonialismo até os tempos

como as demais potências europeias independentes, mas a única que se chama "Estado-nação".¹

Da mesma parte, já haviam-se morto em outro local que

„a subjugação de povos por povos não foi, contudo, um caso isolado. Não podemos aqui esquecer o fato de que há muito tempo as relações metropolitanas coloniais entre as diversas partes do mundo. Ora, esse interesse especializado ao tempo em que mostra a importância de se procurar estabelecer de uma dessas populações nativas em sua história de controle colonial, apresenta as suas verdadeiras dimensões completas desde os países tribais. A classificação era desconsiderada totalmente porque os nativos se apresentavam em seus países originais estranhos para aqueles de onde vinham muito mais. Daí a intensa busca antropológica em subestados tribais em conexão com os estudos nativos que mantinham a paridade social entre os membros das respectivas tribos.”²

Katharine Mastror, citando vários outros autores, refere-se a S. Adorno, de Bonn, o qual argumenta essa antropologia colonialista teologizava uma crítica naturalista opressora.³ Essa visão crítica está se enraizando e, mais recentemente, os professores E. Guggenheim e Semion Kuznetz, além de uma crítica sobreteórica, deram-se ao estudo das vinculações dessa crítica com ideais de inteligência e segurança das nações desenvolvidas.⁴

Comparando a sua análise da função instrumental dessa antropologia, o professor Maurolio Trapenberg afirma:

Esta visão da antropologia entre as imperituras e a antropologia, por ocasião do fim da Guerra dos Boers (1880-1902), as antropologias legítimas procuraram apagar suas contradições tanto em uma interpretação: “O Royal Antropological Institute apresenta, na época, as características de Estado para os Estados, a proposta para que as sociedades em sua e suas partes se apresentem como na África do Sul. Tal estado não é um inventar sobre bases políticas administrativas “nacionais”. A administração das povos coloniais sempre foi considerada tendo por objetivo para a aplicação de conhecimentos antropológicos. Os governos coloniais tinham nações diversas as suas a respeito do sentido da “colonização” das “tribos”.⁵

O mesmo autor passa a examinar a função instrumental dessa antropologia — chamado por ele de antropologia colonial — como funcionária da Administração Colonial nas colônias inglesas da África Tropical, dando curso da antropologia aos governos dominadores. A política da Administração Colonial, Meyer-Fortin escreve sobre algumas características dos Tallen e Rutgray mostra

o caráter de Ashanti, tendo sido objetivado o controle colonial, via este tipo cultural. Háve também os Tanguas experientes da antropologia aplicada aos quais um antropólogo propôs um bom conjunto de perguntas específicas formuladas por um burocrata colonial. O governo britânico na África e Costa do Ouro sempre permitiu a todos da época os nativos com posição tradicional e com melhores agentes locais da política do governo, o mesmo ocorrendo com o colonialismo belga que na formação dos belençários, segundo o antropólogo Ritscher, dedicava mais tempo ao estudo da etnografia e da história costumeira do que a Carl Broeckhe. Mas esta vinculação da antropologia com a ciência colonial vai mais além. Em 1928, Sandow e a história da International African para dedicar-se à pesquisa em antropologia e linguística. O colonialismo (das povos nativos) ajudou a administrar a formação e crescimento de uma sociedade indígena e progressiva. O East African Institute, por seu turno, especializou-se em estudos de antropologia social de integração da mão-de-obra, os estudos de as diferenças dos chefes de aldeias africanas passaram como agentes da política do governo colonial.

O Rhodes Livingstone Institute estudou a urbanização nas áreas de colônias da África Central e a West Africa Institute propôs as pesquisas apropriadas nas explorações agrícolas da Cameroons Development Corporation.

Mas estas pesquisas não se limitavam à área de exploração naturalista das regiões colonizadas. Desenvolveram-se também as análises de objetivos militares. De Maurolio Trapenberg que é “por ocasião da Segunda Guerra Mundial que o governo colonial-estatal empregou antropólogos com a finalidade de explicar a cultura das gentes *oupedas* *aqueles membros do Estado que procuravam do trabalho dos nativos como operários, os managers*”.⁶ Depois de citar numerosos casos europeus de aplicação da antropologia em projetos militares por parte dos colonizadores, Maurolio Trapenberg conclui:

O conhecimento antropológico pode servir as imperialistas, nesse modo, um “antropólogo militar” não poderia ignorar “do certo modo sempre usado no Centro Indígena do Parlamento Britânico sobre as condições de Cameroons (desenvolvimento de ele foi usado no sul).”

Como vemos há, de fato, uma vinculação entre as formulações teóricas e a instrumentalidade dessa antropologia. De um pesquisador citado por Michel T. Cline afirma que “vamos, a fim de evitar a guerra e a guerra em si, dos nativos para não guerrilheiros hoje, dos antropólogos para não guerrilheiros”.⁷

A falta de capacidade de captar as abstrações da religião superior é considerada a a deficiência religiosa afro-brasileira resgatada. Por sua filosofia dos fatos não hierárquica, mas demonstrar um pensamento que demonstra taxativamente que tanto as religiões africanas e de suas descendentes como o cristianismo passaram pelo mesmo processo de elaboração genética. A diferenciação aparente surge em consequência da interferência social, cultural e política das duas populações que foram tratadas etnicamente para o Brasil. É uma visão do dominador e não da religião superior que a ancora ideológica.

Calvo, portanto, apreia, um momento de reflexão tal que permite ao antropólogo brasileiro, ao principialemente aquelas influenciadas por um culturalismo colonialista, tentarem e incorporar a influência dessas religiões a partir dos pontos de religião dominantes?

O momento, para muitos de nós, somente é alcançado a partir da inferioridade das religiões do dominado, visto que qual a única análise sempre para depois que se incorpora ao espaço religioso do dominado, porém nasce, ou seja sempre, depois que o dominado incorpora a modificação do espaço religioso do dominado, consideramos, por isso, o processo sendo segundo Vladimir Yalovitzky e outros que seguem a mesma orientação teórica, na assimilação.

Como vemos, há uma assimilação implícita, subjacente, desta forma de analisar-se o contato entre os dois universos religiosos: religiões africanas e afro-brasileiras e cristãs, apesar de serem casadas. A assimilação supõe apenas um exemplo, não havendo possibilidade de um processo reverso? A esta possibilidade reage imediatamente a religião dominadora, criando sempre dentro dela uma resistência à sua "pugna".¹¹

Portanto demonstra que, mesmo inconscientemente, o referencial teórico da comparação, temas caros e sagrados, é a religião dominante, considerada, por exemplo, como superior. A posição de antropólogos, que se dizem imparciais, "científicos", não se distancia muito do que estamos afirmando. Porém de um viés não subjetivo, metodológico religioso: uma paternalista e/ou reducionista, por não considerarem as contradições sociais no solo das quais esse processo etnicitário se realiza, para considerá-lo pela assimilação da religião oposta ao conjunto etnicário de religião dominadora.

Muito se criticou que descrevem dar uma visão harmoniosa e compreensiva da inter-relação entre religiões diferentes sem de qualquer forma o cristianismo (incluindo aqui o catolicismo) como o referencial superior.¹²

O teólogo Leonardo Boff, por exemplo, refletindo esta situação, escreve assim o seguinte:

Pode ocorrer o processo inverso: uma religião sendo em contato com a cristianismo e, ao invés de ser dominada, ela encontra a possibilidade para dentro de sua identidade própria. Há uma situação em que o cristianismo está em contato com a religião-cristã, ela não passa por um processo etnicamente talhado. Contudo pagé é a fé de um povoamento pagão com concepções cristãs. Porém que dignas propoções têm na mente este tempo com a religião-cristã ou a religião-brasil.¹³

Mas, princípios e mesmo mais:

Esta não significa que a religião possa ser destruída de todo mundo. Significa apenas que ela deve ser incorporada, não apenas de forma parcial, mas também de forma total, como se fosse uma incorporação de cristianismo, como é, por exemplo, o cristianismo popular, mas no contexto da história da religião cristã. A religião cristã contém-se ao seu todo, e o cristianismo também de Deus não é mais um cristianismo cristão que é o cristianismo cristão, mas, por isso, o plano cristão de Por um Cristo cristão um cristianismo cristão.¹⁴

A isso, direcionada para uma linguagem antropológica, significa a assimilação, a transformação das religiões afro-brasileiras, em afirmação, em cristianismo popular, em religião que se pertence ao se aproximar dos valores dominantes do cristianismo, embora com espaço de consciência liberado pelo bilinguagem.

Quanto ao contato a assimilação ao processo momento no momento que se verifica entre as religiões afro-brasileiras e o cristianismo, especialmente o catolicismo, e, por isso, não houve das diferenças — hinduístas e outras — de como o fenômeno acontece de que da resposta ao contato entre as religiões indígenas e os grupos ou instituições cristãs.¹⁵

Para estes estudiosos, antropólogos, sociólogos e/ou teólogos, de várias formações teóricas mas todos convergindo inconscientemente nas conclusões, depois de um período de acomodação período de resistência, portanto, pela acomodação passamos a consciência pelo mesmo caminho de qualificação e processo de desenvolvimento fundamente na assimilação. E com isso as religiões afro-brasileiras, por influência, influência, e, por isso mesmo, incorporadas de dar resposta da linguagem e linguagem própria cristã cristã das afro-brasileiras, sendo difíceis na construção do cristianismo, religião capaz de responder a estas diferenças à medida que as afro-brasileiras fazem as suas particularidades cristãs e com as diferenças de cristianismo.

3. Asimilação para acabar com a cultura colonizada

governo como estratégia para não radicalizar a militância cubana e, assim, evitar a política das colônias. O chamado processo contraindustrial na metrópole também sempre tem papel "civilizador" em transformar as populações subalternas em países culturais e valores políticos do continente. Uma questão já foi analisada por Aníbal Cárden. De ele

14. por exemplo, o caso da presença forte da masculinidade progressista das populações locais, que não passa de herança, mais ou menos efetiva, derivada da cultura do grande caudilho. Contudo, há uma certa "heresia", ainda em parte e por alguma presença colonial, entre os jovens portugueses, e a prova mais evidente do tal transplante é o caso recente do seu caráter desarmado. (...) E isto não é o mesmo modo de existência do domínio estrangeiro perante a realidade cultural do povo brasileiro, sobretudo quanto a tradição popular, do conhecimento e da expressão, que ainda estão: tão cultivos e tão profundamente ligados ao conhecimento das condições humanas. (...) O caso não é o mesmo caso clássico, no momento do domínio estrangeiro sobre o país de sua vez e a masculinidade digna, no plano ideológico ou ideológico, da existência material e ideológica reconhecida por meio de o mesmo. Pois de verdade de um lado a cultura brasileira, desde o início, e a ideologia estrangeira posterior ou reagida, tal como se tem a evidência das relações entre o homem e a sua mãe e entre os homens e grupos humanos no plano de uma existência, sem o caráter social, econômico, histórico, etc.

Não são específicos do Brasil em relação às culturas afro-brasileiras tal conceito de liberdade religiosa, pois não encontra dentro de um país ocupado por membros de uma população étnica/religiosa, mas o conceito de auto-manifestação, a sua mais antiga etimológica é a mesma. Todas as técnicas de resistência à assimilação, desde a crença e reafirmação nos planos religiosos a "circulantes" de práticas tradicionais por instituições comunitárias, foram e continuam a ser empregadas para que a assimilação seja evitada. Apesar disso, algumas especificas nas relações étnicas entre "brancos" e "negros" em âmbito do direito religioso, o espírito de discriminação ideológica da religião cristã de maneira continua tratando no sentido de fazer com que, via institucional, de religiões afro-brasileiras sejam incorporadas ao bojo de instituições e organizações instituídas no nível de administração popular.

Exatamente uma escala de valores em que as diferenças relativas em cognição e religião se o cancelam como religião superior.

serviço como sacerdote. Logo a autoridade de se basear com que os religiosos chamados letrados, letrados, os franciscanos, mendicantes, os padres carmelitas ou outros de um modo geral, da mesma forma como, nos carmelitas italianos, se apropriou um franciscanismo progressivo de certos papalistas, através do monaquismo, não chegaram a um tipo e mais próximo possível do franco mero.

Essa classificação parece coincidir com uma análise esquemática da realidade via valores neoclassicistas. Ideologia que ainda faz parte do aparelho de dominação das classes dominantes do Brasil e de grandes camadas por ela influenciadas. Tomando-se como perspectiva de análise uma visão afiançada do problema, a contribuição que se tem é de que, de fato, essas religiões fetichistas encarnam deuses em incorporação às civilizações e a seus membros ou grupos, não individualizados, transformando em gestos existentes, em reservas religiosas que não mais representam os poderes da cultura que foi e está sendo destruída a cultura material. Politeísmo se, então, essas cultos religiosos não individualizados a eles não apresentados a eles associados como representantes do religião católica, resquícios do passado. Essas religiões são verdadeiras famílias distribuídas em presentes.

Politicamente os grupos representativos das religiões afro-brasileiras, passiva e ativamente mais funcionalmente não mesmos, mas, elas são desenvolvidas em muitos papéis religiosos, desde, mais, apenas, servem para serem vistas, de fora para dentro, como, não dizem ao espectador, mas como integrantes de uma manifestação religiosa que não se encerra mais no âmbito de destino da sociedade brasileira de sua cultura material. São, portanto, objetos de estudo para se documentar como a ecumênica incorpora as populações afro-brasileiras no processo civilizatório, e a conservação das suas religiões, por todo lado, servem para manter a existência de grupos que são diversos condições de acompanhamento e como assimilação do mesmo desenvolvimento social, cultural e religioso, acrescentando-se ao texto.

Em suma, não há, evidentemente, toda uma produção acadêmica baseada e diversificada. Há, sim, a participação de personalidades e autorizações científicas em questões de caráter religioso, sejam, todas, todas, porém, e o é a sua natureza essencial, sendo as questões afro-brasileiras as mais importantes inferiores do mundo religioso nacional.

O próprio paratextualismo de alguns, que se pararam a proporem paradoxalmente a dar uma estrutura populista a essas entidades (Ulisses Pernambucano, Sr. Kacyf), tem demonstrado como ainda estamos longe de ver essas entidades como um caso comum.

mesas normas de conduta religiosa de uma grande parte do povo brasileiro, de mesma forma que as religiões de outros países que para aqui vieram.

O que não se pode negar, mesmo sem se tomar qualquer partido religioso específico, é de que as religiões — como é o caso — é visto as religiões afro-brasileiras consideradas como outras religiões, e, no mesmo tempo, deixando-se o reconhecimento do direito — aliás plenamente justificável — para outras religiões que vieram posteriormente, como o budismo, do grupo japonês. Não já as incorporamos aos padrões de nossa cultura, pelo menos regionalmente, mas as religiões afro-brasileiras devem ser aceitas pelo padrão do brasileiro.

O que significa, em última instância, que interesse antropológico de parte de entidades governamentais, grupos e instituições religiosas, segmentos de própria comunidade cristã ou em relação às religiões dos descendentes de africanos? Todos os cristãos ou adeptos de outras religiões da mesma forma conscientes de incorporar a sua população? Por que o catolicismo e outras formas de cristianismo do mundo religioso afro-brasileiro devam ser vigiadas, fiscalizadas, assistidas e, muitas vezes, perseguidas, enquanto as demais religiões recebem atenção, conservação e desenvolvimento de padrões institucional, ou um sistema religioso, sem que sejam os rituais indígenas, indígenas, indígenas, indígenas ou portugueses?

É sobre este assunto que vamos nos deter no livro (último nível de reflexão sobre o assunto: As religiões indígenas, as ações transplantadas completamente para o Brasil, fazem parte de parte da cultura indígena antes que foram transformadas em população brasileira. Essas religiões não transportadas nem, por isso mesmo, necessitam modificação pelo espírito de dominação ideológica colonial, consideradas consistindo de populações "bárbaras" e que, por isso mesmo, foram incorporadas. A religião dominante, do colonizador, no caso brasileiro que estamos analisando, o catolicismo, faz parte desse processo de dominação não apenas no nível ideológico, mas, também, no nível de participação estrutural no processo de incorporação dessas populações.

4. Aculturação subjetiva e luta de classes

segue-se a de análise

Ouro conceito abundantemente utilizado pelos autores antropológicos e sociólogos no estudo das relações inter-culturais no Brasil, especialmente no relacionamento entre brancos e

negros e indígenas, sempre, de que este conceito foi o mais usado nos últimos anos pelos acadêmicos sociais brasileiros na abordagem do assunto. O conceito de aculturação é empregado constantemente e mesmo aqueles que explicaram a deficiência da forma abrangente e satisfatória as formas de contato permanente e as transformações de comportamento entre a população negra descendente (herdeira da Abolição, escravidão; depois, marginalização) e os grupos representativos da cultura dominante do ponto de vista econômico, social e, por extensão, cultural. Ora, em primeiro, quando estamos para explicar a cultura entre aquelas culturas que se expandem como transformadoras de "civilização" (colonizadoras) e aquelas povos dominados, ágrafos, considerados portadores de uma cultura primitiva, indígena (colonizada) e cujas práticas, por isso mesmo, foram mais permeáveis a uma influência modificadora por parte da cultura dominante, com longos períodos de assimilação.

Tudo o que a manipulação conceitual objetiva a demonstrar como essas culturas e povos dominados sofreram a influência das dominadoras e isso resultaria uma visão na qual os dominados também transformaram parte das suas práticas e estruturas que se incorporaram à sua ou cultura ou cultura. Com isso, os povos aculturados seriam beneficiados. Era como se não fossem com aqueles povos escravizados que foram incorporados e os indígenas que os povos indígenas de muitas ou povos dominados fossem beneficiados pela sociedade dominante. Isto é, que religiões, indumentárias, culinária, organização familiar deixassem de ser vistas como padrões permeáveis a influências ou grupos dominados e passassem à posição de padrões dominantes.

No mundo as coisas acontecem de forma diferente. No Brasil, e especialmente quando se trata de religiões dominadas, a indumentária continua sendo a indumentária branca, a culinária afro-brasileira continua sendo apenas uma espécie típica de uma culinária branca e assim por diante. Isto é, no processo de incorporação os mecanismos de dominação econômica, social, política e cultural permanecem determinando quem é superior ou inferior.

Para os colonizadores, ao contrário, o ato de "ver e ser visto" ou traçar o complexo cultural de uma ou outra sociedade e fundamentar como complexos socioculturais quasi isolados de tudo o que os outros em contato. Os elementos de dominação estrutural — econômicos, sociais e políticos — de uma das culturas sobre a outra ficaram fixados porque essas estruturas permanecem transformando sempre os brasileiros

a superestrutura: religião, educação, ciência, arte, direito, organização familiar etc. etc. em interação, mas, nos momentos, mais distintos de dar a lugar não se entendem as formas fundamentais de propriedade, conhecimento, energia, os membros de cultura superior como dominadores e os inferiores como tecnicamente dominados por estes termos os membros da primeira a posse das meios de produção.

O materialismo carol é historicidade do ser humano, não-eternidade, por isso, é a situação histórico-social em que cada cultura se encontra nesse processo. Dessa forma não se pode denotar a estrutura social do presente e não se consegue visualizar satisfatoriamente que são aquelas forças que propiciaram a dinâmica social e que, no momento, não têm mais a ver com os mecanismos de contato entre culturas. Para não esta dinâmica não está mais apenas horizontalmente traçada e complexos de cultura não se põem vertical que os membros de cada cultura ocupam as estruturas sociais, no ato, no sistema de propriedade.

Isso quer dizer que a aculturação não tem a ver com os mecanismos imprevistos da dinâmica social e sua modificação, no fenômeno social, a posição do dominado dos membros da cultura subdominada.

Em outras palavras os grupos brasileiros podem agir sobre as estruturas contemporâneas influenciando na religião, na ciência, na educação, na arte, na língua, nas festas populares, etc., no fundamental, esse processo não afetará as modificações da sua estrutura na estrutura econômica e social da sociedade brasileira, a não ser que proporcione não significativas no indivíduo.

Com isso queremos dizer que os mecanismos que impulsionam a dinâmica é a estrutura de qualquer sociedade política, dividida em classes, não em que nível muito mais profundo de que aquelas sobre a aculturação que não têm forças para produzir qualquer mudança social. Essa dinâmica não se dá necessariamente através das estruturas das sociedades políticas, estabelecendo ritmos maiores ou menores de transformação. Enquanto a aculturação ocorre-se em um plano passivo, a sociedade na qual esta cultura está organizada adota outra força dinamizadora que nasce dos antagonismos surgidos da posição que os membros no grupo de cada uma ocupam no processo de produção.

Isso não podemos chamar o conceito aculturação como aquele que iria explicar as mudanças sociais, mas, pelo contrário, sabemos que a aculturação em uma sociedade composta de uma cultura domi-

nadora e de outras dominadas culturais e desagradável moral dos membros das dominadas através de mecanismos mediadores que representam a perda dos membros das culturas dominadas. Aqui se denota mecanismos mediadores os membros das culturas dominadas subalternas e os membros da cultura dominante.

No particular, concordamos com O. Linschoten quando afirma que "é necessário distinguir entre cultura, como soma das estruturas materiais e morais de qualquer população e os sistemas sociais".¹¹

Isso porque os mecanismos que produzem a mudança cultural das pessoas relação com aqueles que produzem a mudança social. O problema de uma sociedade política dividida em classes não pode ser resolvido apenas através da aculturação. Muitas vezes, pelo contrário, a aculturação pode servir para difundir, nascerem ou desenvolver o processo de mudança social. Isso porque a estrutura social nos mecanismos diferentes daqueles que se tem no plano cultural. No caso específico do Brasil queremos dizer que enquanto as relações sociais e estruturais e o processo de aculturação, pouco se modificam no nível econômico, social e político a situação do negro portador das culturas africanas.

Em palavras mais simples, esclarecedoras e objetivas, a aculturação não modifica as relações sociais e contemporaneamente as instituições fundamentais de uma estrutura social. Não modifica as relações de produção. No que diz respeito à sociedade brasileira, os seus relacionamentos se mantêm, podendo dizer que há um processo constante daquilo que se poderia chamar aculturação. Uma exceção que tem a ver com os grupos das culturas africanas e afro-brasileiras realmente uma tendência permanente de contato com a cultura dominante, apresentando-se como uma tendência ao sistema do brasileiro. No entanto, do ponto de vista histórico-social, a soma constante pouco ou nada por dois períodos básicos que formam a 1ª e 2ª uma sociedade romana, 19 de 1949 até hoje uma sociedade de capitalismo dependente.

A direção de todos os grupos das culturas africanas, em contato com a cultura colonial-oriental dominante, finalmente, as mudanças horizontais no plano cultural, quase nada influem para mudanças estruturais da sociedade brasileira. O colonizador, como vemos, não dá elementos de análise e interpretação para além de os ritmos que determinam essas mudanças. Conforme vemos em outro capítulo deste livro, as populações dominadas em das culturas africanas, apesar do grande ritmo e intensidade do processo aculturativo, continuam sujeitas em mais baixos níveis de soma sociedade. Os níveis de dominação e subordinação quase que não se modificam, durante praticamente quinhentos anos. A dinâmica social que produz a mudança depende de um conjunto de causas que não têm a ver com

modo, ela é, em uma forma de separação para se proteger, para se defender porque se conhece há uma cultura, há um tipo de africanos, que está sempre identificada com a sua personalidade, não há parte inferior, não se encontra tanto uma fronteira para se proteger uma linha de separação da river, quanto a do lado ocidental é que não há parte que se distancie representando. Como reagiu da sua personalidade, que ele diz respeito, ele pode estabelecer uma barreira, que pode ser mesmo insuperável. Contudo, se que encontramos na África do Sul que é a religião que se encontra (temos mesmo "apartheid"). Ele tem uma separação, ele não, não não que não parte dos membros da rede e cultura, não não da cultura forte separada, não é uma religião porque os ritos não se encontram de outro culto, não não é um culto.

Essa longa história é para informar e fazer como estas ciências sociais, ao mesmo tempo, a identificação dos métodos relativistas, não em explicações mais simples ainda. Ora, o que Gerard Egan não explicou foi por que as suas ideias facilmente não se referem ao sentido inverso, não é, não membros de cultura oprimida pelo colonialismo. Também não destaca os métodos repressivos que os colonizadores usam constantemente, há uma situação de dominação violenta, contra as populações dominadas. Não há um antropólogo que se oporia a métodos positivistas e mais especificamente o conceito de preconceito para explicar os colonialismos e sua política, o comportamento das pessoas diante do poder e a violência política contra as populações colonizadas, estamos criando explicações que justificam a sua situação? Porque se nos tornamos mais individual é o responsável pelo comportamento social, político e militar dos grupos colonizadores e os seus atos apesar que há uma transformação, via criação de diá, de política do colonizador para que tenhamos o colonialismo e o descolonialismo.

Como vemos, a falta de historicidade, a desconhecimento de história por parte dos colonizadores e o subjetivismo do método positivista aplicado para explicar problemas sociais globais, foram os principais motivos sociais e se perdendo em ideias metodológicas de explicação e interpretação que não se encontram cientificamente.

5. Da religião do negro "bárbaro" à "democracia racial"

e se não, por exemplo, pelas dominações, condições de escravos,

Os métodos positivistas e ideias do sentido fundamental da sociedade ocidentais levadas. Em consequência disso, as suas religiões passaram

como um mecanismo de resistência ideológica social e cultural ao sistema de dominação que existe. Dessa perspectiva surgiram os elementos que foram citados para que se justificassem as ideias de separação, tanto no ocidente, que não se justificavam e não se referem à sua situação, tornando a postura da inferioridade, como a sua religião, que eram o aparelho ideológico fundamental do aparelho econômico escravocrata. De mesma forma como se justificou a escravidão do negro pela sua condição de "bárbaro", justificamos, concomitantemente, a perpetuação de suas religiões, por serem indolentes, salientes a dominação ideológica de seus valores ideológicos por Jean Eliezer dos Santos.

O problema histórico-antropológico, portanto, se levanta em consequência para responder-se a condição de julgamento que os estudiosos se passaram e se encontra até os nossos dias. Assim, podemos compreender melhor a atual situação dos povos indígenas que ainda vivem no Brasil para a interpretação da função das religiões afro-brasileiras e da situação do negro, do ponto de vista social e cultural, se sociedade de modelo capitalista que se estabeleceu no Brasil após a Abolição. Consequentemente, as situações estruturais com alguns antagonismos determinam um comportamento repressivo dos dominadores e, em consequência, um comportamento defensivo e/ou ativo da dominada. Se, no plano da colonização social, os métodos de escravos criaram uma ordem rigidamente ditada e ideologicamente em contradição e repressiva, do ponto de vista do negro há a separação de elementos para desenvolver a estrutura, tanto forma de resistência e sua condição humana, do ponto de vista político, social e econômico. E um dos elementos aproveitados é certamente a religião, que tem, a partir daí, um significado religioso específico, mas, também, um papel social e cultural dos quais relevantes como processo.

É nesse processo de choque entre as duas classes, consequentemente durante o regime escravista (domínio e escravidão), posteriormente, entre as classes dominantes e os segmentos negros dominados, discriminados e marginalizados, que vemos acontecer exploração para sua condição e, inclusive, para o grau de discriminação cristalizada no sistema brasileiromente chamado de preconceito de cor por grande parcela da população brasileira que se apropriou a ideologia das classes dominantes. As religiões afro-brasileiras, em suas doutrinas, devem ser consideradas inferiores, de um lado, e/ou escravocratas, de outro lado (colonialistas), de outro. Não se procuram vê-las como elementos que representam uma sociedade racial, indivi-

rica, cultural e ideológica de determinada sociedade étnica que compete à religião brasileira, mas como consequências de uma fase (o transporte da zona fronteiriça que passava por mudança).

Realizado um critério de julgamento a partir dos valores do dominador em relação ao negro brasileiro, por um mesmo, justificadamente escravizado, o julgamento de inferiorização dos negritos e demais povos das culturas africanas é uma conclusão lógica. A realidade que o sistema escravista criou o impacto dos escravos, procura responder-se contra o uso de apêndices ideológicos dos mesmos, como contradição) capaz de destruir os elementos negativos para que eles adquirissem consciência da sua situação de opressão e discriminação. A História nos mostra inúmeros exemplos ao particular. Nesse sentido, após-se para o apêndice ideológico dominador, no caso e ao tempo a Igreja Católica, o fim de desarmar esta unidade ideológica entre o mundo religioso do negro e a realidade do escravo. O catecismo sempre teve, portanto, as diferenças de julgamento. Os apêndices ideológicos sempre tiveram elementos de fricção, de negação, de forças opostas de forças bem mal, distorcidas, na medida em que negavam que os opressores deles se utilizavam para combater os socialmente ou se compensavam psicologicamente contra a situação de escravidão. Quando, em decorrência, o modo a uma religião, a necessidade de proteção (já em nível de teoria psicológica, pois esta, distorcida, não tem porquê de sua separação pessoal, grupos e a estabilidade e segurança do sistema. Os mecanismos repressores do sistema montados e há necessidade da cura da cura que se reconhecia no plano religioso e depois religião estrutural e a religião do dominador curar em seu mundo seria sempre constante. E com a força material e social que lhe é conferida pela estrutura dominante, procura desarmar a religião dominante, porque, transformando-a em religião de escravos. Não apenas no sentido objetivo, impossível, de conversão de uma religião, de um sistema consequente, de significação da sua visão, mas procurando subvertê-la e a partir da posição social em que os seus seguidores se acham. Era tentativa de desreligiosidade para de ser feita através de uma reconstrução, e de e mantida via valores de religião dominante e do desarmamento objetivo e imparcial de religião dominante.

Essa reconstrução do processo chega por concluir que a utilização do Brasil deveria ser vista, de um lado, pela formação de uma "democracia racial" distributiva e conservadora dos privilégios e da discriminação e, de outro, pela formação de um catolicismo estrutural

para, liberal, no qual se diluísse as religiões afro-brasileiras, incorporando substancialmente ao nível de um catolicismo popular, com maior expressão ideológica.

Vejam-se, mais de perto, como as crises ideológicas e a sua significação ideológica.

Em primeiro lugar, a religião dominante continuaria desarmando a estrutura da religião dominante, tentando pulverizar os fragmentos a sua unidade e incorporá-la ao bojo de sua. Com isso, os seguidores das religiões afro-brasileiras ficariam na contingência de se adaptarem aos padrões da religião julgada superior, ou, com isso, a assimilação se tornaria. O chamado processo civilizatório seria realizado e fatores aqueles grupos que ainda resistiram a esse processo teriam de capitular e, finalmente, seriam integrados ao religião superior.

Em segundo lugar, na sociedade escravista capitalista e filial de uma "democracia racial" (que conserva e protege os valores discriminatórios de dominados no nível de relações intergrupais) se apresentava como a filosofia vituosa, com isto, tornava-se unidade organizadora da sociedade brasileira e uma religião civilizada, racional, cristã, branca e capitalista. No entanto, é que significava concretamente esta conclusão?

Basicamente, manter a religião de classes, segmentar e grupos dominadores e discriminados. Na realidade de capitalismo dependente que se manifestava no Brasil, após a Abolição, necessitava de uma filosofia que desarmasse ideologicamente e uma situação de assunção passivamente, incorporando-a como sendo uma situação não-competitiva. Com isso, o aparelho de dominação procuraria manter no mesmo e classes oprimidas no seu devido espaço social e, para isso, havia necessidade de se neutralizar todos os grupos de resistência — ideológicos, sociais, culturais, políticos e religiosos — dos dominados. Como e grande maioria das experiências no Brasil é mantida de afro-brasileiros, africanos, de um lado, e ideologia da "democracia racial" e, de outro, continuou-se o trabalho de desreligiosidade das suas religiões, transformando-as em simples manifestações de lubrificantes.

No sequestro da passagem de escravismo para o modo de vida livre, o aparelho de dominação reapropria os ideologias de controle e as instituições da repressão criando-lhes uma funcionalidade ideológica e instrumental. Assim, então, do subjugação do negro senhor e de todo a sua mídia de subordinação do passado para a democracia

social atual, sustentada pelas classes dominantes que subalternam a classe subalterna. Com isto, refusa-se o apelo, há uma reatualização de certos valores subalternos no julgamento do momento e do tempo de sua ação social, no nível da ideologia, os valores afirmativos passam a ser vistos como manifestação do passado escravista ou da grupos marginal que não tiveram condições de compreender o presente e que, por esta razão, deverão ter apenas valores ditados da nova realidade social cuja mudança eles não captaram por incapacidade de compreenderem o ritmo do progresso, da mesma forma como não compreenderam os valores do cristianismo.

Além de procurar uma a desatuação para o tempo dos países de resistência como se fosse um o quilômetro, mas, em vez, em uma situação constante, a filosofia da resistência e da subversão, de um lado, e da subversão, de outro. Toda uma geração de mestres e mestres, após a Revolução, os encorajou desta maneira ideológica tal que, posteriormente, surgiu os primeiros mestres que tentaram, especificamente, as relações sociais no Brasil, sendo que o seu primeiro, Nina Rodrigues, embora tendo em a visão positivista em relação aos africanos e descendentes, jamais negou a sua posição quanto a adoção, por ele, de africanidade racial do negro.

Agora, já não é mais o mestre que luta contra o mestre, mas um segundo majoritário na sociedade (a afro-brasileira), aprendendo a ensinar discriminando, que é apresentado com o seu perfil para a política das dominantes.

Para compreendermos esta situação, devemos dizer que os conceitos da antropologia que tentamos analisar representam doutrinas ideológicas que justificam o colonialismo e o imperialismo. Fugindo da análise as forças construtoras e sociais históricas que dão dinamismo às sociedades, essas doutrinas sociais procuram, através de conceitos como adaptação e cultura, explicar uma realidade, criando uma justificação lógica para os mestres e acadêmicos subalternos porque não se incorporaram como mestres de fato à luta pelas transformações das sociedades subalternas pelo domínio colonial e neocolonial. Desta forma, ao invés de os mestres e acadêmicos, transformando-se em uma classe socialmente consciente, os mestres e acadêmicos, transformando-se em uma classe social da migração cultural e social.

Enquanto mestres classes em luta, os dominantes permanecem, sempre, alheios do seu aparelho de dominação, dentro os países da

resistência econômica, social, cultural e política dos dominados. No particular do Brasil, o trabalho dos dominantes, durante a escravidão a institucionalização após a Abolição, sempre foi visto como fonte de perigo social e racial, criando-se, por isto, inúmeras organizações paramilitares contra o seu funcionamento. Como resultado de tudo isto, ao longo do tempo que essas organizações dominantes mostram todo um aparelho de pensamento e ideologia, apegando-se, através dos seus filhos de dominação, que sempre uma democracia racial, isto é, um oportunismo cada vez mais de uma religião dominante e de um modelo de homem que se apresenta, também, cada vez mais, de forma europeia. E com isto, a ideologia da colonização torna-se visível.

Somente em uma sociedade não-competitiva, as religiões, como representações, terão possibilidades de se desenvolverem em setores de instrumentação de dominação social, política e cultural. Todas elas, então, terão possibilidades iguais, não havendo, por isto, religiões superiores ou inferiores (dominantes e dominadas), mas grupos organizacionais religiosos que praticam em liberdade e de igualdade em uma cultura, cada um ocupando o seu próprio espaço na exploração intelectual do mundo, sem reproduzirem, na competição religiosa mundial, a competição e os níveis de exploração e dominação que a sociedade capitalista cria na terra. Com isto, a despotização instrumental das sociedades por falta de função e instrumental para os mestres.

Notas e referências bibliográficas

1. MARXISTA, Eusebio. A antropologia e a colonização do México. *Revista Afro-brasileira*, Rio de Janeiro: CEA, 1974, p. 101.
2. MICHA, Cláudio. A antropologia para os mestres. São Paulo: Oficina de Estudos, 1974, p. 11.
3. ACHILLE, Jean-Pierre. *Religião e desenvolvimento*. Paris, Union Générale d'Edição, 1972. *Chamamos a atenção em relação para o capítulo que trata o 2º ponto de vista, "Religião e desenvolvimento", no qual um pensamento sobre o assunto é posteriormente exposto.*
4. GARCIA, José, José e Kottler, Sérgio. A cultura dos países e os mestres dos países (parte 1) "colonialismo científico" da antropologia. *Coleção Social Contemporânea (Análise de Ciências da UNESP, Littera 2)*, 1973. Pádua.
5. TRACHTENBERG, Maurício. *Sobre antropologia, política e subversão*. São Paulo, Autêntica Acadêmica, 1982, p. 29.

⁹ Idem, *Reflexões*. Ainda sobre o sentido da uma antropologia aplicada para re-estabelecer a colonização e a nacionalização é interessante ressaltar a oposição de um dos seus principais textos (na obra *Antropologia social*, 2.ª edição, R. E. Evans-Prichard): "Como as antropologias sociais expõem as principais formas das sociedades primitivas, é evidente que a religião que nos oferece e os costumes e que dispõem das algumas relações com as problemáticas da administração e educação dessas sociedades. Compreendendo o fundamento, pois, que a um governo colonial quer administrar uma comunidade através dos seus chefes, comete-se de saber quem são, quais os seus direitos, os tributos, privilégios e obrigações." (...) A importância da antropologia social para a administração colonial tem sido evidenciada, de forma geral, já desde o princípio do século. O Ministério das Colônias e o governo colonial desenvolveram um trabalho conjunto para estudar e se apropriar desse campo [...] De governos coloniais onde de acordo com que é muito difícil que os seus funcionários possuam um conhecimento elementar geral da antropologia [...] A partir da última guerra o Ministério das Colônias tem desenvolvido um maior interesse pela antropologia social. Colônias e funcionários possuem duas tipos de grande interesse de tendências coloniais [...] Além de encontrar-se em uma situação mais favorável que os países antes para descobrir os fatos, os antropólogos têm de suas possibilidades de análise sociológica efeitos de uma mentalidade administrativa, pois a sua preparação proporciona a separar repetidamente um local no qual a terra não importa. Por isso, podem os resultados para descobrir os governos coloniais, não apenas para descobrir os fatos que os povos locais estabelecer rapidamente um plano de ação, como, também, para alcançar os possíveis efeitos que qualquer medida possa ocasionar" (EVANS-PRICHARD, R. E. *Antropologia social*. São Paulo, Nova Fronteira, 1953 p. 94-95).

¹⁰ FLORENTINO, Marcelo, loc. cit.

¹¹ CUNHA, Michel T. (coordenação) e colaboradores. *As vestes sacerdotais*. Opúsculo, Rio de Janeiro, 206, mai. 1975.

¹² VALLADARES, Waldemar. *As vestes sacerdotais afro-brasileiras*. São Paulo, Nacional, 1953 p. 134-3.

¹³ LACERDA, Juares Elvino dos. *A antropologia ideológica dos fundamentos ideológicos*. Arquivo de Cultura Popular, Rio de Janeiro, Volume, 7-23 de set., 1973.

¹⁴ Uma fase que compreende a e a religião-dominante são povos e instituições no seu ambiente sociológico-com religioso "religioso" e "pagão" foi a promulgação pelo Vaticano da Missa dos Quilombos da ordem de D. Pedro Calábria e Pedro Terra. Sobre essa promulgação afirma com propriedade Marilene L. de Silva: "Essa missa instituiu uma realidade importante e foi a Missa dos Quilombos passou a ser promulgada de todos os lados: enquanto a Comissão Pastoral do Rio Verde quer que haja de sua missão de missa, a Igreja Romana, por intermédio do arcebispo, não apenas permitiu a celebração. Como se vê a razão importante é de fundamentar uma e a parte sagrada não só por parte de sua origem, demonstrando especialmente os aspectos mais propulsores e decorativos, inclusive da Igreja — mas principalmente dos laços com a cidade

e das dirigidas da Conferência Nacional dos Bispos, CNBB. E visto que a capital mais desenvolvida e importante da Igreja Católica, com sede no Vaticano, e também a sede da Igreja pelo mundo, tem como principais fontes de ideias para os seus membros e dos membros da Missa dos Quilombos, por exemplo, Roma, não apenas, mas como a Missa dos Quilombos e o Cristo Negro, não apenas sagrada para povos, quando não são colocados em contato no fundo dos seus pela Comissão de Defesa da Fé e do Santo Ofício, também de inspiração, realizada atualmente no Vaticano, responsável pelo rito da celebração religiosa "liturgia, Marilene L. de Silva, *Religião e Ideologia*. São Paulo, Quilombo, 1973 p. 124-3. Outros exemplos de missas instituídas de uma cidade em que há de ser a Missa da Nação são: Soares de "Uma missa em nome da 'cidade' católica em homenagem ao lugar em São Paulo, há cerca de dois anos (primeira de qual cidade a capital de 1975, CNBB, quando a Secretaria da Pastoral Indígena da Igreja Católica e a Igreja do Quilombo, em conjunto com o Estado do Rio de Janeiro, demonstraram a iniciativa como profundamente necessária no espírito católico, não apenas pela sua de promover as religiões africanas" [...] Os textos religiosos são derivados de documentos pelo *Povo do Rio de Janeiro* e 11 de fevereiro de 1977, em reportagem intitulada "Povo não quer Xangai". Revisando os acontecimentos, a reportagem afirma as possibilidades tomadas pelos membros de um movimento para a realização de uma missa, no Espírito do Brasil: "... É um tempo mais do que apropriado para a celebração profana. Mas agora é um tempo profano, celebração com a comunidade negra, e sempre não apenas disponível para aqueles que desejam, incluindo aqueles e reportagens, que trata a expressão católica: "Profissão de fé, a missa foi celebrada no templo". Missa com o 11-11 pois, com o 11-11, não. Assim é que do tempo da Igreja do Rio de Janeiro, local de Silva, comentei antes a decisão do Padre Roberto de Aguiar, de Igreja do Rio de Janeiro, no Largo do Pórtico, de não oferecer a missa em comemoração à inauguração do maior templo da comunidade do Brasil. Um pouco mais, se há de ser celebrada de volta os 190-quecentos anos para a missa, que não acompanhada por dogmas e valores. (...) O cancelamento de missa, portanto, não impede que se suponha de considerá-la um documento para o Largo do Pórtico e, assim, se reconheça a Missa Pro, depositando um trabalho de casa. Porventura de um sistema de CNBB, as Igrejas de missa, através à missão laica, também de missa em celebração da vida" (FLORENTINO, Marcelo. O governo do negro brasileiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976 p. 111-2). Como vimos, a primeira celebração ocorreu a promulgação pela Igreja de uma missa de um que considero para fazer com que os membros da religião dominante possam mais processo de conversão quando o espaço de vertida, os fundamentos de expressão ideológica são associados ao mesmo porque os membros de dentro.

¹⁵ Aqui não, em relação aos católicos que os membros das religiões afro-brasileiras, afirma consideração por Missa uma ou religião não reconhecida. "Eles (os africanos) não se permitem misturar com as religiões, os católicos católicos e não apenas das religiões. Toda religião que não é a sua

é uma criação dos homens, enquanto que a sua natureza é uma criação de Deus." (Jelski, *Karl Marx da filosofia*. São Paulo, Flama, 1966, p. 112.)

¹² Scott, Leonardo. *Aspetos sociológicos da democracia*. Arquivo de Cultura Futura, Rio de Janeiro, Brasil, P. 23 e seq., 1977.

¹³ Idem, *Idem*.

¹⁴ Poderia dizer que estamos apresentando duas estruturas, as quais são caracterizadas exclusivamente em produção sociológica e sociológica teórica. Não, pois, em ambos casos, sociológica e sociologia, no decurso da produção sociológica, como a da estrutura da sociologia, temos a mesma estrutura. Concretamente, não a partir do momento que estamos propostos para nos ocupar a história de uma pessoa ou de um sistema de que constitui, não é, mas também social e sociológica mas é em razão de sua condição de indivíduo de que como indivíduo. Por outro lado, não queremos insistir, em absoluto, a respeito dessa estrutura, no que se refere às produções mais diversas, incluindo aqui as várias produções em todos os graus da sua atividade, porém ressaltar a que trata da história cultural indígena. Não queremos fazer a história e a nossa história de cultura que abrangem os sistemas e os seus aspectos filosóficos da história sociológica e sociológica. Por fim de tudo sobre a teoria, pois, a que se vê a sua produção da estrutura da estrutura para justificar todos os resultados.

¹⁵ Castells, Antonio. *A nova ordem social*. In: _____. *Grupos e estruturas*. Lisboa, Temas Nove, 1975, 2 v. 1, p. 120.

¹⁶ Lefebvre, Gaston. *Sociologia social*. Rio de Janeiro, Zahar, 1969, p. 101. Para se ter uma ideia da diferença entre a cultura e a social e a possibilidade de haver mudança cultural sem mudança social. Cf. Hobsbawm, E. J. *Condições da história*. New York, The Century Press, 1959, p. 2 e seq.

¹⁷ Bachelard, Gaston. *Cultura e cultura: problemas de estrutura no Brasil*. In: _____. *Grupos no Brasil*. Rio de Janeiro, Companhia Brasileira, 1966, p. 147. Vale lembrar que os seus estudos sociológicos sobre o Brasil, uma escola brasileira. Arquivo de Arquivo Histórico. São Paulo, 41 p. 120 e seq., 1962, p. 120. *Aspetos sociológicos do Brasil*. São Paulo, Nacional, 1962. Mas é no seu livro *Grupos e estruturas* onde se pode ver a história da estrutura da estrutura e a produção de uma nova estrutura.

¹⁸ O conceito de sociologia da cultura também não é satisfatório, pois, de qualquer maneira, já expressa uma visão crítica sobre sociologia.

¹⁹ © "Cultural Systems" Gerald E. A. Miller. "P. 1 & 2" *File e Culture*, London, 1964, vol. 192.

III

Miscigenação e democracia racial: mito e realidade

1. Negação da identidade étnica

Grande parte da literatura especializada sobre relações raciais no Brasil constitui afirmação, por preferências ideológicas, que o Brasil é a maior democracia racial do mundo, base que se evidencia na grande diferenciação cromática dos seus habitantes. Afirma-se, sempre, que o português, por razões culturais ou mesmo biológicas, tem predisposição pelo relacionamento sexual com outras etnias, motivo pelo qual consegue democratizar as relações sociais que estabeleceu naqueles dias em que a sua cor era determinante. O Brasil seria o melhor exemplo desse comportamento.

Em outros países estabeleceu-se uma pose ideológica sobre a miscigenação (que é um fato biológico) e a democratização (que é um fato sociopolítico) tentando-se, com isso, identificar como uma forma de prevenção institucionalizada. Todavia não sabemos que a miscigenação é um fenômeno universal não limitado aos negros ou mestiços no mundo. A sociologia demonstra que o casamento misto é muito comum, quer na Europa, quer na África, Asia ou América. Nada tem, pois, de especial ou específico o fato de português, em determinadas situações sociais, estabelecer como o relacionamento sexual com os negros das suas colônias, isso que, em absoluto, significa a democratização racial como conceito e realidade.

lado, uma ideologia raciocionalista capaz de reconhecer as condições reais sob as quais os constantes incômodos se realizam no Brasil.

Como vemos, a ideologia étnica do brasileiro é sustentada por mitos edificadores, aqueles pelos próprios não-brancos e negros especialmente, que procuram esquecer a sua situação a respeito da realidade por uma deformação e exageração imaginária construída na qual o dominante se refugia para evitar-se ou neutralizá-lo, o mais possível, dos símbolos criados pelo dominador.

2. Evolução da história e a reconstrução da realidade social

denuncia como há uma grande desajustação social, adquire desta crítica metodológica. Ao estabelecermos como um verso de análise a estrutura rigidamente hierárquica a qual mais vezes foram ordenadas, de acordo com um sistema de valores discriminativos, através de instituições centralizadas, hierarquicamente montadas para conservar o sistema, objetivando manter as separações e grupos dominados que através dessas de sua estrutura, mostram como se confunde o plano ideológico, ideológico, portanto com a social e econômica.

De um lado, ao se dizer que há uma democracia racial no Brasil, e, de outro, ao se verificar a situação dessas etnias não-brancas no espaço social, chega-se à conclusão de que a sua inferiorização é decorrente das próprias deficiências ou divergências dentro grupos e/ou segmentos étnicos com o processo civilizatório. Porquê, se os direitos e deveres são idênticos, as oportunidades deverão ser também idênticas. Como tal não acontece, como veremos mais tarde, a culpa pelo estado social dessas grupos é de dois princípios: ignorar, assim, sobre as segmentos não-brancos oprimidos e discriminados, e de outro em particular, a culpa da sua inferioridade social, econômica e cultural.

Para compreendermos melhor esse processo/problema devemos analisar algumas particularidades significativas da formação das estruturas sociais no Brasil. Algumas sociólogos negam, especialmente que, sob o ponto de vista, os negros e povos em situação de inferioridade, não possuem sustentação e base de integração social,

A sociologia dos problemas sociais a partir da afirmação de que há uma democracia racial no Brasil

irão formar a primariedade das cidades que se desenvolveram no o campo livre e anárquico agrícola. Porém, assim, observamos e incorporamos, por automatismo, as novas classes que aparecem após a Abolição. Irão sempre a classe operária e camponesa em uma diversidade social e econômica, esta incorporação, portanto em um grau de igualdade com os demais trabalhadores, então de fato, especialmente nos países Suécia e Jap, vindos de outros países, como originários.

Mas se isso não aconteceu exatamente assim. Em pesquisas parciais que analisamos, no jornal *Avanço*² e no trabalho documental feito pelo professor Sidney Sérgio Fernandes Silva, tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo, a imprensa anarquista que então circulava não reflete nenhuma preocupação ou desejo de igualdade com os negros, mas, pelo contrário, chegava mesmo a recusar artigos nos quais era visível o preconceito racial. Como vemos, aí, de um lado, os negros agremiados das reuniões são então incorporados a uma proletariado nacional, por automatismo, mas irão sempre a sua frange marginal, de outro, de ponto de vista ideológico, nega, já como uma maneira de comportamento da própria classe operária, os elementos ideológicos de fusão social segundo os preceitos da cor. E isso também levou pouco a pouco um papel diferenciado dentro do próprio proletariado. O negro e outras etnias não-brancas não foram, assim, incorporados a uma proletariado nacional, mas foram sempre a grande frange de marginalização própria pelo modelo de capitalismo dependente que substituiu o escravismo.

Em 1899, por exemplo, escreve Florentino Fernandes:

Os negros representam com 70% do pessoal ocupado nas atividades artesanais, com 51% do pessoal ocupado nas atividades agrícolas. Nas participações nos setores mais altos da estrutura ocupacional estão em proporções de 31% dos operários e 16,4% dos capangas todos os trabalhadores. Contudo diferentes as condições sociais e culturais, as condições de que depende a vida e o trabalho.³

Neste processo complexo e ao mesmo tempo contraditório da passagem da escravidão para o trabalho livre, e logo a seguir a incorporação e apertamento, naturalmente, como sendo incapaz de trabalhar como análogo. No entanto, durante o escravismo, o negro estava satisfeito e eficientemente em obter manutenção e sobrevivência. Thomas Scharif escreve em 1940: é que:

Tanto o negro quanto o trabalhador não capitalista, pequeno, rural, artesão, artesão, artesão de latitudes e condições de condições de trabalho e de participação, portanto de condições culturais,

de lampiões, artilharia de praia, balneários integrados. E também um comércio que imagina os cartões, as pastas emolduradas, sapatos apertados e outras coisas por vagar e mesmo no leilão! O O vigiava as vendas na praia dia e em qualquer lugar que é o verdadeiro da primeira cidade. Então os produtos de outros são vendidos por terceiros e depois os próprios."

Segundo Nelson Ferreira Lima, os negromercadores trabalhavam em diversas atividades artesanais. No Rio de Janeiro, de mesma forma que Embaixé, os negromercadores Spix e Martins observam que "entre os materiais, são muitos os que manifestam muita capacidade e diligência para as artes mecânicas. Trabalhavam, também, nos trabalhos, na construção de barcos, na pesca de tubos, na refinação de açúcar de cana-de-açúcar e em diversas outras atividades". Em várias outras regiões desenvolviam as atividades artesanais e manufatureiras aproveitando-se do trabalho dos negros escravos. No Maranhão, por exemplo, ainda segundo Spix e Martins, dos 4.000 profissionais artífices existentes em toda a província, quando mais fosse contados por mil pessoas (1811/1820) mais de 3.000 eram negros. Vejamos os números:

Período	Lima	Embaxé
Artífices	81	90
Escravos	4	1
Carpinteiros	150	200
Bastidores	66	42
Carpinteiros Navais	66	38
Bastidores	8	—
Perfiteiros (em São Luís)	27	21
Tanqueiros (em São Luís)	2	1
Manejeiros	28	27
Carpinteiros	42	11
Pedreiros e Bastidores	600	600
Pedreiros e Bastidores	60	5
Carpinteiros	4	1
Escravos utilizados nos pedreiros	—	1.000
Total	904	2.000

TOTAL: 2.904

Fonte: Nelson Ferreira Lima, *Indústria artesanal e industrial do Brasil*.

Na área de São Paulo o mesmo fenômeno se verificava. Os escravos ocupavam praticamente todos os espaços do mercado de trabalho, desenvolvendo a produção em nível de massificação. Também tinham oficinas que depois seriam ocupadas pelo trabalho imprimeiro. Segundo o censo realizado de 1812 o quadro era o seguinte:

Condição social	Embaxé	Trabalhador livre	Total
Carpinteiros	87	500	586
Ministros e carpinteiros	1	47	48
Total em madeira	88	546	634
Total em metalurgia	30	380	410
Total em ferragem	25	500	525
Total em tecidos	124	664	788
Total em vestuário	2	130	132
Total em outros e papel	38	196	234
Total em calçados	8	50	58
Total em agricultura	600	1.757	2.356
Obrigos e prêmios	500	2.000	2.500
Serviços domésticos	1.000	1.000	2.000
Sem profissão	477	0	477

Fonte: Barão Vitor de Castro, *Os costumes do Brasil*.

Os negros não eram apenas os trabalhadores do alto, que se proteavam apenas para as fazendas agrícolas de terra e não para o simples trabalho braçal primário era necessário. Manufaturação da madeira do trabalho dos escravos era mais diversas atividades, especialmente no setor artesanal. Em alguns ramos eram mesmo os mais capazes como, por exemplo, os metalurgos cujas técnicas trazidas da África foram aqui aplicadas e desenvolvidas. Na região mineira, por exemplo, foram os únicos que aplicaram a descoberta da metalurgia. Também tinham a habilidade de aprenderem com grande facilidade as técnicas que aqueles primeiros portugueses que aqui aportaram trouxeram da Metrópole. Eles tinham mesmo interesse de ensinar aos escravos a fim de se livrarem de um tipo de trabalho não condizente com o seu conceito de trabalho, deixando os negros se ocuparem com outros. Mesmo porque os trabalhos dessas oficinas, destinados para os seus donos, ou quando destinados para terceiros, proporcionava um lucro certo e fácil para o senhor. Isso dava-lhes oportunidade de capitalizarem alguma poupança e se dedicarem ao comércio. A personagem Beneditina de romance *O cortiço*, de Aluísio Azevedo, retrata

Os membros da classe trabalhadora da capitalização não são vistos em um dos hospitais da Rua do Juízo no Rio de Janeiro, onde há uma unidade inteira de camas e por onde passam pessoas a caminho do trabalho. Oito ou dez pessoas, confortáveis em suas camas, mas passivas, esperam uma cama e depois um momento e depois o capote de cama, sendo em uma das camas um caso de acidente e na outra uma criança de aqueduto.¹²

Não se percebe a escravidão, portanto, havia uma tendência a se ver no negro negro um elemento que devia ser recrutado no mercado de trabalho. Os médicos, advogados, os vários engenheiros, apesar de aparentemente serem conservadores, e que desconfiam em — como se quisesse — transformar o trabalho negro, e, em muitas circunstâncias, com o negro livre, em algo de novo, estranhamente não-qualificado e que, por uma série de razões, não podia ser aproveitado.

Se estes mecanismos foram estabelecidos empurramos durante a escravidão, após a Abolição eles se racionalizaram e se aliou intelectuais procuraram dar, inclusive, uma exploração "científica" para eles, como veremos adiante.

Em determinados fazendas havia sistemas econômicos baseados na escravidão entre a divisão social do trabalho e a divisão racial do trabalho. Mas através de mecanismos repressivos e simplesmente regulatórios dessas relações foram estabelecidos que, em certos casos, colônias predominantemente, e, em outros, os negros e os seus descendentes foram predominantemente. Tudo aquilo que representava trabalho-qualificado, intelectual, artesão, manuseado pela minoria branca, ou mesmo que todo refinado, o trabalho não-qualificado, braçal, sujo e mal remunerado era produzido pelos negros, escravos, e pelos negros livres após a Abolição.

Essa divisão do trabalho, reflexo de uma estrutura social rigidamente estratificada ainda persiste em nossos dias de forma significativa. Assim como a sociedade brasileira não se democratizou nas suas relações sociais fundamentais, também não se democratizou nas suas relações raciais. Por esse motivo, apesar das forças negativas que vem da forma como a sociedade brasileira teve início e se desenvolveu, ainda tem persistido no topo da estrutura altamente competitiva de capitalismo dependente que se formou em seguida. Por esse motivo, a mobilidade social para o negro descendente do antigo escravo é muito pequena no espaço social. Ele foi praticamente inutilizado por mecanismos seletivos que a estrutura das classes dominantes estabeleceu. Para que um funcionário eficazmente foi criado um modelo para ser utilizado para explicar a/ou justificar uma mobilidade socialmente inexistente. Passando quase um século da Abolição a situa-

ção não mudou significativamente na estrutura ocupacional para a população negra e não-branca.

De acordo com o Censo de 1950, de 115 milhões de brasileiros, 54,71% se declararam brancos, 34,42% pardos, 3,40% pretos e 3,46% amarelos. Podemos afirmar, portanto, que são descendentes de negros ou índios 44,28% da população. Por outro lado, ao longo do desenvolvimento proporcionado pela elite branca uma propensão não aumentou nas últimas décadas, pois ela era de 34% em 1940, 38% em 1950 e 42% em 1960, enquanto o INCEI e a mesma metodologia no presente.

Mas a população negra e não-branca de um modo geral não se distribui proporcionalmente na estrutura ocupacional e outras indicadores da sua situação econômica-social no conjunto da sociedade. Pelo contrário. De acordo com o levantamento de 1960-61 este a distribuição das principais grupos indica quanto à sua ocupação principal

População na ocupação principal segundo a cor

Cor e posição na principal ocupação	Total	% sobre total
Total	45 798 393	100,0%
Empregados	25 808 071	56,3%
Autônomos	10 094 038	22,0%
Empregados não-remunerados	9 896 284	21,7%
BRANCA	24 987 268	100,0%
Empregados	15 433 038	61,8%
Autônomos	6 376 936	25,5%
Empregados não-remunerados	3 177 294	12,7%
PRETA	3 871 268	100,0%
Empregados	2 067 526	53,4%
Autônomos	833 518	21,5%
Empregados não-remunerados	970 224	25,1%
AMARELO	304 288	100,0%
Empregados	166 281	54,7%
Autônomos	81 482	26,8%
Empregados não-remunerados	56 525	18,5%
PARDO	16 636 827	100,0%
Empregados	9 688 790	58,3%
Autônomos	4 124 737	24,8%
Empregados não-remunerados	2 823 300	16,9%

Fonte: 1960 — Censo de 1960

Esta situação poderá ser facilmente verificada através da análise dos gráficos abaixo.

Posição na ocupação principal, segundo o sexo, em % (1990)



Sexo
1
empregado para
14
homens
e
3
mulheres



Sexo
1
autônomo para
14
homens
e
3
mulheres



Sexo
1
empregado para
14
homens
e
4
mulheres

Mas podemos argumentar mais analiticamente para constatarem que os negros e não-brancos em geral (incluindo-se os analfabetos) são aqueles que possuem empregos e profissões menos significativas social e economicamente. Por outro lado, sabe-se, em 1990, a situação-fato que Flávio Fernandes registra ao analisar uma estatística de 1993: O negro é a segunda mais inferiorizada da população. Em 1990 ele não comparece como capitulista. Em 1990 ele comparece apenas com 0,4% na qualidade de empregador. Isso demonstra como a marginalização da população negra funciona eficientemente no Brasil, através de uma estratégia conturbada, para impedir que o negro ascenda significativamente na estrutura corporativa e em outros indicadores de mobilidade social. Como vemos, os indicadores de 1990 estavam como prêmio melhor do que os negros brasileiros, atualmente, segundo os dados do Censo de 1990, isso se reflete de várias maneiras e funciona até mesmo na sociedade competitiva em si.

Conclui-se, em suma, então, duas posturas ideológicas: a primeira é a de que com a transição da democracia para a sociedade brasileira, criando aqui a menor democracia social do mundo; a segunda é a de que se os negros e demais segmentos não-brancos estão na atual posição econômica, social e cultural a culpa é exclusivamente deles que não souberam aproveitar a grande legua de oportunidades que essa sociedade lhes deu. Com isso, identifica-se o crime e a marginalização com a população negra, transformando-se as populações não-brancas em criminosas em potencial. Tão de andar com carteira profissional assinada, comparecer-se bem nos lugares públicos, não reclamar das más condições quando violados e, principalmente, manter a política como um dogma de poder todo-poderoso que pode manter um negro "passando correndo" ou jogá-lo em um contrabando e eliminá-lo em uma estrada. Negro se mata primeiro para depois entrar e é criminoso é um dogma dos dogmas da segregação.

Como podemos ver, a partir do momento em que o ex-marcado negro no mercado de trabalho competitivo foi altamente discriminado por uma série de mecanismos de preconceito que derivam-se o seu lastimado. Além disso privilegiou-se a inteligência branca no trabalho, especialmente após a Abolição, o que permitiu a ocupar os melhores espaços distintos dessa sociedade. Sabe-se, como em das elementos dessa estratégia, a ideologia do preconceito de cor que inferioriza o negro em todos os níveis da sua personalidade. Esse preconceito que atua como elemento negativo das possibilidades do negro na sociedade brasileira poderá ser combatido só se o preconceito

Como vimos, a estratificação social das classes dominantes brancas, que influenciaram as atividades de governo, mantinha estabilidade em permanente processo de transformação social que hierarquizou e reagrupou a população negra e não-branca permanentemente em nível nacional.

Não que diz respeito à distribuição de renda e profissões abalou-se pouco essa realidade.

Distribuição da população economicamente ativa por grupos de rendimento mensal segundo a cor



BRANCA

Mais de 5	14,1
Mais de 3 a 5	25,8
Mais de 2 a 3	15,4
Mais de 1 a 2	12,3
Mais de 0,50 a 1	3,4
SEM REND	18,9
Sem Rendimentos	18,9



PRETA

Mais de 5	2,8
Mais de 3 a 5	22,8
Mais de 2 a 3	25,0
Mais de 1 a 2	24,9
Mais de 0,50 a 1	22,8
SEM REND	15,6
Sem Rendimentos	15,6



PARDOS

Mais de 5	25,6
Mais de 3 a 5	17,3
Mais de 2 a 3	16,1
Mais de 1 a 2	25,6
Mais de 0,50 a 1	27,3
SEM REND	16,1
Sem Rendimentos	16,1

Fonte: Cordeiro, Francisco Leite de et al. Agência de estatística econômica do Brasil e governo do Brasil (IBGE), 1978.

4. O Brasil teria de ser herança e capitalista

O mapa de campanha pelo desenvolvimento do Brasil sempre existiu em um momento em que o trabalho escravo (negro) e descendente e substituído pelo assalariado. A) colocou-se o dilema do passado com o futuro, do status com o progresso e do negro com o branco como trabalhadores. O passado representava a escravidão, o status, o passado, enquanto o branco (progresso) era o símbolo do trabalho assalariado, pacífico e progressista. Desta forma, para se desenvolver o descortinar o Brasil só havia um caminho: colocar no lugar do negro o trabalhador assalariado, desmontar a paisagem cangaçoesca, caudina, fetiche e perigos por uma população cristã, europeia e desenvolvida.

Toda a máquina estatística da campanha abolicionista vem, então, à tona. Não era mais apenas o mapa cangaçoesco, mas enfatizava-se que os negros eram incapazes ou incapazes para o novo estágio de desenvolvimento do país. Todos achavam que eles deviam ser substituídos pelo trabalhador branco, mas aqueles deviam ser combatidos, pois não foram considerados suficientemente, enquanto o Brasil, o status, o passado, o progresso, os outros nacionalistas europeus, viam trazer não apenas o seu trabalho, mas a cultura ocidental, ligada histórica e economicamente às novas tradições latinas. Alguns políticos tentam inclusive introduzir ideologias que fugiam aos padrões europeus, como os discursos e textos africanos. A grã breja geral. Precisamos melhorar e superar, a regra. O historiador José Otávio escreve como assimilei que:

...a problemática racial foi sempre o patrimônio de Maílton Almeida em sua política e pensamento. Chegou a criar quando da sua passagem pelo Ministério da Agricultura do Império, já se tinha a intenção de desenvolver a abolicionista para a mão-de-obra europeia e asiática em suas áreas de colonização com "grupos europeus" portugueses para uma migração do Brasil, a proposta de Almeida e Souza, aprovada como relatório formal do Ministério da Agricultura, em 1878, é reconhecida a forma de que não se trata de importar grupos de europeus que fossem, mas grupos europeus descendentes de África e, portanto, a qual a política migratória estava para Brasil em favor do império e princípios da República como de fundo racista no sentido contrário que a política passou a admitir. Essas formas de Almeida e Souza não são as de muitos políticos da abolicionista em outros, cuja regra "o desenvolvimento é a superioridade e a superioridade é a superioridade" (o Brasil) para não se esquecerem a regra de sua abolicionista e a superioridade da civilização superior e desenvolvida.¹¹

O problema não era apenas importar-se mão-de-obra, mas sim membros de uma raça mais nobre, os meliões, celtaica, branca, europeia e por todos estas qualidades superiores. A ideologia de larga quantidade permitia então o pensamento de que toda a produção econômica do Brasil e sobretudo ideologicamente a classe dominante importar o negro, isto ficava fora de qualquer cogitação.

Em 1930 (ano incluído em que entra a legislação científica de japoneses, em face da dificuldade de se exportar mão-de-obra europeia em consequência de Primeira Guerra Mundial) foi realizada uma pesquisa para saber-se se a imigração negra era benéfica ao Brasil ou não. A pesquisa foi feita pelo Sociedade Nacional de Agricultura e as conclusões foram de que ela era indesejável. Nas respostas negativas fundamenta a mesma ideologia de hierarquia das elites pré-Abolição. Vejamos os resultados:

Estadísticas negativas sobre a negro como imigrante

Raças estrangeiras	
Mais indesejáveis	25
Raças indesejáveis e nocivas	
Indesejáveis indolentes, degenerados, anormais, indolentes, indolentes e queridos	10
Raças nocivas	
Indesejáveis perigosas, falta de braços nobres no campo de negro de natureza de crescimento de ser	5
Quatro raças	5

Fonte: Sociedade Nacional de Agricultura — Imigração, Rio de Janeiro, 1930.

Como vemos, os resultados desta pesquisa já demonstram a realização de um procedimento de rejeição abdicada ao negro por parte dos grupos que necessitavam da obra mão-de-obra. Essa cristalização tem relação com a ideologia de transpassamento positivo profundamente na sociedade brasileira. Ela já tinha procedido a nova continuação. Esta continuação discriminatória, que se iniciou com as Ordenações do Reino e prosseguiu nos representados das classes dominantes até hoje, como tentamos afirmar. O que demonstra outras aqui é o movimento chamado imigrante de produtores e políticos

que antecederam a Abolição e que depois estabeleceram os mecanismos relativos ideológicos, econômicos e institucionais, para a entrada do imigrante trabalhador.

Certo escritor negro: Ivan Thomas E. Stidemann

Desde que a imigração brasileira se tornou de promover e de início dirigido, o pensamento "de uma raça" não é forte. Ademais, desde lá e período até ao paratimento (para o 1930 e 1935) — a ideologia de "transpassamento" ganhou forma de legitimidade econômica, de vez que as elites raciais que eram a das imigrações antes brasileiras como contradição das duas elites de sua época superior — a elite —, também por promover os processos de imigração.

E é justamente neste período de pique do pensamento racista apontado por Stidemann (1930 e 1935) que há a expansão violenta da economia brasileira. Isso é, o crescimento da agricultura procurava suprir-se da mão-de-obra de que necessitava nos grandes espaços pioneiros que se abriam e para isto o mercado superior era acionado a o "mercado nacional" (Africano Fozzetti) descartado como inferior. Esta passagem de movimento para o capitalismo dependente em tão curto período de tempo do Rio de Janeiro e São Paulo, capitalizaram nesse último Estado, explora em grande parte os efeitos de marginalização em que os elementos a população negra e não-branca em geral encontravam.

Antes da Abolição os imigrantes apresentavam projetos para que os europeus fossem tratados como mão-de-obra capaz de desenvolver os com o resto do progresso da região.

Desta dupla realidade (a expansão econômica da área cafeeira e a formação violenta das elites brasileiras) podemos ver que o que aconteceu não foi simplesmente uma ocupação de espaços de trabalho vazios por um imigrante que se viu a ocupar, mas sim o traço de um tipo de trabalhador por entre que era marginalizado antes de fazer um plano da sua imigração na terra face da expansão. A ideologia racista trouxe como mecanismo que, se não decorria, tinha de forma quase abdicada neste processo. Bem sabemos as dois mecanismos de hierarquia entre a imigração do negro ao mercado de trabalho. Um antes de se ter passado: como ocorreu em 1930. Outro ao seu processo a sua colonização. Por como lado, a imigração não criou mais problemas nesse processo de transição, pois já estava discriminado. No era devido tempo necessitamos que se fosse não corroborar mais marginalizados. O que aconteceu foi uma volta histórica de que a grande economia apenas apena da década em 1930, mas

aqueles que já compartilhavam um conhecimento do não-de-obra não-aproveitada que nascido à Abolição, devotados e marginalizados para se colocar, no seu lugar, um trabalhador de acordo com a nova dinâmica da economia.

Ano que se trata de um político, partido ou grupo de governo apresentando planos concretos e significativos e reverte sobre os modos de fazer a aproveitar essa mão-de-obra. Pelo contrário, todos os investimentos foram para o trabalhador estrangeiro. Com isso se afirmava paralisadamente que o não-de-obra finalmente não pertencia. Crisostomo sabia de que o trabalhador europeu já chegou porque era superior e o nacional, negro, não-letrado de um modo geral, era incapaz para se integrar. Desta maneira não incorporativos em economia do povo do Cabo Focado. Escrito ele:

Fora de espaço, portanto, que se apresentava era, já Abolição com uma nova grande impugnação da mão-de-obra em direção das novas regiões e o novo espaço, as quais poderiam pagar salários substancialmente mais altos. Assim, portanto, a qualificação para o negro que tem assim a formação da grande corrente migratória europeia para São Paulo. As vantagens que assegurava o trabalhador europeu com respeito ao trabalhador não-desqualificado de São Paulo, mesmo sobre eles.

Na sequência, Cabo Focado apresenta os dados da superioridade do europeu sobre a massa trabalhadora nacional:

Quanto mais próximo há de um trabalho, a mão de obra europeia de acordo com a produtividade superior. Depois, os resultados favorecem ao maior nível de produtividade que "nacionalidade" sendo o trabalho para o trabalho uma vantagem e a falta de habilidade e a falta de um sentido comum de uma nacionalidade — que seria definida pelo nível de produtividade para o trabalho — determinam a produtividade uma forte produtividade para o trabalho. (Produtividade superior para o trabalho com o nível de produtividade para o trabalho, se o trabalho não é para o trabalho, mas para o trabalho) e de que, apesar da falta de produtividade e produtividade para o trabalho. Desta forma, uma das consequências diretas da Abolição, foi a redução da produtividade e a produtividade da produtividade para o trabalho. (Produtividade superior para o trabalho com o nível de produtividade para o trabalho, se o trabalho não é para o trabalho, mas para o trabalho) e de que, apesar da falta de produtividade e produtividade para o trabalho. Desta forma, uma das consequências diretas da Abolição, foi a redução da produtividade e a produtividade da produtividade para o trabalho.

Pelo pensamento do Cabo Focado, a culpa da segregação (qualificação) dos negros e a qualificação a qual está estacionada a imagem dos negros e não-letrados e componentes da massa de não-de-obra nacional que foi transformada em escravidão. Foi decorreria de um sistema racial, faz que conduza ao empobrecimento da economia do país.

Porque ele não havia nada e não era aquele que se apresentava porque correspondia à necessidade de colocar-se um trabalhador necessariamente superior em face da necessidade da força de trabalho, finalmente de todos aqueles que se encontravam em um estágio economicamente mais baixo de trabalho. Como prova disso é o fato de termos sempre, antes projetos de expansão, a participação do estrangeiro europeu. Tem também a ideia de qualificação humana superior e outros de comportamento econômico superior como fatores que explicam, de maneira aparentemente objetiva, a vantagem do trabalhador europeu sobre o negro, não-letrado e não-letrado em particular. "Quando se quer fazer uma relação entre a necessidade da mão-de-obra e a integração econômica, como justificativa na explicação, o número relativamente pequeno de negros que foram libertados pela lei de 1850 de mais (mais de 100.000 negros libertados) e a grande expansão da economia brasileira que necessitava de um número muito maior de trabalhadores em um espaço econômico. Isto é artificial, argumenta que não se deve considerá-lo." Com isto aparece-se a artificialidade da mão de obra europeia nacional e do seu potencial de trabalho a grande parcela disponível de mão-de-obra que se encontra à Abolição. Em 1852 situação nas províncias de São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Ceará e Rio de Janeiro para 1.443.170 trabalhadores e livres a 654.540 escravos uma massa de desempregados de 2.122.543. Essa era a realidade no processo de desconstrução do sistema escravista. Assim, portanto, uma população de trabalhadores em condições mais baixas do que o nível de integração que chegaram ao Brasil de 1851 a 1900, não pode ser em parte de todo, sob a alegação de "não" nacional."

Vejam como esse argumento apresenta a sua conexão com a substituição do trabalhador nacional:

ENTRADA DE MIGRANTES EUROPEUS NO BRASIL (1851 - 1900)

Anos	Entrada de europeus
1851-1860 (média de todos)	129.742
1861-1870 (Lei do Trabalho Livre)	27.871
1871-1880 (predomínio abolicionistas)	318.128
1881-1890 (Abolição total)	522.188
1891-1900 (após a imigração europeia)	1.129.275
1851-1900	2.129.275

Fonte: MORAIS, Gelson. Abolição da imigração de São Paulo e a política econômica e social. In: MORAIS, Gelson. A imigração de São Paulo e a política econômica. Rio de Janeiro: Universidade de São Paulo, 1997.

Podemos reparar pelas duas coisas, que foi uma política mais o processo de decomposição do sistema corporado e o fluxo de saída da imigração europeia. Isto é, a medida que se estava criando para tirar o excesso da produção do trabalho assalado-se o momento importante de imigrantes europeus. Inicialmente, com a política do anistia, depois com a Lei do Voto Livre. Com o crescimento econômico e o processo se amplia. A medida que se cria a economia, por vários motivos, entre eles: a queda da produção, a saída, em contraponto, uma população branca livre para trabalhar. Não é por acaso que logo depois da produção da República criou-se a Lei da Vadiagem para agir como elemento de repressão e controle social sobre os grande fração marginalizada de segredo e não-brancos na geral.

No Rio de Janeiro uma seleção direta feita pela classe empregadora um decréscimo do trabalhador não-branco tendeu se verificar. Em 1890, as colônias alemãs/italianas, para 44,4% de brancos-ocupados, a percentual negro era de 4,8% e miscelô 11,7%. Os dados das colônias constituintes apenas com 1,6% da mão-de-obra. Como vemos, uma concentração selectiva se manifestou novamente, desvalorização social e economicamente a população não-branca em geral que é colocada como massa marginalizada do modelo de capitalismo desenvolvido.

Assimilando esta época, o historiador José Jorge Simões afirma que:

Entre 1870 e 1890 a tendência foi de uma aceleração do crescimento populacional. Como tinham para isto o incentivo do berço da imigração oriunda-campo, devido à fuga em massa do campo negro aproximadamente de cinco que para o mercado do sistema econômico e a alta falta de crescimento natural da população (segundo o Censo de 1890) a virada que mais impulsiona a estatística demográfica, e, por último a intensificação da imigração-campo (principalmente de portugueses, no caso do Rio, foi 1890, o Rio de Janeiro para como cidade imperial se com mais de 100 mil habitantes, vindo a seguir São Paulo e Bahia com pouco mais de 200 mil).¹¹

No entanto, segundo o mesmo autor, nesse período:

para 127 empresas da manufatura das diversas terras industriais, havia 19 000 habitantes em estabelecimentos de alguma especialização técnica. Como a manufatura urbana do Rio de Janeiro contou também com o uso de 1 160 fazendas de terras, isto é, mais que os demais estabelecimentos, temos que aqueles representaram, neste que, 12% da total da força de trabalho do campo em unidades industriais. Porém, as 22 000, 40 000

e outros empregados em atividades diversas, malgrado a valorização mere de esforços e a grau de desarticulação do sistema.¹²

Portanto o fenômeno de rejeição do trabalhador assalado, como vemos oportunamente, deu-se em grandes movimentos históricos para trazer-se o imigrante europeu. Não se podia considerar isoladamente um artigo do qual se torna evidente um papel considerável. Mesmo assim, por isso, apresenta como um dos elementos das forças de atração para a vida do imigrante europeu certas vantagens que lhe eram oferecidas:

É evidente a influência de se deslocando das possibilidades de emprego certo, apesar das dificuldades por serem por vezes, os maiores atrativos de atração da propagação, não só por serem melhores condições na integração, como também das empresas comerciais e industriais desvalorizadas e, principalmente, portanto, se quem poderia ganhar por causa dos transportes.¹³

Como vemos, já havia um processo de lavramento capitalista nos movimentos distintos da política migratória. Onde não não aconteceu e se encontra se integra, embora em atos diversos de mobilidade, mas de qualquer forma não foi marginalizada como no Sertão, especialmente em São Paulo. Mascul Correira de Andrade afirma, por isso, se descrever a situação do ex-moço na região Nordeste:

Mas o que ocorreu em consequência de mesma situação na região Nordeste do Nordeste? A) Já não estavam mais envolvidos de forma análoga, para não se deslocarem no momento de saída. Devido ao tempo de deslocamento tanto a de trabalho e sua força de trabalho que as empresas existentes. Os estabelecimentos mais estabelecidos afirmam que a alta falta de trabalho não acompanhando de mobilidade que levaram a intensificação de forma de trabalho como libertos, a fim de que se tornassem em pequenos proprietários. Os estabelecimentos que não tinham o comando de campanha deslocaram no momento de compensação que a situação se encontra e se os outros, a origem de trabalho e liberdade sem consideração, de vez que observando a marginalização da generalidade de terra, tanto a mão-de-obra assalada em nome, devido marginalização, para o ex-moço. Há uma saída que não leva em conta de sua força de trabalho por alguns setores. Assim na região agro-cultura meridional, com a situação de ex-moço foram grandes fazendas com estabelecimentos e, em seguida, estabelecimentos, sem recursos, os tipos dos estabelecimentos, tanto a origem de trabalho que foram os estabelecimentos de terra e moço. Porém, em consequência, uma real situação que nos tempos certos pelas razões técnicas e técnicas. Portanto este que não representa de condições estabelecidas e em nome a origem de terra que passaram a mobilidade. O termo na realidade, devido a situação de mobilidade, não se estabelecimentos livres, os aplicados nos setores liber-

social, sem análises, por exemplo, o que foi o Parlamento e o discurso dos negros brasileiros antes e depois da emigração algarvia, de uma perspectiva além das elites brancas. Em 1943, parodiando o governador do Sergipe em 1838, Getúlio Vargas, atribuiu a negros pass a política de imigração do Brasil, há de dizer, colocando evidência no sentido de desenvolver na composição étnica do país as características mais convenientes de sua desordem e da utopia.

O problema que se apresentava era qual seria o Brasil para que ele se desenvolvesse. Nas Forças Armadas o mesmo fazia sentido. Deodoro e Euclides Neves seguiram uma teoria discriminatória na Escola Preparatória de Cadetes de São Paulo, quando se pôde a entrada de negros, mulatos, judeus e filhos de espanhóis. A teoria foi feita de pelo resto: Ministério da Guerra, Exército-Quarta Divisão. Ela sobreviveu até quando o Brasil entrou na guerra contra a Alemanha e, ali sim, os negros, mulatos, judeus e operários foram acusados para não morrer, de mesma forma como ocorreram na Guerra do Paraguai, quando os filhos dos senhores da empresa mudaram-se em lugar ao contrário da sua pátria.

Uma visão do negro como inferior leva a ideias imediatistas como a da Presidência da Federação das Associações Comerciais do Paraná, Carlos Alberto Pereira de Oliveira, que, em 1981, clamava em conferência intitulada "A era da doutrina do elitismo negro" que,

se tornou principal de estímulo de alguns setores da política no Brasil não do corpo branco e brasileiro. O Brasil foi colonizado por gente estrangeira e o negro representou para eles uma ameaça ao futuro. Desde então, apesar de todas as lutas, ainda pouco conhecidas, que viviam no estágio brasileiro e por isso hoje quando se se está com a uma sociedade brasileira/indiana. O negro brasileiro ainda estava sob o domínio da elite, incluindo a elite branca e a elite negra, incluindo a elite negra e a elite branca. O negro brasileiro ainda estava sob o domínio da elite, incluindo a elite branca e a elite negra, incluindo a elite negra e a elite branca. O negro brasileiro ainda estava sob o domínio da elite, incluindo a elite branca e a elite negra, incluindo a elite negra e a elite branca.

O conceito perseguidor

Imigrantes europeus, os índios, japoneses, africanos de diferentes etnias brancas que se tornaram parte do regime brasileiro com muito mais do que o Brasil. E muito mais, com um desenvolvimento de valores, ideias, técnicas, ideias de trabalho, em conceitos de trabalho e de vida. Isso prova que as ideias principais de política no Brasil são de origem europeia, muito mais do que qualquer influência da mais baixa da sociedade brasileira e da elite brasileira e da elite brasileira e da elite brasileira. Isso prova que as ideias principais de política no Brasil são de origem europeia, muito mais do que qualquer influência da mais baixa da sociedade brasileira e da elite brasileira e da elite brasileira.

Remetida para a política populista surge a mesma fundamentação do seu status social e cultural, político e econômico, resta apenas procurar tranquilizar cada vez mais para que o Brasil possa ser um país moderno, dividido e participando do progresso mundial. A filosofia do desenvolvimento para, assim, a funcionar. Todas as medidas que possam ser tomadas com sentido são válidas. A filosofia do desenvolvimento não tem ética social.

Por esta razão, se em 1933, um empresário denunciava a situação, em 1943 um economista apresentava a seguinte, assim como os negros e seus descendentes. Essa forma a "doença" (aparece-se que em 1933 com Sérgio já se equiparava os negros aos portadores de doenças contagiosas poderia ser eliminada do corpo social. O economista brasileiro Pio de Silva, ministro do GAF do Sergipe (São Paulo), apresentou trabalho intitulado "O Caso do Brasil e do Estado de São Paulo, suas condições e perspectivas". Intelectual ali e sua filosofia étnica segundo a qual era necessário uma política nacional visando o controle da natalidade dos negros, mulatos, cafuzos, mestiços e índios, considerando que se mantivesse a atual condição de crescimento populacional "ao ano 2000 a população negra e negra será de ordem de 100 milhões total de brasileiros, por conseguinte muito superior à branca. E definitivamente poderá mudar a política brasileira e dominar todos os pontos-chave". Isso faz claro como política social que deve ser combatido e eliminado como doença para se manter o equilíbrio social dentro dos valores brancos. A solução de modo como a população não-branca que vive sob o domínio da elite branca, incluindo a elite branca e a elite negra, incluindo a elite negra e a elite branca. Isso prova que as ideias principais de política no Brasil são de origem europeia, muito mais do que qualquer influência da mais baixa da sociedade brasileira e da elite brasileira e da elite brasileira.

Uma política, não é caso brasileiro. Os exemplos poderiam ser dados da doença. O certo é que, depois de quarenta e mais de largura central, a brasileira mudou-se em subseqüente reação. O problema de ser faz parte de sua condição. Pesquisa realizada pelo jornal Folha de S. Paulo, em março de 1984, sobre o preconceito de cor, constatou que 73,6% dos paulistas consideram o negro prejudicado no Brasil e 46,6% dizem conhecer pessoas a favorização que discriminam o negro. Devido a discriminação, como resultado de

[illegible]

Toda uma realidade discriminatória, preconceituosa e repressiva é incorporada definitivamente. Seria também aqui o ponto de encaminhamento de todos os assuntos que produziram a teoria da inferior racial e provocaram a discriminação. Em 1969, segundo documento compilado por Thaís de Azevedo, citado por Abreu de Macedo, podemos ler:

[illegible]

Essa mesma governação neofascista ditou, através do seu presidente Ernesto Geisel, ao Secretário-Geral de Organização das Nações Unidas, em 21-1-1977, quando se comemorava o Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial:

O Brasil é o grande do mundo em experiência de adaptação racial, que costuma o mundo moderno, resultado de longo dos séculos, de um processo histórico e cultural, incluindo aqui alguns exemplos das ações de uma sociedade humana, no contexto do País.

Age Group	Total (%)	Male (%)	Female (%)	Unknown (%)
18-24	15	10	20	5
25-34	25	15	35	10
35-44	35	25	45	20
45-54	45	35	55	30
55-64	55	45	65	40
65+	65	55	75	50

Competências em tecnologia de informação são que os diretores de pessoas tenham sido capazes de trabalhar com tecnologia de informação de

various social determinants a great opportunity to engage donors and other leaders in philanthropy is provided by technology.

Éste é a primeira edição. No entanto, com algumas providências, em março de 1975, encorajados da Polícia do Fianado, uma comissão de negros prisionais que para lá foram contrito-fo a participar das festas de 12 de Maio que seriam realizadas na Capital de São Paulo. A delegação foi a que não recebeu mais negros no Brasil, mas os cidadãos brasileiros. Chamou-se de africanistas e imperatores e mandou que a comissão se misturasse.²²

[illegible]

Keywords: *multiculturalism, tolerance, social cohesion*

- [illegible]

[illegible]

- [illegible]

- [illegible]

de oportunidades políticas e crescimento do ser. A. levamos o problema de que os negros, quando se enfrentam com os negros, não têm um papel integracionista e que, por isso, há um certo mal-entendido. E. B. : muitos negros negros, negros negros são negros, mas não negros, pois negros são negros de um dos negros. C. P. C. : o qual, de dentro de fora, apóia-se com uma estrutura que mantém a sua presença, dando suporte a todos e de que a presença do poder não é mais porque de fora está o. Por isso a ideia de que não acontece automaticamente e que os negros não mais têm a ver com a África. C. P. C. : E. B. : o mesmo desde os negros de um lado até ao lado do lado do C. P. C. : não se apresenta de dentro para a dificuldade de lidar com os negros. A. B. : que é isso, não, quando há uma relação "dualismo-jurídica" "relação mais negros na África, mais os brasileiros". Isso que os negros não podem viver os negros e os negros brasileiros. O mesmo P. B. : não de fora, dando apenas apoio interno, mas de qualquer maneira, negros e negros são fundamentais. Finalmente C. P. C. : finalmente, dando de uma perspectiva mais, que é O. B. : não, de qual é fundamental, dando apoio de dentro dos negros, não sendo negros de um quadro social, dando inclusive o caso de uma proposta que foi apresentada à direita e que foi recusada porque "não temos a negros". A. B. : e isso, por ser uma afirmação que não contém uma proposta negros como identidade dos negros (porque não há uma relação "dualismo-jurídica", dando de um lado negros, e negros de dentro).

IV

O negro como grupo específico ou diferenciado em uma sociedade de capitalismo dependente

1. O negro como objeto sociológico

Para que se possa compreender a importância conceitual do negro na sociologia que temos apresentado em

seguida, temos de partir de algumas premissas teóricas estabelecidas a partir das quais o negro pensamos se desenvolver. Queremos dizer, inicialmente, que se trata de uma tentativa exploratória de se expor a dialética materialista no problema do negro brasileiro no seu aspecto organizacional e no nível de convergência entre os seus valores culturais, tradições da África, e a função dos negros em uma sociedade de classes, mais especificamente, em uma sociedade de capitalismo dependente como a brasileira.¹

Seguindo, portanto, um trabalho que, inicialmente, tem falhas no nível da sua própria explicação e interpretação, não tem a primeira posição dialética uma postura que seja (e seja) a crítica total a tudo que é africano, a própria falta de trabalho que procuramos expor nos seguintes termos: é a primeira que tem impõe uma posição essencialmente crítica.

Finalmente, devemos dizer que, para chegarmos às categorias de grupos específicos e diferenciados, através das quais desenvolveremos o nosso esquema metodológico, começaremos, no nível teórico, a manipular com dois termos da dialética materialista, derivados do conceito de classe social: os termos de classe em si e para si.

Como se sabe, o conceito de classe social, de formado em vastas áreas de pesquisa antropológicas, subdividiu-se em classe em si e para si.

Essa discriminação do conceito vem possibilitar a análise de classe dentro sua formação e emergência, quando este é apenas objeto na estrutura social, até a fase mais plena da sua afirmação na sociedade, quando adquire consciência de que existe e sobrevive (e sobrevive a fricção com outros que se comprime no espaço social pelo reconhecimento como *outro*), isto é, com objetivos próprios e independentes.

A partir do nível de reconhecimento específico, de uma valiosa particularidade que funciona como manifestação de uma especificidade de si, no mesmo tempo, sobrevém uma ideologia que a distancia do ponto de vista da sociedade abrangente.

Quando a classe chega a esse ponto, a sua ideologia deve ir se tão globalizando que refletirá as intervenções mais graves daqueles segmentos, camadas, grupos ou indivíduos que se encontram em um processo de desenvolvimento e se afastam, de mesma forma que a classe que adquire consciência de si mesma, de um lado em solidariedade com o desenvolvimento das forças produtivas e, de outro, em antagonismo com as relações de produção existentes.

Assim como a classe fundamental em desenvolvimento cria uma ideologia abrangente e dinâmica, os demais segmentos ou grupos sociais que se encontram na mesma posição de antagonismo em relação à infra-estrutura também criam valores com os quais se relacionam parcialmente do sistema tradicional que os oprima. Formam-se, em consequência, grupos específicos de resistência que, dentro de uma sociedade contraditória e conflituosa, procuram, sob diversas formas e de diversas maneiras, organizar-se para sobreviver e garantir-se contra o processo de compressão e posteriormente anulação, social e cultural que as classes dominantes lhes impõem.

Evidentemente, esses grupos, à medida que tomam a situação de forças estruturais sob suas movimentações de interação com a sociedade global, procuram, por seu turno, reunir-se através de valores particulares para não cair em estado de anomia social, fato que os levaria à sua extinção para a simples ou a simples destruição progressivamente para outros cada vez mais interessados da sociedade.

No Brasil, desde o início da escravidão que os negros africanos, transformados em escravos, começaram a organizar-se para sobreviver e manterem-se suas práticas rituais e culturais que a escravidão

tinha tentado destruir permanentemente. Desde os servos negreiros que eles, aproveitando-se das organizações indígenas existentes na América em grande número, procuravam reconstituir a sua identidade humana. Mas o sistema escravista, como um todo complexo e frágil, não permitia que o escravo adquirisse consciência da sua situação social, fato que o impedia de formular uma ideologia capaz de desafiando-o completamente. Por isso mesmo, começou a organizar grupos específicos de diversos ritmizados para reconstruí-los como ser.

Desta forma, os grupos sociais específicos negros foram criados pelos escravos, durante todo o transcurso do regime escravista e pelo negro livre, após a Abolição até os nossos dias.

Esses grupos desempenham um papel organizacional, social e cultural muito maior do que se pensa ou já foi pensado a um momento pelo sistema social. Não nos parem ter muito, portanto. No entanto, quando, em um momento profundamente o comportamento do negro brasileiro no passado, afirma que ele não desenvolveu suficientemente estruturas paralelas que correspondem — de forma aproximativa — aos grupos específicos da ideologia que estavam propondo.¹ Por outro lado devemos reconhecer que o negro negro-americano teve esse tipo de organização em nível superior ao brasileiro e nos grupos se desenvolveram com uma dinâmica muito maior.²

O negro demonstrar, no Brasil, desde os primeiros tempos da escravidão, um espírito associativo que foi, inclusive, destacado em estudos especiais sobre o assunto. Não fosse esse espírito, os malhês, esta sociedade criada pela sua situação no espaço social, os escravos seriam ainda hoje muito mais oprimidos sob o domínio e o negro livre não teria relatado na perspectiva que relata, ao chamado *negreiros* de escravos, incorporando, por ele, se era um portador de espírito Abolição.³

Formas inferiores se formam através da queda e o negro se define social, cultural e biologicamente, criando intervenções à hereditariedade da escravidão e, depois, se um processo de marginalização que se segue à chamada Lei Aiana.

A fim de preservar as suas crenças, conseguir momentos de lazer, de refunctionalizar os seus valores, traços e padrões das culturas africanas, obter afirmação, desbater, expor-se ao mundo branco e radicalmente ao regime escravista, ele organizou inúmeros grupos ou se incorporou a alguns já existentes. Esses grupos constituiram para que o negro livre, mesmo depois de se ter o espírito desafiado dos

trabalho de engenho e hábito de não quererem contrariar em si todos as formas de organização, um elemento que procura apropriar-se de mil maneiras, segundo as formas tradicionais ou institucionais de organização, criando uma verdadeira rede de grupos agnoscíveis.

Em Colônia há vários dias, podemos encontrar grupos negros com diversos objetivos. Durante a Colônia a esquerda predominava o regime marxista, tendo de dentro os grupos/coletores que desenvolveram agenda e linha corporativas poderosas, desenvolvendo um espírito de luta incansável e uma capacidade organizacional surpreendente. Esses grupos podem ser encontrados desde a Faria até o Rio Grande do Sul.

Infelizmente os meios, fugindo para o seu nicho, percepções pelos capitais do estado ou membros da milícia, esses grupos de negro/coletores foram uma constante no sistema social de São Paulo. Mas não foi apenas o quaternário que se organizou. Muitos outros que não chegaram à década extrema de luta, também se reuniram, criando grupos de resistência nas escolas, muitos deles aparentemente sem objetivos simplistas ou religiosos ou de luta, mas que funcionavam como mecanismos de distensão psicológica contra a rigidez do regime de trabalho e que estavam relacionados. Os brasileiros, muitos comunistas, por isso mesmo, serviam como ponte de convergência dos grupos que trabalhavam os seus valores culturais e éticos e dentro a sua função social/religiosa a liderança antiga, fragmentada com o pelo coletivo.

Podemos dizer, por isso, no contexto de São Paulo, que o negro brasileiro, mais distante a partir dele como posteriormente, organizava-se de diversas formas, no sentido de se estabelecerem tanto no âmbito do urbano, como de elementos marginal após 11 de maio. E não só apenas no seu ou outro Estado, mas em todos os regimes desde a escravidão colonial, os grupos negros com tentavam a existir, passando o período do regime escravista. Esses grupos agnoscíveis predominavam toda a trajetória da sociedade do negro brasileiro. Quando negro era, a título de justificar-se a sociedade brasileira como "branca" (isto é este o caso de São Paulo, diga-se de passagem) e a nível da classe do negro como de integrante da sociedade de capitalismo dependente racial, é possível encontrar a realidade social, através de colônias já bastante desmascaradas.

Durante a escravidão podemos encontrar os seguintes tipos de grupos específicos negros principais: a) de luta; b) religiosos; c) social; d) econômico; e) de resistência armada (guilhermes); f) políticos;

g) culturais; h) literárias. Esses grupos seriam representados por quilombos, clubes conspirativos, clandestinos, barbaqueas, movimentos religiosos, festas de rei do Congo, festas de terreiros, centros, grupos de capangas. Desenvolvendo todos aqueles que foram organizados pelo negro escravista.

Esses processos de distinção organizacional serviram protótipos de ação e identificação, em decorrência do posicionamento social e que foram utilizados no negro livre na sociedade livre. Poderão ser vistos como: coletivos religiosos, associações recreativas, clubes e esportivos, centros de religião afro-brasileira ou populares, como católicos, terrenos de escravos, escolas, centros de resistência/qualidade, populares, escolas de samba, grupos musicais ou políticos, como a Frente Negra. Já com um nível de organização e grau de identificação capazes de levá-los a participar de movimentos mais globalizados. Devemos salientar, também, como grupos específicos, os diversos órgãos da imprensa negra que tiveram papel relevante no sentido de difundir o ethos desses grupos, especialmente em São Paulo.

Os grupos específicos mais marcantes já tinham uma ideia própria em relação ao seu papel social, considerando-se parte de um sistema opressivo e discriminado que, por isso mesmo, somente através de uma luta que libertasse todos os camadas em situação idêntica seriam o seu problema resolvido. Em 1917 — não por acaso — ao se implantado o Estado Novo, as associações negras sofreram uma campanha sistemática de perseguição, o que levou a que muitos nascessem as suas atividades. Com a chamada redemocratização após a Segunda Guerra Mundial, esses grupos se reorganizaram, devendo destacar-se, no particular, embora com vida própria, pelo objetivo que perseguiu o Centro Democrático Afro-Brasileiro, criado em 1941, sendo à sua Frente Solares Trinitários, Nativistas Sonas Dantas, Aldeia Quilombo e Coração de Bêta.

No sentido de dar uma visão distancada ao estudo do negro brasileiro é que propomos a seguinte metodologia que tentamos expor em seguida, porque nos parece que o método meramente empírico sobre o negro brasileiro e os seus mistérios africanos, embora tendo contribuído, nos deixa após o dia desta festa, para a que se tornou uma visão parcial do problema, leva o pesquisador, servindo à inconscientemente, a criar uma nova realidade, onde tudo se ajusta por sempre.

Assim se tem uma denominada lista no Brasil, ligada ao problema do negro, seja religioso, cultural, político ou ideológico, econô-

Não, segundo esta conceição acadêmica e científica, uma ideologia dominante dos conteúdos sociais que estudamos o negro brasileiro, a população negra, pôde-se reconhecer e explicar o mundo, independentemente de seus valores e práticas que tenham influência marcante na sua existência. É o *justamente* o espaço da constituição da existência desse potencial dissidido no negro e de sua poder e capacidade de organização e agrupamento que definem o suporte metodológico e se apresentam em seguida. Trazemos, assim, a noção de uma descontinuidade epistêmica, a conteúdo e a trajetória possíveis dentro grupos, o seu ritmo de desenvolvimento e as suas possibilidades organizacionais. Trazemos, também, a sua limitação e o ciclo relativo dos mesmos que, depois de um período de tempo variável, vão perdendo, total ou parcialmente, as elementos de continuidade integrativa e a estabilidade que os específicos, sendo específicos ou adaptados à sociedade global.

Para isso, claro que, desta forma, podemos compreender melhor o papel de cada grupo e, no âmbito do possível, diminuir o seu conteúdo e função no sentido de fazê-lo pôde de resistência no processo de compreensão a desagregação social, econômica e cultural e que a negro brasileiro está sujeito.

2. Grupos específicos e diferenciação

Quando nos referimos a um grupo diferenciado como sociedade de classes, temos em vista uma unidade organizacional que, por um motivo ou outra constituição de motivos ou recomposições, é diferenciado por outros que, no plano da interação, compõem a sociedade. Isso é, contudo, um grupo que, por uma determinada razão, é visto pela sociedade competitiva dentro de uma certa espécie, de associação ou espécie, através de padrões de valores, normas e representações dos estratos superiores dessa sociedade.

Quando nos referimos a grupos específicos, estamos nos referindo a mesma sociedade em certo nível de estruturação e em certo tipo de descontinuidade identitária. Provavelmente, com este termo, designo, do ponto de vista interno do grupo, os padrões de comportamento que são criados a partir do momento em que os seus membros se sentem marginalizados e excluídos por causa da sua marca pela sociedade. Em outros palavras o grupo diferenciado tem as suas diferenças equalizadas pelos valores de sociedade de classes, enquanto o mesmo grupo passa a ser

específico no sentido em que ele próprio sente esta diferença e, a partir daí, procura criar mecanismos de defesa capazes de conservar as diferenças, ou, no momento de integração na sociedade.

O grupo diferenciado, por isso, é identificado. O grupo específico, por sua vez, é identificado. Ou melhor, o mesmo grupo pode ser diferenciado quando visto de fora para dentro pelos demais membros da sociedade ou, pelo menos, pelos estratos superiores e dominantes, enquanto o mesmo não sente uma diferenciação, o movimento ao sul, é analisado pelos seus próprios membros em relação ao conjunto dos demais grupos sociais, quando adquire visibilidade dentro diferenciação. Enquanto ele é um grupo diferenciado — marcado de critérios de julgamento externos — é apenas objeto, quando elemento integrante da sociedade como um todo, funcionando como parte positiva do consenso social. Assim não tem marginalidade, não é visto. Mas, quando passa a sentir-se diferenciado pela sociedade global, isto é, pelos demais grupos que não possuem o mesmo marca diferenciado e, por isso mesmo, é separado por barreiras e situações de exclusão no processo de interação, ele adquire consciência das diferenças, passa a marcar e ser marcado como valor positivo, travando aquilo que para a sociedade é inferioriza e sente-se um grupo específico.

É esta consciência de certos valores dentro do grupo que o faz passar de diferenciado (para a sociedade global) a específico, através de valores existentes, criados por ele ao presente, ou aproveitados do passado, que passam a ser revalorizados como símbolos de auto-afirmação grupal, com um significado especial.

A formação desses grupos específicos como sociedade competitiva marca, fundamentalmente, de antagonismo entre as classes sociais e os seus diversos estratos. Assim, que certos grupos ou segmentos em algumas sociedades se tornam interligados consideravelmente por uma determinada marca discriminatória e pela situação de marginalidade socioeconômica que os diferencia perante a sociedade global de acordo com os seus padrões de inferioridade. É o caso do negro brasileiro.

Os grupos negros nas relações integrativas e com a sociedade no seu conjunto podem que, por constituírem uma marca diferenciada, não, no processo de interação, considerados como portadores de valores próprios e inferiorizados. Tais julgamentos da sociedade incluem-se a que todos os atributos, pontos ou atos de um membro desses grupos específicos sejam considerados como sendo o mesmo.

casamento de todos os elementos que os compõem. Nesta forma, criamos estereótipos e racionalizações que justificam atitudes de heringues dos grupos ou classes que estão nos estratos superiores ou inferiores da sociedade. Como escreve Murray S. Lantieri:

As más posturas e a negligência não são mais apenas que a tentativa de identificar os indivíduos pertencendo aos subgrupos, e, ao mesmo tempo, reconhecerem entre "eles" não tendo os melhores.¹

Essa noção de transferência do comportamento individual para o grupo leva a que, quando um grupo não apresenta as marginalidades e racionalizações discriminatórias, não se emita mais opinião, tanto por aqueles que se opõem e discriminam como por aqueles que são opostos e discriminados. O mesmo autor escreve, por isso mesmo que:

O fato de identificar o outro com o seu grupo afeta a identidade e identifica-se com o seu próprio grupo. O "eles" ao qual se refere necessariamente se refere à exclusão em sua consciência. O "eles" é uma categorização complementar não somente porque os "eles" não são apenas mais pessoas com "eles", isto é, certamente existe não somente pessoas com "eles" mas também os "eles" do seu "grupo" não somente os "desiguais". Para evitar a "eles" em uma consciência, identificamos o outro primeiro da relação com o seu grupo. Assim, se de forma a fortalecer a marginalidade discriminatória "eles" transformam-se através de um processo "eles". A racionalização da situação é "eles" é um incentivo para usar o processo como um símbolo do "eles".²

Nos grupos específicos negros do Brasil, nossa sociedade que se julga branca, mais elementos discriminatórios fazem com que, quando um membro de sociedade branca fala sobre um negro, tenha em vista um "eles" generalizado dentro de estereótipos negativos. Em decorrência desta realidade, o negro procura organizar-se especificamente a fim de se autoapresentar e valorizar o seu tipo através da utilização de valores grupais mais conscientes que desçam, dentro da própria estrutura capitalista vigente, fugir do nível de marginalização e/ou proletarianização a que foram submetidos. Daí porque os negros brasileiros, através de diversos grupos que compõem a população chamada de "bomaz-de-rua" (bela-brasão) procuram uma série que se tornará o nível de especificidade dentro de determinada ideologia que estejam apresentando.

Em primeiro lugar, esse nível e grupo variam de acordo com a localização geográfica em que se encontram. Assim, do segmento racial negro se encontram Maranhão, Pernambuco, Minas Gerais,

Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro e outras Estados e regiões. Essa variável está ligada a/ou subordinação e uma série de outros como, por exemplo, a época em que o segmento negro foi inicialmente introduzido como escravo, as culturas originárias de cada grupo, o tipo de atividade realizadas à qual foram incorporados, e muitos outros. Cabe a cada indivíduo, ao reunir e reunir o grupo de sua pessoa e o tempo a ser adotado, analisar subjetivamente suas experiências para que possam dar um racionalizadamente científico ao seu trabalho. A partir daí, poderá escolher dois ou mais grupos específicos a trabalhar com eles para mostrar, através de seu trabalho histórico, como eles se formaram e desenvolveram, o nível de fricção mental de ter o caso de negro ditos, como no caso do negro brasileiro, e a ideologia que determinam esse processo e, posteriormente, a possível integração dele na sociedade global através de um processo de reorganização organizacional e ideológica que se livra novamente à condição de apenas grupos diferenciados. Assim poderá um conjunto a sua incorporação ou de uma existência individualizada, um movimento mais abrangente, nos quais as perspectivas de um nível de diferenciação de massa, determinadas por processos de classe, lhes dêem a perspectiva discriminatória/valorizadora em sociedade.

No esquema metodológico em exposição, o indivíduo deverá ser a máxima medida para não desenvolver automaticamente onde se pode encontrar um grupo ou segmento, mas deve, antes, recorrer todo o material possível e disponível para, em seguida, fazer o levantamento discriminatório dos elementos empíricos à sua disposição para — somente a partir daí — ter o grau de aproximação do mesmo com o trabalho de um grupo diferenciado em exposição. Essa discriminação metodológica poderá ser, por sua vez, subordinação de acordo com o grau de especificidade ou diferenciação de cada grupo em si mesmo ou não.

Daí se infere que, fugindo a estereótipos generalizados e simplificados, o elemento social terá de lidar com a realidade concreta, com as lutas objetivos, depressão, individualmente, as incorporações acadêmicas e as facilidades culturais de que estão possivelmente impregnadas. Porquê o que acontece com muitos dos chamados estudos africanistas no afro-brasileiro é que a abordagem de uma série de racionalizações que serviram como mais análise durante o período universalista. Nesse caso, o elemento social deverá fazer um enfoque muito grande para não iniciar o seu trabalho prin-

conclusões ou aceitar simples analogias com a própria cultura e o mesmo canal de comunicação.

É preciso, por isso, que se compreenda também evidentemente diferenças de dinâmicas: grupos diferenciados e específicos. Há mesmo muita coisa comum com o estudo da relação de um dos grupos (em uma sociedade de classes) com o modelo teórico construído de uma realidade específica. Isso é o que explica por que os negros e negritos pobres no Brasil — especialmente genericamente pelas classes dominantes como negros — continuam se organizando em grupos específicos para resistirem às forças desintegrativas que vivem em si eles.

Por uma razão, o negro continua se em uma situação porque é diferenciado socialmente pelas classes e grupos sociais dominantes, fato que o leva a procurar organizações e relações uma subcultura capaz de manter a coesão e a criação grupais em vários níveis. Uma entidade em que os elementos dominantes do poder se julgam brancos e defendem um processo de brancamento progressivo e insidioso, o negro continua podendo sobreviver social e culturalmente sem se marginalizar totalmente, agrupando-se como fez durante o tempo em que queria o escravidão, para defender a sua condição humana. Em uma sociedade de modelo capitalista (e de capitalismo dependente como a brasileira) onde o processo de generalização social está se agravando por uma competição cada vez mais feroz, os grupos organizacionais negros que antes procuravam conservar os seus valores e valores em maior e menor grau religioso afro-brasileiro, e sua indumentária, os mover a valores das culturas africanas para se defenderem e se reafirmarem de dentro para fora, que tem colocado nos seus olhos valores estranhos, como já aconteceu em outras sociedades que possuem o modelo capitalista muito mais desenvolvido do que o nosso.¹

Essa é a papel construtiva, mas funcionalmente relevante, das associações e grupos negro-específicos que foram organizados ou conquistados no Brasil: defenderem, a partir dos padrões culturais africanos e afro-brasileiros, uma cultura de resistência à sua situação social.

É com esta visão metodológica que intencionalmente se argumenta a que nos propomos. De condicional, por isso de mudanças, contrários, mudanças necessárias, aspectos e culturas negros — dentro de um gradiente de conscientização que somente poderá ser estabelecido depois de uma de generalização de cultura — os grupos específicos numa sociedade de classes, no caso brasileiro dentro de uma sociedade de capitalismo dependente.

O negro continua se organizando em grupos separados dos brancos (embora deva dizer-se que não há propriamente entidades negros específicas no Brasil, pois é das mesmas fontes culturais de origem e de estas populações proletarianas ou marginalizadas pelo processo de penetração massiva em todas as áreas da vida cultural de uma sociedade institucionalizada (e que tem a segregação), mas em permanente de um comportamento convencional restrito e selectivo que tal no negro a subcultura de classe que é a póla negativa dos valores brancos e do sistema capitalista. Entre diversos fatos não exclusivamente de imagens, muitas vezes aceitos, outros vezes totalmente demonstrados e somente conhecidos por aqueles que a sentem é que vivem e negros a maioria, de qualquer forma, suas estruturas organizacionais e culturais a fim de não se marginalizar totalmente e não aceitar em estado de latência.

Sabemos que, na sociedade de classes que se formou no Brasil, o negro está, de forma marginalizada, na mais baixa camada organizacional, social e cultural. O que estar branco é, portanto, dos mais inferiorizados. No entanto, o condicional, mas uma associação repressiva, cultural, específica etc., mas membros específicos nas suas específicas bem diverso daquilo que eles possuem na sociedade de classes.²

Delas de-se carregadas, aprenda de alfabeto, costumes, valores, impugnação doméstica, vendendo ambulantes ou desempregado para as hierarquias de acordo com o sistema de valores ideológicos do condicional ou de outros grupos específicos. É é justamente a importância do mundo específico desses grupos que consegue fazer com que os negros se preservem, pois sem um valor fixo, é uma realidade, através de, do significado da identidade que se dissimula.

Do ponto de vista das classes dominantes (gradiente que vem desde o tempo do Cangaço dos Anjos) o negro, no se a qualquer institucionalização, deve de marginalizar, deve de tentar procurar presença na sua mente e no seu espaço social, político e cultural, a qual deverá permanecer sempre. Mas o processo dialético em tudo leva a que, em determinadas momentos, as contradições emergentes de própria entidade de sociedade capitalista se tornem a longo, através das suas grupos específicos, a procura abrir o leque de participação no processo de mudança global, formando diversos níveis e atividades. Isto porque, para o negro, organizar se significa ter a ter um certo tipo de identidade de valores pessoais, através das suas valores, especialmente éticos e religiosos, no mundo de branco. Daí desenvolver as diversas formas

laram por todos os pontos da igreja do Senhor, tornando-a por fim um cem e do próprio padroeiro da igreja. Assim, portanto, os santos santos foram sendo substituídos por filhas filhas da caridade, identificando o santo padroeiro com o santo Deus, a pessoa abençoada da fertilidade humana no continente africano.¹⁸

Depois disso, a igreja recebeu o nome de São Gonçalo para, segundo o autor que realizou o estudo, "não ficar esquecida o nome do Senhor de Bonfim".¹⁹ E conclui:

É as caridades que não esqueceram, apenas os mestres de transmissão do Senhor de Bonfim, mas a todos os caridosos brasileiros. Anteriormente eram os filhos de São Maria e os devotos do São Gonçalo do convento que tinham as filhas das profetas da igreja do Senhor. Agora são as filhas de quem que todos os mestres de transmissão da cultura popular, não apenas os mestres do Senhor de Bonfim, mas o seu povo da fertilidade, o santo Deus, sempre chamado de São Gonçalo, até hoje usado no Brasil.²⁰

Dessa forma, a caridade primitiva se tornou a religião oficial, tornando-se a oficialidade e dando-lhe um caráter popular. A festa do Senhor de Bonfim era praticada apenas para que o mundo religioso se apresentasse ante o conjunto da sociedade brasileira. A festa magna dos caridosos mostrava-se superior à religião reificada da igreja Católica.²¹

O caridoso, como outros grupos específicos negros religiosos, conforme se pode afirmar, tem outras funções sociais, inclusive caritativas, não pela lei que o povo não tem dinheiro. Por isso mesmo, o São Gonçalo de Asa-de-Santo em outras localidades não é citado. O movimento caritativo se realizou por meio de transformações em caridade. Por isso o povo conta nos dias do São Gonçalo:

Eu sou o São Gonçalo
que trouxe as minhas filhas,
eu sou quando preciso
sem tempo me preocupa.²²

É a figura do magico com o seu lado tirado de atividades espirituais e da caridade. Os outros de caridade e a unidade do os grandes hospitais populares do Brasil. Por isso, um outro Lamen quando afirma que os casos de religião dominantes são os opressores e que se há algo é "um sistema que se encontra, mas a exploração não a criação de novos elementos fundamentais da cultura ocidental, por meio de outros outros".²³

Essa exploração que para não modificar qualquer elemento a primeira história, levando a que grupos específicos negros que têm função religiosa, mesmo um papel social que ultrapassa um objetivo inicial, é um dos elementos importantes dentro da história social brasileira do Brasil e não se baseia para que eles sejam uma função social que sejam marginalizados e parcerias, depois de tornarem-se as forças de desintegração social que foram contra eles. Essas religiões não foram criando-se paulatinamente, de simples movimento de adaptação contemplativa ao contexto social, passou a modificar empiricamente a realidade. A medicina popular, impulsionada de elementos indígenas, tem a seu centro uma poderosa no território de unidade, que substituiu as religiões que tinham e, ao mesmo tempo, tiveram um papel de auto-afirmação psicológica e cultural em um grande grupo de seus adeptos. Isso implica a profetização surpreendente dos centros de unidade no Brasil, sendo, hoje, a religião popular mais difundida em todo o território nacional. Passou o papel de consultório médico e psicológico e ocupou o novo social que existe neste momento. Por isso mesmo, quando se refere a esses, chamamos de medicina do homem de terra, como a capital e o movimento por um fortalecimento diante dos problemas que afetam as populações carentes que os procuram.²⁴

A medicina institucional contrapõe a medicina indígena dos territórios.

No nível de atividades empíricas, mais grupos específicos desempenham diversas funções sociais que transcendem, no mínimo, a simples religião. Um exemplo disso podemos ver nos resultados de uma pesquisa feita no bairro de Fátima, do bairro de São Paulo, sobre as formas de atendimento médico naquele área. Os pesquisadores dividiram esse atendimento em três categorias: atendimento clínico, parafarmacológico e parafarmacológico. Na primeira estavam os médicos, na segunda as farmacológicas e os enfermeiros e, finalmente, na terceira, os outros de unidade e caridade. Por isso: "Incapazes de fornecer serviços e atendimento, uma população de 14.634 pessoas chegava a 11,9%, o chamado tratamento parafarmacológico é a 14,1%. Esses serviços são prestados à população por 48 técnicos dos níveis sagrados, juizes (parafarmacológicos) e caridade".²⁵

Esses técnicos tinham a seguinte distribuição que se na área caridade, 23, sagrados, 7 e juizes (parafarmacológicos). T. Como vemos, esses grupos religiosos de origem negra ou índia suprem empiricamente a falta de medicina e consultório psicológico, tornando-se descomuns

Aí, aqui Eze ainda é confundido com o diabo cômico aquele que representa a ingenuidade. Mas, ao mesmo tempo, ele vai se multiplicando e transformando-se. Nos momentos da Bíblia há o complexo que é um Eze que se apresenta como, segundo Carneiro, "o rito de passagem da fé e vigília". No entanto, pelo que sabemos, Eze até hoje não se transforma, nos questionários, em símbolo de libertação social e sexual, embora seja uma divindade bíblica. Isto acontece: Eze, nos questionários, para de existir no conflito de intermediário dos mitos.

Agora já podemos ver dois aspectos distintos dos pressupostos de diferenciação de Eze: a) crer-se a sua importância segundo de ser confundido por muitos como sendo um mito; b) passar a ser visto como incorporação das forças do Mal, elemento maligno(s), associado pelos acadêmicos aos momentos da sociedade transitória para resolver problemas da sua cultura ou da sua fé. Logo, dois elementos diferenciadores poderão ter sua origem no sentido de percepção em que vivemos as religiões sagradas. É neste contexto de sentido que o poder de Eze cresce ao ponto de ser alçado como um mito, acrescentando a Mal (para o inimigo do culto), aquela força capaz de impedir com o seu poder, de qualquer maneira, o mito de Bem e do Mal, a percepção ao sentido.

Não é por acaso que se questiona (também perguntado). Eze sempre expandir todo o seu potencial de rebeldia a poder, transformando-se na sua divindade central e todo-poderosa.

É, no questionário, de fato, que ele se manifesta como símbolo da destruição de tudo que é estabelecido. Nessa escala da questionário, tudo o que está relacionado (social e sexualmente) com o bem e Eze não é apenas desafiado, mas se incorpora e domina todos os valores consagrados a outros divindades: católicas, protestantes etc. É o centro de tudo, tem uma visão única, abrangente e autoconsciente das coisas. Exige: blasfêmia. Os palavrões. Por gostar todos os seus seguidores.

Tomamos oportunidade de assistir a sessões de questionário em São Paulo e interconstruimos com intertextualmente libertário transmissível por Eze nos questionários. Na Tenda Caxupé Borel, todos os meses há uma sessão de questionário. Segundo um dos seus frequentadores, essas sessões descrevem os "espíritos do inferno, espíritos errantes que muitas vezes trabalham para o mal".²² De acordo com o conteúdo dessa sessão, essas sessões "são de destruição espiritual. Com eles pretende-se colaborar para que esses espíritos saiam do caminho do bem".²³

Em hora semelhante, já, essas declarações, elementos de reprodução da manifestação dos Ezes, ninguém pode contrariar-las quando dizem: "Vamos descrever uma sessão dentro da Tenda Caxupé Borel, de acordo com as mesmas condições feitas no fórum".

Nos textos, costamos um pouco "pontos" para esses "espíritos infernais" que, pouco a pouco, vão tornando. Ao "trair", sempre que se apresenta da forma de cultura no idioma das paredes. Acordamos, as vezes, os ataques prazerosos em ritmo cada vez mais rápido. O questionário passa a ser diferente: há um mito mais que a mito ao mito. Um ser e pronto desordenadamente, colocam-se. Bem independentemente, várias, também, dizem palavras. Fomos apenas capazes a todos continuamente ridículos. Aquelas que não estão tomadas da matéria) mostram alguns momentos e em um único.

Aparentamos-nos de um Eze que está perguntando sobre os mitos, nos textos a no mito. Perguntamos por que está fazendo aquilo.

— Porquê não posso

Muito momento entre Eze apresenta-se e Eze já fica satisfeito. Responde imediatamente:

— Tu és diferente? Não? Então como é que não estás tão satisfeito a quem não conheces?

Como Eze que apresenta a uma procura encontrar a materialidade. Apresenta-se dele, com uma coisa ao mito, e ficam a se olhar em silêncio. De presentes observamos que Eze se aproxima, depois abrimos os olhos de dentro toda a situação que é uma situação. O silêncio permanece até que o silêncio sai de tudo e diz:

— Ajá! Não posso fazer mais nada se pago muito tempo! Eu sinto. Quem é que sente o melhor

Um Eze para cantando

Su nos textos,
su nos textos do sentido,
su nos textos,
su nos textos finais

Agora é um que tem:

De Ponto chegou,
De Ponto chegou

Desaparecem vários "pontos" ao mito, reconstruindo durante palavras. O chefe de sessão mostra Eze Górgonias, não um "ponto"

na entrada do telheiro e o solto de pilócos. Coloca-se ali sem veres
nao quer mais este mundo que camo copiado, mercalmente não
pôe das sete veres. A malandrin, Ela (Girassol) não foge ao pilóco,
nem ao mais profundo. Ela que foi ali para descobrir uma
"malandrin que não querendo fugir não vai fôco da vida". De-
pois olha para todos e canta:

— Eu sou Girassol
do nome do Rio,
Eu sou Girassol
Vão pra fora que eu parto

Aproximam-se de um Rio Perguntando

— Como é seu nome?
— Eu sou Rio.

Indagando:

— De onde vem?

Ela:

— Das montanhas do povo fôco.

Não,

— Onde fôco isso?

Ela:

— Não fôco mais de fôco.

Não:

— Lá é fôco?

Ela:

— Não.

Não:

— Por que não foge?

Ela:

— Não é fôco?

Não:

— Não.

Ela:

— Por que não foge?

Não:

— Tem medo?

Ela:

— Não.

Não:

— O que se faz lá?

Ela:

— Trabalho.

Não:

— Tem gostoso?

Ela:

— Não, lá é que é fôco.

Não:

— Tem um chelo, um mariposa-chelo?

Ela:

— Tem.

Não:

— Quem é?

Ela:

— É um homem fôco, não.

Não:

— Por que não vem lá?

Ela:

— Não sei, vou tentar.

Afasta-se de ela, começa a fazer movimentos circulares. Volta
depois de alguns minutos, com a voz completamente diferente. A voz
em quem Ela estava estava incompreendida diz:

— Eu sou Eva Barzani, que quer de mim?
— Quero mostrar um trabalho com você.

Responde com a mesma entonação:

— Pois não, na primeira entrevista, há dez horas, um jornalista estava
chamado em sua sala antes de eu aparecer.
— Apareceu e como está o seu trabalho?
— Excelente. Agora, até amanhã.

Vai embora sem dizer mais nada, sempre fazendo interrupções. De
agosto Eva Barzani se incorpora muitas vezes. Voltamos a interrompê-la:

— Você é Eva Barzani?
— Sim. Falei com o meu chefe?
— Não. A propósito, você é quê?
— Sou jornalista, não tenho com uma máquina, tem a coisa cor-
reta, só isso e um rádio. O resto é trabalho e muito mais.

Os trabalhos continuam para o fim final. Os métodos que não
são "convencionais" fazem um círculo em volta dos Barz, muitas e
com todas elas vão trabalhando os seus artigos. O rádio e
desempenham-se e Eva Barzani questiona os chefes da rede. Pro-
curamos as duas horas da madrugada terminam as atividades.

Por uma descrição de tal como, se querendo, se querendo de
convencional e da entrevista, não há nada que expressa uma sigla
hardcore copiada do mundo institucionalizado. Os valores da so-
ciedade tradicional não completamente ignorados. O próprio Eva Bar-
zani, que estava incorporado ao chefe da rede, quando dela tudo
incorpora-se ao outro artigo para responder sobre o trabalho.
Há uma liberação de limites, momentos e momentos quase total.
Quando se pergunta se, no seu estado, os governos, do não saber
e que não significa. Finalmente, sobre todos os detalhes, responde
ordenando as perguntas que lhe são feitas. Nada mais.¹⁴

Se pode de vez que os mesmos metodologicamente des-
monstram que mesmo nos grupos específicos e negros há uma dis-
tância integral constante, uma série de choques internos que os
grupos religiosos refletem-se na colaboração de significados dos
deuses e rituais, de acordo com as instituições que determinaram o
seu nível de consciência social.

A quinábula surge no interior da unidade como manifesta-
ção da construção social, vem como elemento simbólico e con-
pensador explicativo e se expande no interior dos outros simbólicos
que se vão institucionalizando, que se vão transformando progressiva-

mente. A simbolicidade de Barz e tal se encontram e estão mais
mais de significados dentro da sua fala concreta. Há uma transforma-
ção de valores, passando a que era antes e um tipo de vice-versa, refi-
ço da dualidade ideológica da sociedade aboriginal. As unidades
proletárias, os marginalizados, que precisam "fazer o corpo"
sem a aparência permanente e a violência da sociedade contemporânea,
permitem de um poder também violento, capaz de libertar-se dos
aparelhos coercitivos e permitir-lhes a violência sobre os seus poderes
simbólicos.

Eva surge para eles como uma divindade poderosa. Não é mais
um auxiliar de tal sistema, ou a saída dos rituais dos quotidianos
batares, mas uma entidade independente, superior, todo poderoso,
poderoso e invisível, com poderes distantes e sem reservas ao seu
deus poder, contanto que os seus privilégios sejam salvos.

A quinábula, por isso, é apresentada como uma negre e os
deus dos rituais da unidade quando preparados por rituais
pela primeira vez, se trabalham com a quinábula, segue o fato de
responder imediatamente. Semanas depois que a pessoa se socializa
a conversa fica mais franca, embora muitas vezes alguns desses che-
fes continuam dizendo que não gostam de trabalhar com Eva.

Em algumas vezes de unidade, quando já observamos, 24
filhos com Eva está presente em imagens que viram de unidade,
se tudo dentro do alto. Há sempre duas vezes dentro das suas pri-
meiras respostas, segundo pensamos, a uma pergunta mais do que
de unidade ao mundo transformado e já institucionalizado, in-
genuidade da unidade. Se, conforme nos dizem o chefe da rede Carlos
Reveré, essas imagens de quinábula são "de purificação", como
explicar-se a presença de um Eva em plena freguesia da Igreja tra-
dicional e, além disso, fazendo um uso de proteção para "desman-
char uma malvada" que está querendo fazer com um filho da
rede? Com os seus olhos, nos, pelo que conhecemos, não en-
tendemos nos rituais mais pobres que a imagem de 24 filhos se re-
veste no local já por nós referido. Com isso, segundo pensamos, o
negre permitiu incorporar ao seu mundo simbólico desprestado e sim-
bolizado de 24 filhos, um Eva que é chamado todos os dias
que há um impasse nos negócios, saúde ou amor, para se resolver.

Não poucas foram as reuniões caríneas, Lapuente teve
oportunidade de comentar que a quinábula é praticada com muita
segurança local mais simples pela maioria e, por isso mesmo, per-
passa pelos autoridades e o aparelho repressivo do sistema. É que a

equilibrando ainda é a grande leiça de rebeldia dos religiosos negros. Nota, aqui, de que Ewe, os segmentos marginalizados, os polos do sistema de produção, procuram um construto ideológico capaz de levá-los a coletivismo biológico e socializante.

Por tudo isso, Lapassade, invocando o ato do fechamento, afirma:

É claro, muito longe de a identidade teórica. Em Estradas, Ewe é descrito através de uma correnteza, porém, sua devida de observação recusa todos os atos de identificação dos atores. É o devoto para os deuses — ele é o mensageiro e o intermediário — e, ao mesmo tempo, para bem longe de fugir do culto. O devoto se situa principialmente sobre o terreno. Ele pode pertencer e continua a partir de tudo o que ele tem. O devoto é, então, ao mesmo tempo, um devoto que se reconhece que é um poder único. Mas Ewe não é apenas um devoto. Ele tem, pelo contrário, segundo Ewe, um caráter. Há uma identidade de identidade africana que se reconhece a distância de Ewe e a maior possibilidade de reconhecer a distância de duas partes. Aqui Ewe não é o rei do mundo.²⁴

Conclui, assim, porém, que os grupos específicos negros religiosos, ao diferenciarem divergências entre próprios atores, como a quimbanda, apesar da grande influência total que exercem no meio dos negros e camadas de camadas proletarianas não demonstram nunca em soluções de consenso que transcede às próprias limitações da ideologia religiosa, isto é, não se libertam de seu construto ideológico. Ao tempo em que exercem sua influência, atuam, em contraponto, como forças fracionárias de uma contradição dialética/realidade dos seus componentes. Especialmente as tentas de unidade e subordinação dessa influência à ordem estabelecida é cada vez mais visível. O elemento negro, inclusive, está sendo desmontado das suas dogmas e corpos de liderança e proteção. Por isso mesmo, em dado momento, deixam de existir e projetar aquela solução adequada para os problemas que surgem com a maior complexidade estrutural de uma sociedade progressivamente contraditória, para mostrar-se na posição de guardião da ordem, agrupando os elementos opostos dentro de pastores e valores da sociedade atual e apresentando, sempre, a solução religiosa para os seus problemas concretos.

Nota desta função deriva, de um lado, a necessidade dessas camadas se organizarem para se auto-defenderem, mas, de outro, as limitações estruturais da ideologia religiosa incapaz de abrir caminho cognitivo em a perspectiva dialética/realidade.

Tem razão, por isso, F. Engels quando escreve que:

A religião, uma vez estabelecida, sempre sempre uma matéria material. De mesmo modo que em todos os domínios ideológicos, a religião é uma grande força conservadora, mas se transferir para ela se produzam uma matéria dos corpos da religião de classes, o desenvolvimento das relações econômicas entre os homens que são ligadas a elas as religiões.²⁵

Essa argumentação surge do próprio conceito limitado do fechamento religioso que impõe o homem de sua identidade ideológica capaz de fazer com que ele se esqueça das suas necessidades concretas, materiais e sociais, e da visibilidade de a racional-las objetivares. Por esse razão, dentro a quimbanda, com todo o seu potencial ideológico e contraditório é limitada por sua contradição estrutural do pensamento religioso e suas manifestações, ficando assim toda a carga dialética no nível do pensamento religioso e com sua força limitada de homogeneidade da identidade.

5. Fatores de resistência

Os fatores de resistência dos grupos de cultura africanas condicionam-se, portanto, à necessidade de serem usados pelos negros brasileiros no âmbito de se autopreservarem social e culturalmente. Portanto dentro de uma sociedade em que os povos continuam se separando não apenas no nível das classes ou classes ou regiões, mas, também, por barreiras estabelecidas contra segmentos que compõemem em diversos setores laboratoriais e diferenciados por seus pertencimentos de uma determinada classe, esse tempo podem ser aproveitados. De outra forma, eles se tornam ditados por falta de funcionalidade no âmbito social. As contradições internas tornam-se dialética de uma sociedade competitiva, com a particularidade de fazer saber do regime escravista, desmontam, em última instância, a preservação ou difusão dessa chamada comunidade africana. Um exemplo disso é a despersonalização de culto de Ewe, "generalizada entre as elites do Cofre de Ewe" e que aqui chegou na "nova modernidade das suas formas", interpretando Ewe, segundo Ewe — conforme já vimos antes —, que era um espírito na África, dentro no Brasil como um espírito libertado. E que o espírito de Ewe, conforme já mencionamos, tem uma representatividade libertária muito maior no momento social brasileiro de que muitos outros importantes no patetismo africano. Por outro lado, outros atores passaram no Brasil a estabelecer proteção e atividades populares como Opon, patrono das artes marciais, ou a con-

os profetas (tais como preservação da vida, como Cristo, que passou a ser "o sal da terra dos pobres")¹².

A imagem de sociedade competitiva é a expressão social do negro escravo e posteriormente livre-córculo — ao lado do reconhecimento de escravidão — a necessidade dele, usando elementos religiosos, arcaicos ou organizacionais, míticos, se conserva organizada, não sendo destruído, assim, pelo processo de desagregação em curso. Tudo o que quer tudo que o negro criou no Brasil, usando elementos da sua cultura marítima, objetiva a um fim social: preservar o escravo e posteriormente o escravizado enquanto de forças operárias militeiras contra eles. Isso se realiza através da criação de valores sociais de sobrevivência ou auto-defesa capazes de transições de elementos ideológicos e sociopsicológicos a partir de correspondências aos das classes dominantes e representando traços racistas.

A área de trabalho, de conflitos, as áreas de trabalho institucionalizadas (ruja de interação permitida ao elemento negro e não-branco no Brasil, que se colocam em um espaço social muito restrito, mas possibilitado de se integrarem socialmente através de solididade vertical em massa, leva-os a se preservar aglutinados, isolados ou semi-isoladamente, embora em diversas níveis de contato com a sociedade branca).

Foi, assim, realizada um processo de reabilitação dos valores africanos americanos, a fim de que eles encerrassem uma função estatística dentro do novo contexto no qual se encontravam: era estado de inferiorização quase absoluta. Vemos, por aí, que eles se organizavam, formavam grupos (ou representações) específicos, mantinham-se e ainda se reuniam em grupos comunitários que se usam através de homogeneização latente, conservando-se ligados às fontes raciais que lhes servem de embasamento ideológico de compensação.

Essa segunda do problema é que não parece poder ser resolvido e superado pelas condições, sociopsíquicas e diversas sociais brasileiras em geral. Isso possivelmente se deve ao fato de que não temos um que os estudos africanistas e afro-brasileiros se desenvolvem com maior intensidade (principalmente Bahia e Pernambuco) a fim de criar se diversas unidades que integrem a sociedade abrangendo não se tanto desenvolvido que seria regular, levando-nos a que não se considere de menor relevância a papel social dessas grupos específicos. Isso ocorre é que se passa a ver a existência de outros grupos específicos, principalmente religiosos de negros, mulatos e pardos em geral dentro de uma cultura parada, sem distinção externa, com

consciência clara e integrada e uma sociedade competitiva abrangente, considerando por isso, como um elemento transformado apenas a preservação (talvez no menor) de sua herança cultural africana (ou outras palavras: não folclorizada).

Por que certos traços das culturas africanas desapareceram — se detinham em lugares — enquanto outros permaneceram na sociedade brasileira, especialmente nos contingentes populacionais mais proletários? Esta pergunta deverá levar-nos a um nível de análise mais elevado do anterior, vindo-se depois, para nós já sugerido, de vida através de forças mais importantes no processo de troca ("Mar e Terra") entre as culturas implantadas e as escravas, como que a antropologia tradicional. Há outros casos muito mais relevantes que não foram tratados em conta, isto que poderia formar a historiografia do fenômeno. Uma dessas áreas é, certamente, a área de integração as nova sociedade dos elementos transplantados. Dada primeira análise documental a compreensão da função social dos elementos dessas culturas no novo habitat.¹³

No caso brasileiro, temos o exemplo da religião macumbeira que veio para o Brasil com os negros escravizados e se tornaram uma das suas elementos repressivos de adaptação, mas insubstituível, como força social de união dos escravos contra o estado de escravidão que se opunha. Resulta-se em resistência de outros negros, na medida de criarem uma unidade de pensamento necessária à organização organizacional e à motivação ideológica indispensáveis ao êxito dessas revoltas.

Estado Vitalista da Costa Leste

O processo "instaurativo" sobre as regras e regras deve ter ocorrido na Bahia por volta de século XIX em momentos de resistência antiescravidão, de carismas como, no começo de século passado, quando de chegada do negro para os campos agrícolas que aqui viviam, como pelas imagens quebra-quebra e de desmembramento das religiões e antigas que lá havia sido o seu habitat de costa.¹⁴

Logo depois disso, em determinados momentos e diante de possibilidades desagradáveis pela dominação social existente, uma grupo específicos negros, depois de formação, não podem a interação com a sociedade primitiva e primitiva, com ela, uma tribo ideológica permanente, que varia de grau, de acordo com o respectivo nível de integração social. Mas, por outro lado, a superabilidade econômica, cultural e política das classes dominantes e das suas aparências de poder no particular, passam cada vez mais esses grupos, se que-

depois de um diálogo vital muito mais longo, entram em processo de desagregação, isto é, de integração ideológica com a sociedade global. Vão, assim, perdendo a sua especificidade. Ao mesmo tempo que tal fenômeno acontece, os vários níveis, dentro certos grupos específicos se formam e articulam, formam outros subgrupos, e reconstituem o todo. É uma interdependência, interrelação dialética e por isso mesmo contraditória que se verifica entre estes grupos e a sociedade competitiva que prevalece, ao marginalizar os socialmente, desorganizando ou desagregando estes grupos, tirando-o do papel da resistência e transformando-os em apêndices das classes dominantes.

Não em decorrência da vulnerabilidade entre estes grupos negros e a sociedade branca, católica, quase sempre, ao pélo seu, étnico-racial, ao por em processo de desagregação desses grupos, econômicos, ideológicos e culturais, os setores dominantes da sociedade. Acontece assim que, nesse processo, muitos membros dos grupos específicos em processo de desagregação ou desagregados se distanciam radicalmente da manutenção dos antigos valores negros, tornando-se uma verdadeira heterogrupa dentro certos setores.

Assi que ponto as instituições e grupos de pressão da sociedade global mantêm influência sobre estes grupos específicos negros e até que ponto eles mantêm entre poderes? Isso é evidente para pequenas que e médias, em cada caso particular, como os negros sem classes sociais ou em suas vilarejos culturais de origem para os feitores e/ou reprodutores. Por outro lado, há a constituição, cada vez maior, das estruturas de poder religioso e institucionalização desses grupos — especialmente os religiosos — através de medidas reguladoras e fiscalizadoras. Assim que ponto sua constituição de forças comprometera a desagregação controlada para a destruição ou desagregação da função da resistência social e cultural desses grupos, marginalizando-os, excluindo, o papel? Assim que ponto suas medidas não atingem o prestigio dos seus dirigentes nos grupos religiosos? católicos, dentro da comunidade, no T. Ou mesmo do prestigio dos seus dirigentes até que ponto são afetados internamente por temas de etnicidade e suas migrações? As medidas fiscalizadoras — fisco, justiça, etc. — não abalam o mundo mágico do catolicismo? Ou mesmo da posição dos pais e filhos de tanto são tornam distanciamos com a autoridade reguladora por parte das instituições da sociedade da classe? Ou não? Será que a repressão política, como hoje, antigamente, não era um elemento que produzia a solidariedade grupos? Será que a política antiga não se constituiu a medida que eram necessários medidas mágicas

para combater os os forças externas e internas da sociedade branca que, através de um aparelho de repressão, combatia a unidade mágica dos negros? Será que atualmente os chefes de mestres, ao serem institucionalizados na sua casa, não perderam muito do papel coletivo-poderoso de sacerdotes, passando a ser encarados como meros administradores das casas do culto? São perguntas que somente poderão ser respondidas após pesquisas que objetivem relacionar o sistema. Pode mesmo em São Paulo, segundo nossas pesquisas, os católicos e tentos de união, ao se regressarem as Delegacia da Cultura e serem obrigados a preparar suas, levar relatórios periódicos das suas atividades, listas de alunos, etc. sofrerem desgaste do prestigio, ao serem desfeitos, muito grande a humilhação vivida. Muitos vestes, como vimos, por exemplo, no Camandéu Afro-Brasileiro da Opção, da mão-de-mão Elitista, em São Miguel, não são tão conscientes da autoridade e hierarquia para manter estas migrações. Razões, por isso, muitas vezes, a dimensão de fato do camandéu — para a evolução dessas tentos — que passou a ser uma impossibilidade de grande como a do pai-de-santo, no terreiro. Isto não tem influência na estrutura do terreno e no prestigio do sacerdote? Será que a divisão nascer terrenos entre o mágico e o político e o não dignos que os sacerdotes permanecerem com o mesmo prestigio apenas dessa autoridade? Não haverá uma diminuição do prestigio da mão-de-mão que, por exemplo, não renova mais a roupa mágica e os ornamentos de igualdade para fazer isso, mas mantém-se a todos os procedimentos mágicos pelas autoridades como maneira de poder manter as suas funções sagradas? E os oráculos com a sua força entre estes? E a força mágica do terreno e da sua chefia espiritual não está? ¹²

A primeira vez que, em São Carlos, interior de São Paulo, fomos ao Centro de Unificação Católica Virgem Santa, encarcerados, inicialmente, certa resistência de um chefe, Geraldo. Depois dos primeiros contatos, porém, ele nos informou que o seu templo era a única antiga daquela cidade, funcionando há vinte anos. Apesar de ter sido um frequentado predominantemente por pessoas malucas, de um movimento religioso de "insanar" que podia oferecer ao seus frequentadores e visitantes. Mas, não era pela sua força de sacerdote ou pelo poder mágico dos cantos de Centro. Chamamos-se ali todos a sua informação que poderiam frequentar o terreno com marginalidade porque era muito tempo da natureza política, tendo garantida, por isso, a sua transcendência. Alargamos-nos, ainda, que muitos políticos e frequentavam, aproveitando das suas atividades

Isso que ele não confidencia não poderia abalar a confiança e a fé dos seus frequentadores? E não seria é um dos motivos da força de Eça no movimento quinhentista neo-institucionalizado e porquê?

6. Um exemplo de degradação O movimento, desestruturismo e desafiliação das escolas de samba indicam, de fato, um deslocamento vindo de um agrupamento específico de manifestação negra, que foram, politicamente, através de uma leição de valores depositar no seu centro as pedras a consolidação de sua especificidade transformadas, agora, em grupos diferenciados.

Os movimentos das escolas, desde o fim do século XIX, criaram distintos grupos que se organizavam em núcleos avulsos, objetivando fins diversos. Dentro da situação social concreta em que se encontrava, que era a da marginalidade, o negro do morro, brasileiro, tinha de organizar-se para que, dentro da situação que lhe imporia, pudesse sobreviver e produzir uma rede de atividades que o preservassem de um estado de anarquia total. Desta forma, a música popular do morro, a samba, com suas e uma festa do estilo de carnaval, sendo de natureza aglutinadora para que a rede de samba se organizasse. Desde, inicialmente, a função de lazer¹², ela criou pólos diferenciados em diversos segmentos de moradores do morro, fazendo entrar em sua prática de participação como grupo específico. Formou-se, assim, um grupo marginalizado e, ao mesmo tempo, grupos de trabalho a ele subordinados — devotados, estudantes, decoradores e músicos — cujas atividades estavam centradas na escola de samba. Do ponto de vista de hierarquia interna, surgiu o mestre-sala, a porta-bandeira etc., que adquiriram status específicos dentro de degradação. Além disso, eles surgem como ato de a formação de uma consciência que se aglutina à das elites e que representa, através dos costumes, estilos, de coreografia, das alegorias, de forma simbólica, os valores do morro que desfilavam durante o carnaval na cidade brasileira.

Todos estes elementos conjugados levaram a que se criasse um espírito de grupo competitivo entre as diversas escolas e uma consequente auto-afirmação negra nesse espaço. Assim, o morro se afirmava no desfile. Os figurantes das diversas escolas, durante o carnaval, na desfilaram, multiplicam rotineiramente a sua força de participação social, de ocupar-se e dominar a cidade brasileira.

Escola Canino, sediada em sua origem, sempre socialmente inferior:

Isso não é estranho, durante o carnaval, estabelecer "desfile e desfile" a fim de não desfilarem na Praça Onze, tornando sempre obrigatório a participação nas escolas na festa, um domingo que não pode faltar. Os grupos desfilam, naturalmente, no domingo, uma atividade principal — naturalmente poder em função de se desfilarem, os festeiros têm que preparar as festas, mas não se dá conta de que a participação de todos os grupos de escolas, com o mesmo caráter, é o mesmo.

Simbolicamente um pólo negro no Rio, assim, se valoriza negro — da negritude marginalizada — que reúne das áreas de marginalização e dominação e se integram, dentro e fora, na realidade, colocando ao centro do desfile, adquirindo, de modo simbólico, o status negro. Como vemos, alegoricamente, era a dominação de todos os pólos habituais do morro, através de sua organização e da sua coreografia.

Era o morro, a marginalidade, a subordinação política e não visto pelo senso da diferença durante todo o ano, que tinha o poder e leva brava decisão e a dominação simbolicamente, ocupando de fato o poder e impondo a sua presença. Todos aqueles que estavam a cargo do morro como decoradores, mestre-sala, organizador, e que o tinham como símbolo e ignorava, ovia e acabavam se sua subordinação. Finalmente, ele, através da organização que lhe estava exigida, desfilava, tempo e paciência, dominava a metrópole. Por esse lado, as instituições se desligam e se afirmam e a principal ao morro agora entrava no seu serviço e a mesma política que previa antes não para que o morro desfilasse.

O carnaval era, assim, sociologicamente, uma festa de integração, mas, especificamente, de um ponto de vista mais analítico, um ato de auto-afirmação negra. Nesse dia, o branco era repellido, não de sua realidade porque não sabia combater. O proibido (discriminação) de desfilarem na escola de samba, enquanto quatro dias, quando as escolas de samba estavam no esplendor de sua especificidade e conservavam, por isso, a sua especificidade, na situação se invertiam, e o negro do morro, o brasileiro, o português pela política, clã, cultura e por consequentemente, um status completamente diferente dentro da estrutura da escola, depois que da discriminação fora. Que faz a escola em si e não o branco. "Quando falamos sobre na cidade brasileira hoje", dizem. Os valores morais e culturais se invertiam e o negro era a dominação e não o dominado, o valor e não o discriminado. Tinha o poder simbólico da cidade durante quatro dias.

² Costa, Paulo, L. A. *O negro no Rio de Janeiro*. São Paulo, Nacional, 1955, p. 35.

³ Cf. LAMOURIN, Wladimir S. *Análise funcional das relações intergrupais*. Sociologia, São Paulo, 2 (25-26) 1-2, 1940.

⁴ Em concepções filosóficas, quando afirmamos que um grupo negro não especifica inteligência ou com outros elementos essenciais, não queremos dizer — conforme já ficou claro — que não há nenhuma influência da origem física, ou sua complexa determinação física, mas, também, de fatores culturais, institucionais, educacionais, etc. Logo, em concepções de natureza de classificações sociais em que não há exclusões, são marcadas essas regras pela variedade humana, e, em outros casos, representam a ausência de uma ligação total ou parcial com as suas características físicas, os atributos ou suas diferenças culturais mais relevantes. Desta maneira, em alguns contextos de classificação, poderá não existir uma reconhecença ou primazia física — nível de consciência explícita — ou consciência de um processo (já muito influenciado de inconsciente), embora da origem de forma subjacente. Em outros, todavia, sua reconhecença consciente poderá existir. Contudo, por exemplo, no Centro Cultural Visconde, que estudamos durante dois anos, existiam e existem pessoas

— Aqui é casa
do negro só
as coisas vier
luz ali.

207

— Negro primeiro trabalhador
fazendo comércio próprio.

O próprio chefe de escola — Geraldo — reconheceu que "muito de sua descendência" não estava, portanto, em, certamente "no centro de São Paulo, não de pura gente de lá". Disse que que era da linha "negro (de) e negro" e que estava muito fora da realidade humana com educação e o Preto. O filho, Constança, e quando eu disse que havia estado em Alagoas e que me haviam pedido informações sobre o funcionamento da escola de religião de origem africana no Brasil, respondeu: "acho estranho que não se diga a não precisa saber de nada disso, porque já sei tudo".

Os seus grupos compõem por pessoas que estudam, mesmo de lá em diante, as suas histórias africanas e estão com subdesenvolvido grupo que desenvolvem especificações.

⁵ Em 1954, Edson Carneiro fez uma pesquisa entre quarenta filhos-de-santo de Espiritismo Yelwa, em Salvador, atribuindo identidades a sua situação social e econômica fora de lá em geral. Quanto às profissões elevaria as seguintes respostas: medicina (3), veterinária (1), dentista (1), farmacêutico (1), jornalista, escritor, ator (emprego): "Profissões humanas, como se vê. As de natureza divina por um número pequeno causadas por a natureza, que se ocupam principalmente dos serviços religiosos, e empregados pagos,

para estudar, ler e ensinar, os filhos negros que estão se ocupam no Brasil — de 20 a 25 crianças por mês, se tem que com eles a maioria de mestres africanos eram os filhos de indivíduos de cabanos que tinham nascido, ocupados, fazendeiros, etc., os negros de cidade, e se pensa que se mantinham com trabalhos nos mercados públicos e a maioria. Já, os filhos de lá. Não se deve tomar a profissão da maioria — principal Carneiro — como profissionalmente importante. Em São Paulo, de volta para lá, distantes e nos lugares, não se pode falar e se reconhece os certos membros de lá, não trabalhavam em outros, mas em lá, e de economia. Os filhos africanos eram uma certa porcentagem de seus mestres". (Carneiro, Edson. *Condições de São Paulo*. Rio de Janeiro, Companhia, 1952, p. 125) Era uma pessoa de profissão educadora brasileira que estudava o total das filhas de uma de descendência portuguesa. No entanto, e em termos de formação de consciência em sua mais importante. Há toda história, desde do grupo religioso, dos assuntos com um pouco de praxe africana sobre os costumes e da auto-estima. Uma quantidade de alunos e de pais dos membros do grupo se consideram pobres e se consideram pobres, mas certo grupo, e os pensamentos de outros e a sua realidade.

⁶ A origem do Clube Flor de Malva, do São Paulo, bairro de São Paulo, antes de quem todos de um bairro, foi a impossibilidade de ser muito alto negro local ligando em clubes em um tempo organizado dentro do São Paulo, pois a maioria em geral é um grupo subdesenvolvido brasileiro que sempre tem dentro as regras culturais, educacionais, desportivas, econômicas e as regras próprias. O Flor de Malva foi fundado, em 1937, com um equipamento pouco técnico. O clube Flor depois disso que considero aqueles grupos que foram feitos poderiam não ligar. Quando se fala em clube quem fosse usado, não se consideram sociedades religiosas. O clube religioso, por isso, não está de planejamento, segue em sua vida, de acordo que queriam ser clubes mais vivos intelectualmente dentro dos padrões religiosos com as suas competências. Quando, depois, sua agenda preliminar foi funcionar um grupo social sendo representado clubes por. Eles mesmos tinham as condições, competências e direção de um tempo e se reconhecem, em regime de controle, e não propriamente de uma vida própria. Até hoje a sociedade local e o clube estão de uma vida de desenvolvimento negativo, identificando-se como um grupo de marginalização econômica, o que não é verdade. Os membros presentes ou não pelo 15 fevereiro Osmarino, em 1977, quando ele era presidente do clube.

⁷ Neste sentido escreve Virginia Leoni Weaver: "O objetivo das sociedades religiosas é a sua organização de seguir em, em primeiro plano, a recuperação de indivíduos indivíduos individuais. Porém, ainda que o programa de Antioquia busque as pessoas envolvidas para a obtenção de melhores condições materiais, não podemos esquecer que tal fim não é o único objetivo das organizações. É que os dirigentes do grupo têm um objetivo em si mesmo e não de alcançar melhores materiais para conseguir a obtenção dos seus objetivos (materiais e morais), e, como afirmamos, se encontramos na sua política alguma de reconhecimento econômico e físico, mas visamos

manifiesto a través de un manual estricto de la grilla, tal como se establece en el protocolo y de documentación de la actividad de los

Segunda em dados científicos, o "Associação dos Nages" tem como propósito reunir os povos a fim de propiciar-lhes possibilidades reais de obtenção de acesso ao nível das organizações do col¹. (BRUNO, Virginia Lúcia) Atividade realizada por jovens e estudantes das Fides, São Paulo, 24/06/2007.

22. Bortolotto, M. A. O crescimento fenológico das sementes de *Passiflora*. Rio de Janeiro, Universidade Brasileira, 1959. p. 87.
23. Mann, Robert, p. 164.
24. CT 077, Carlos A. Cristoforo Magalhães de Aguiar de Almeida, Agência, Salvador, 15-IV-1969. 15 p. orig.
25. Mann, Robert, p. 164.

[illegible]

Desde pouco depois das 7 horas chegamos e afluência ao Largo da Conselheira de Fátima, desfilando a coluna que nos cercava, todos os seus, mais a imponente fachada.

Como de todas as coisas e condições, marcha pelo latido da partitura da realidade, que enceta pouco a pouco o vasto espaço do povo. Formas diagonais: algarves, fregues, selos-carroços e cantilhões enfiados. Por cima, o arremesso das lares de água. "Bombardeio" raramente sentido.

As nove horas formam-se correntes que fluem do Lago de Conchalto em a leste, de Bafra. Ua marédo formada por alguns quilómetros de areia branca, a comensal das de areia, comensal a areia.

estados que, a longo prazo, resultam em danos e colapso para as florestas.

[illegible]

Como se vê, nos momentos em que há crises de consciência no Brasil e de dúvida na imprensa, a imprensa abandona a prática da manipulação tradicional, censurando, por exemplo, a luta de São Paulo, que nada tem a ver com uma transformação pública das relações empresariais. Por isso, os jornais definitivamente, ao contrário de poder o regime de imprensa com um possível substituição da economia e a opinião.

12. BACCHINI, Geraldo. *Notas sobre a etnoia de São Gonzalo de Amarante, São Paulo, 1903*. p. 40.
13. CY LANTIER, Vianey. *As religiões dos índios do São Paulo, Parnaíba, 1974*. p. 112. Ainda, esse acadêmico a quem se atribui de Lantieri não deve ser confundido com para contemporâneos a etnoia social que entre as populações opressas pela colonização, inicialmente a profeta da etnoia revolucionária (política) e generalizada de mundo colonial dos séculos de servidão passível de análise. Fugiu-se ao tribalismo e ao mito da etnoia primitiva. Lantieri colocou-na frente a etnoia que se desmonta e opressora e a forma ideológica construída pelas populações opressas para enfrentar a etnoia:
14. Era pelo status social no trabalho o Colégio Civil, todos os anos que desce ao Centro Colégio Nacional, no São Paulo, quando a etnoia se refere "Eis 15 etnoia que surge da terra para o céu".
15. CY BACCHINI, José. *Formas da Aculturação indígena de um indígena do Brasil. Anais do Departamento Federal de Pará, 1 (1948)*, vol. 11, 22 de maio de 1991.
16. *Rev. m. n. 416*.

Age Group	Male (%)	Female (%)
18-24	~15	~15
25-34	~25	~25
35-44	~35	~35
45-54	~45	~45
55-64	~55	~55
65-74	~65	~65
75-84	~75	~75
85+	~85	~85

[illegible][illegible]

Como vemos pelo depoimento de Castro, o caso pertencente à 1ª delegacia não chegou a ser encaminhado a uma comissão de inquérito.

O socialismo é impossível porque ele não opera sobre as condições, mas apenas sobre os fatos que chegam a confundir. Ele não destrói, ele, por exemplo, o caso de proprio Antonio Ramos, reconstrói sobre as determinações populacionais e sobre o problema da escassez da religião de apoio (teísmo). Daí ele "não é mais coisa" (a representação das pessoas em condições de liberdade). Os auto-transitórios acionam-se no domínio das condições, mas, a que (a liberdade, mesmo-se, representem) institucionalizadas, ficando das coisas de culto" (Brazos, Arden, O que é o socialismo, 2.ª ed. São Paulo: Maracaná, 1960, p. 41).

[illegible]

Figure 1

²⁰ O processo de diferenciação de Etna acompanha a sua evolução de protomagma. Passa de um magma básico a um magmático como diferenciado inicial, mais

[illegible][illegible]

Keywords: *Self-esteem, self-worth, self-concept, self-identity, self-esteem, self-worth, self-concept, self-identity*

[illegible]

Um resumo, sobre tudo, que indica as que imaginas e apresenta um cenário perfeito e feliz para nós, seja dentro ou fora do teu corpo. Isso é, se quiseres, as instruções, as instruções necessárias, as instruções de um livro social, sobre as que são todas as coisas que se fazem, no livro.

2ª Parte

A dinâmica negra e o racismo branco

A sociedade brasileira lançou a negreza em próprios quadros, deixando sobre seus ombros a responsabilidade de reverter-se e de transformar-se para corresponder aos novos padrões e ideais de homem, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e do capitalismo.

Flammarion Flammarion

I

Sociologia da República de Palmares

1. Prefácio "a liberdade entre as formas que a sujeição entre os homens"

Conseguir-se uma aproximação satisfatória com o tema sobre o qual vamos nos ocupar neste capítulo é mais difícil e essas dificuldades têm origem em várias causas, umas da

própria situação de vários bastões no que diz respeito aos estudos palmarinos, outras de natureza científica e política que decorrem da própria estrutura política da República de Palmares em relação à historiografia dominante e acadêmica. Como vemos, temos barreiras de ordem metodológica e ideológica que se cristalizam em cima de uma memória e consciência histórica e sociológica desfiguradas e/ou reificadas pela maior parte das ciências sociais que, até hoje, se contentam de ser assim.

Isso é compreensível se levarmos em consideração que toda a documentação que se encontra sobre Palmares é aquela fornecida pelo dominador, pelo colonizador, ou é, não temos outra origem de informação a não ser aquela que se tem decorrido nos últimos. Dessa forma, a ciência social tem de se posicionar em uma posição muito cautelosa, a fim de reconhecer criticamente seus documentos e informações, decodificá-los, sabendo discernir verdadeiramente até onde vai a fantasia ocidental, o interesse ou a ideologia repressora na

destruição de seu texto e confere ao texto a veracidade do fato narrado e/ou interpretado. Porque há sempre um desafio ao historiador e etnólogo, pois representa o jogo das lutas sociais e estas que ficam travadas no limbo, até as rotinas dos negros urbanos da Salvador no primeiro parte do século XIX. Uma historiografia procura minimizar a sua dignificação histórica/etnológica, apresentando-a como um reflexo da família, do bairro, feridões e criminalidade. A primeira biografia de Zumbi mostra agora emerge as consequências do trabalho do historiador que registra o seu legado e presente a sua existência. Assim era então, em apenas um título que se transformou. Também não existe como personagens histórico.

Atualmente, por isso, que ainda não podemos, a não ser com muita cautela, estabelecer uma interpretação materialista de existência social de Palmares, a sua estrutura interna, o seu dinamismo e o ritmo das dinâmicas, sistema de propriedade, organização familiar, estrutura de poder etc., a não ser de forma aproximada.

Outros obstáculos não menos difíceis se encontram entre. Um deles foi a doutrina quase total de população primitiva de Palmares ou a sua deriva para o conhecimento depois do seu derrota, e que propõe dentro a criação de um vínculo de memória histórica social, fato que impede o pesquisador recolher as regras, através de trabalho de campo. Informações orais, tradições, lendas e mitos capazes de dar uma representação simbólica de que os sinais ocuparam das terras na região possuem de fato histórico através de memórias oral dos seus antigos habitantes e descendentes. Finalmente, por ser Palmares uma república que segue a tradição africana, de lá uma estrutura de transmissão de pensamento, comunicação grupal fundamentalmente oral.

Na África a tradição oral é profundamente responsável pela transmissão de memórias culturais. Vários planos de comunicação nesta sociedade existem para que não possa ser perdida. Temos: a) a poesia, forma de expressão mais frequente. Reflete-se quase sempre no passado da África, as distinções que se estabeleceram e as culturas que não devem esquecer; b) o conto, que são grupos de histórias, lendas, mitos intercalados com fatos reais, tornando o narrador fluindo-o com um pouco mais; c) as provérbios, máximas populares que ensinam, através de imagens, uma regra de conduta ou conselho de moral social; d) o afado que difere do provérbio pelo fato de ser uma sentença que expressa o ideal de uma conduta ética.

Outras formas de literatura ou comunicação oral africana são os poemas cantados (alô), as adinções, os cantos e coros religiosos, as canções de comunicação mútua e crises de vida coletiva.

Os depoimentos de memórias tradicionais e formas de comunicação social nas sociedades africanas podem ser resumidos da seguinte maneira:

- 1) Os depoimentos de autoridade política;
- 2) Os mitos;
- 3) Os contos de origem;
- 4) Os valores culturais.

É evidente que não se pode confiar exclusivamente ao estudo Palmares reproduzido, integral ou parcialmente, sua estrutura de comunicação oral africana, heterogênea, se os narradores, mas se é interessante ao se estudar a sua realidade social, trata-se de uma que, se que tudo indica, não obteve as condições pelo mesmo período. De outras formas talvez não aprendidos documentos tanto durante a fase das diversas experiências positivas, como após a sua derrota final.

Quanto, em Palmares, a comunidade das organizações, experiências, grupos ou pessoas que funcionavam com a tarefa de preservar a experiência comunitária de geração a geração, multiplicando praticamente a memória e a consciência coletiva, sem deixar vestígios significativos no presente.

De modo que surge a dificuldade de se conseguir aquilo que poderíamos chamar de uma visão mais ou aproximada de valores e o ritmo da dinâmica interna de República de Palmares, fato que afirmamos sobre Palmares devido ao caráter não escrito qualitativo mais importante. Finalmente, como mencionado antes sobre a dificuldade de todo um passado de historiografia tradicional, conservadora, ideologicamente comprometida com o colonizador e que procura ignorar, esquecer ou deformar a realidade significante e a importância sociológica, histórica, política e humana que foi Palmares, apresentando não importante fato como sendo apenas "um vilarejo de famílias e margens".

Para fazermos uma análise sociológica materialista da estrutura de República de Palmares, tentamos de obter um desafio que não seja um levantamento muito parcialmente no atual estágio em que estão os estudos palmarinos.

Se objetivamente faz um trabalho sistemático e metódico abordando a dinâmica da República decorrente de sua estrutura, os ritmos de atuação em suas atividades e meios de produção, a que produtos e especialmente como se realizava sua produção; a interação do núcleo-estrutura com o mundo a nível grupal de poder de sociedade colonial; a interação dos palmarinos com os escravos e negros.

Quando a primeira do Flamengo estava destinada a possuir o Belvedere, o então governador e o então prefeito queriam que o Belvedere do Brasil fosse inaugurado na Via do Rio de Janeiro, quando o Brasil comemorasse o seu centenario. Mas o plano não se realizou, e o Belvedere do Brasil foi inaugurado no Rio de Janeiro, quando o Brasil comemorasse o seu centenario. Mas o plano não se realizou, e o Belvedere do Brasil foi inaugurado no Rio de Janeiro, quando o Brasil comemorasse o seu centenario.

O crescimento demográfico da República continua a partir de um sólido plano inicial de fomento econômico, diversificando-se, posteriormente, com a incorporação de segmentos de marginalia, índios, mestiços e membros de outros grupos étnicos. Diversas estratégias surgiram paralelamente, permitindo o aumento de fluxos que iriam fazer engranger a sua população. Uma delas foi o ecopovoamento, iniciado em Pernambuco que desarticulou os colonatos de domínio que portugueses e índios, criando condições para que os europeus, aproveitando essa estratégia de desmarginalização dos assentamentos de controle social e repressão, fugissem para os matos, especialmente para Pernambuco.

Atas de Fuga-Desembarques dos imigrantes, continem-se afluídos aos desembarques pelas ruas mais lindas e arborizadas. Registros de justiça de um modo geral a afirmação de que as demandas sociais que se tornam oprimidas pelo sistema econômico. Certamente a situação social brasileira e brasileira, pois de outra forma não se explicaria a existência, em 1944, de um ato de apreensão por Rodolfo Buro de "alguns elementos de segurança pública".

Não sabemos que essas ideias de populações locais, certamente as negras primitivas rapazes negros, mas brancos também. Falei com Zumbi Simão, entre seus filhos, uma que era branca. Disse-me assim, e repeti, que o problema de qualidade entre as brancas em Falamansa deve ter sido muito sério, pois, na história que o sistema de importação de negros serviu para o suprimento de escravos as brancas a propósito de mulheres era bem menor que a de homens, calculando-se, segundo estimativas, de três homens para cada mulher. Desta forma, para que as condições de uma reprodução sexual relativa fossem satisfeitas, a reprodução de as conservações locais fora de

reprodução natural era importante. Como as palmarinas recebiam este problema muito pouco e desenvolviam tipos de famílias que ajudavam a suas necessidades rotineiras oportunamente.

○ **cano**, porfir, é que resulta do crescimento vegetativo e do rapto de nutrientes, do estado de aquecimento e aumento das exigências do desenvolvimento de espécies pastoras, a população do Paimão chegou a ter 20 a 30 mil habitantes, população que atingiu um nível de fome e desnutrição, na época, devastada. Transformou-se o Paimão no maior sítio obsoleto no desenvolvimento do crescimento durante da região. Como a região, na época, era o maior império para a população deste tipo de crescimento, poderiam regular a produção que Paimão, com o crescimento, poderiam regular a produção.

Tanto isto é verdade que em 1870 o governador Fernando de Sousa Costa do distrito à Múrupoli deturcandose o povo. Edois de

[illegible]

Este temor à provisão das autoridades não impediram que Primeiro Congresso Nacional, iniciado nesta cidade (cidade e população) é que a sociedade civil do Palenque se organizou e se chamou Capitanía e criou um espaço humano e social dentro do espaço físico. Por diversas circunstâncias no momento, os cidadãos da República, começam a se formar, de acordo com o processo de desenvolvimento e diferenciação da divisão do trabalho interno. Surge, na consequência do desenvolvimento de funções e papéis de cada

É que nas comunidades negras viviam e trabalham ainda com técnicas e com a parca modernização da produção da terra. A abundância de mão-de-obra, o trabalho organizado em comunidades locais fazem aumentar extraordinariamente a produção. O mesmo valeu ainda as técnicas tradicionais. Apesar da abundância e produtividade, alguns destes os grupos comunitários e guardados em certos os quantitativos das terras da época de cada cultura, quanto a produtividade, não se dá uma ideia para servir por produtividade das propriedades comunitárias. O mesmo valeu para as comunidades locais, a produtividade é limitada por seus costumes e por a manutenção do trabalho de campo quando não a grande cultura. Em por não estava a mão por se não que não produzia pouco e mal, mas plantavam e não ergueram. O trabalho comunitário de Paimera, tinha um ritmo profundamente muito maior do que aquele que se desenvolvia nos latifúndios comunitários, a produtividade da agricultura permania em relação ao trabalho comunitário em latifúndios comunitários.¹⁴

Analisando, agora, quais eram os efeitos da produção que caracterizavam Paimera. Dáio Freitas mais uma vez tem de ser dito: Daí ele que são

há elementos segundo o tipo de regime de propriedade da terra entre os palmarenses. Uma comunidade que se trata portanto de propriedade comum em todo. A possibilidade de tipizar a produção, em primeiro lugar, do tipo de que se trata a produção de Paimera, uma produção de propriedade comunitária da terra. Em segundo lugar, uma vez que a produtividade de cada unidade de produção determinam profundamente a produtividade de toda a produção para cada uma, não há uma unidade e a produtividade própria do tipo de produção em cada unidade, como sempre é visto, quando não.¹⁵

A dupla verificação de que Paimera se transformava em uma sociedade agrícola que produzia para toda a comunidade, levou-os a outro nível de reflexão.

Quais as modificações estruturais significativas no interior da República, as peças de simples que estavam reunidas, de um período de guerra, para uma república que se levanta? Foiado pela comunidade de produção agrícola e por isso mesmo para alcançar a comunidade e de organização de uma organização capaz de dar ordem e uma sociedade? Além da comunidade de formação de um Estado e de um governo, como vemos depois, há, também, necessária a criação de uma força militar que represente dos meios de força e produção relativa, a vida e a separação dos seus habitantes.

Para atingir a separação de um elemento comunitário de pessoas e um território de grande e sempre anexado, necessariamente desenvolver uma técnica militar, estabelecer um sistema defensivo eficaz,

capaz de assegurar o sistema das comunidades. Para tal, a sociedade palmarena teve de adquirir a comunidade de um sistema militar que se organizou como instituição, embora nas épocas de guerra todo o povo fosse mobilizado para lutar. Uma maioria enorme e consideravelmente iniciaram-se as organizações de fortificações, paliçadas, palanques, fossos, estacas, tudo visando a sua defesa. Por outro lado, o setor armamentista e militarizou-se de modo grande parte das suas atividades para a fabricação de material bélico indispensável para que com este tipo de sistema as condições operacionais satisfizessem todos os meios que a República fosse capaz.

Assim sendo, era considerado pelo Ganga Mupia e tem sempre, embora, a última fase de resistência, a era comunitária tinha grande importância para os ordens da União, que ficou como uma espécie de comunidade militar. Isso tem uma arma, fuzis, lanças, facas produzidas pelo setor armamentista da República e armas de fogo tomadas das expedições punitivas, dos movimentos comunitários, comunitários de guerra com as quais os palmarenses tinham relações políticas e por isso mesmo também fabricadas no próprio República. Com isso, Paimera, para defender-se dos ataques inimigos, teve de dirigir grande parte de sua economia para fins bélicos e militares, também, uma grande parte de sua população produziu em armas.

Existe a separação militar, por um mesmo, adquirindo uma função importante na área de defesa e também política. Daí a separação de uma espécie de força militar. A guerra de movimento, e movimentos de guerra, sustentado por causas políticas militares e que foram feitas de política se dá uma militar de qualquer forma não pode ser considerada em Paimera. As guerrilhas foram consideradas em operações de guerrilha e, depois de realizadas, ficaram em local fixo para voltar. O movimento militar local dos palmarenses, porém, nome sociedade comunitária, foi substituído pelo voluntariado e pela luta de guerrilha. A unidade que as atividades agrícolas se desenvolveram, tem ainda, ao mesmo tempo, transformadas as técnicas militares militares para a defesa do território coletivo. E, por outro lado, uma função de segurança militar, substituída para defender o patrimônio coletivo, que era servido-se com a separação de Ganga Mupia. Por que o caráter de Paimera tinha uma característica não foi mostrado para defender nenhum tipo de propriedade privada, mas para defender o patrimônio de toda a comunidade. Daí ter-se lançado, através de Mupia e outros comunitários de segurança militar, com a separação de Ganga Mupia que significava, em

filhos, irmãos, e descendentes de toda uma extensa comunidade. Nesse particular, o general Zumbi, ao se lançar contra a aglomeração indiana de Canga Zumbi e os seus seguidores, estava representando os interesses em consenso de toda a comunidade da República, ameaçada de ser dominada e os seus habitantes voltarem ao status de escravos.

Este tipo de economia levava, também, a que não se reconhecesse um direito de propriedade definido e organizada e em oblição. Os crimes que eram punidos severamente segundo as leis da República (assassinato, roubo, adultério, e homicídio) a respeito do indivíduo, por ele era considerado uma lesão ao patrimônio comum.

8. Organização familiar: poligamia e poliandria

O casamento era feito sem qualquer ritual significativo, os indivíduos mal se conheciam e não se encontravam informações que evidenciam o contrário. Por parte laia, Palmarens tipicamente, dentro das suas fronteiras, a desproporção de sexo existia na população jovem, isto porque os homens preferiam casar-se, para os trabalhos de terra, fazendas pequenas e colônias e as que eram destinadas à escravidão doméstica, cujo número era significativo em relação à grande massa da economia trabalhadora na agropecuária extensiva. Por este motivo os trabalhadores relacionavam com mercedária fazendeiros de acordo com as preferências de mercado e a vontade dos fazendeiros. Calcula-se que para cada mulher havia três ou mais homens, com variações regionais. Isso faz até refletir na composição, por sexo, da população palmarena com desproporções evidentes na organização familiar.

Por isso, os palmarens mantinham, em suas famílias, o casamento monogâmico que os senhores impunham nas suas fazendas, ou a promiscuidade também ali permitida, haveria nas fronteiras de vida familiar e sexual tão agudas que a desarticulação social seria inevitável, com repercussão de desequilíbrio em todos os níveis da estrutura social. Para resolver esse impasse de impotência familiar, os palmarens foram obrigados a criar os dois tipos fundamentais de organização familiar. Um seria a família poligâmica e outro a família poliandrica.

Essa dupla organização familiar, surgida de causas que já apontamos, isto é, o desequilíbrio de população palmarena segundo o sexo, veio equilibrar o comportamento dos dois sexos e ordenar socialmente esta instituição.

No primeiro caso, a poligamia era praticada pelos senhores e principais detentores de poder. Isto é, a elite dominante, ou, membros do Conselho e posteriormente os chefes dos municípios (antes ditos e virais senhores, cujo número não deixou de crescer para poucos).

Um documento da época dizia que "o senhor é a regra da sua situação", e que não é verdade. Se isso acontecesse haveria conflitos enormes muito grandes e além de desorganização familiar que desequilibraria a normalidade da República.

O rei Canga Zumbi tinha três mulheres, duas negras e uma mulata e Zumbi teve mais de uma, havendo a hipótese de que uma delas era branca. A instituição da poligamia seria capaz de manter a ordem social. Quando a possibilidade de Zumbi ter uma mulher branca, a hipótese não é absurda, pois muitas vezes os povos e mesmo povoados conseguiram fugir para Palmarena, como forma de se livrarem da discriminação a que estavam sujeitos na sociedade escravista. Além disto muitas "mulheres e filhas de senhores" foram raptadas pelos senhores de Palmarena, como registra documentos da época.

Mas, em contrapartida, havia a família poliandrica. Era a que funcionava de forma superior na ausência de comunidade, isto porque causas que não tinham poder suficiente com recursos importantes, mas participavam em pé-de igualdade com todos os membros da comunidade na produção e no consumo. A poligamia em todos os pontos onde ela existe sempre foi um privilégio, isto é, mesmo sendo tão ditado para todos, somente aqueles que possuíam condições materiais, sociais ou econômicas para tal, o usavam.

Em Palmarena, no entanto, tanto um tipo de organização familiar como outro, surgiram em decorrência das circunstâncias especiais que os seus habitantes não podiam controlar em face de serem de causas externas a desproporção grande entre os sexos, consequência da importação dos escravizados de escravos ao mercado regional. Dito a poliandria foi uma instituição na República. Com esse dois tipos fundamentais de organização familiar criaram-se mecanismos de equilíbrio para a sua funcionalidade, sem antagonismos agudos e conflitos. Os grupos sociais, de um lado políticos e militares que mantinham a direção da sociedade, especialmente o rei, criavam uma família poligama, ao contrário dos outros senhores e grupos onde a poliandria era a norma predominante.

colônias. Quando aos jovens, não temos nenhuma informação de qualquer nível de participação (quer para melhorar quer para piorar) ou outra condição instigante para motivá-los à comunidade, embora não descartemos a possibilidade de sua existência, pois eles funcionavam naturalmente nos grupos (grupos vivos).

O caso é que toda a ausência de estruturação e adequação social era feita no nível de separação e estabilidade dos seus membros e segmentos em relação à situação do conjunto da comunidade. Logo, por isso, de qualquer maneira com os tipos de estabilidade existentes em uma sociedade competitiva.

Quando no nível, tipo e intensidade de interação da comunidade com membros de regiões e com a estrutura de poder colonial, podemos dividi-la basicamente em três: a) interação conflitiva; b) interação competitiva; c) interação pacífica.

O conflito deve ser visto a mais freqüente e significativo especialmente em nível do enfrentamento mútuo com os grupos indígenas, portugueses e de secundários brasileiros. Os choques militares, as guerrilhas, as batalhas e campanhas defensivas, as ações para o roubo de víveres essenciais e não-produtos em Palmares, rapto de negros e mulheres, tudo isto foi uma constante nesse nível de interação.

O competitivo seria caracterizado pelas relações com o mundo externo. Então, certamente, um ponto não-formal e pouco evidente não em nível de consciência que neutralizava espontaneamente o conteúdo das notícias, através da troca de rumores e o estabelecimento de um estado muito mais voluntário, entre uma comunidade para aqueles que não podiam defender-se de forças militares de Palmares. Aquilo que Raulo Pina chamava "trotos e rumores pela boca" de parte dos proprietários locais, talvez exemplifique este tipo de interação, na vida, uma relação competitiva acionada por um ponto de interesse. Em outros casos, contudo, haveria um tipo de interação pacífica entre pequenos proprietários, camponeses pobres com os paulistas.

Quando a interação pacífica com as estruturas de poder colonial, parece-nos que foi excepcional e não concorre o relacionamento dos paulistas com a sociedade aborígene, não é, as estruturas de poder coloniais. Podemos dar como exemplo disso apenas o nível de uma embaixada em 1681 que foi ao Rio de Janeiro parlamentar com o governador de Capangá, o então-sonando Aires de Sousa e Castro. Na ocasião foi acordada a paz entre as autoridades colonial e a

República de Palmares, sendo dos seus representantes, sendo a sua existência não restrita a nível de representatividade pluripersonal. O governador mandou que fosse tratado por termo

de diferenças e acordos em representações do Tago de Henrique Dias, que recebeu e permitiu. Também para Palmares, em comparação com a república, para a construção do rei de Garça Dória e com seus aliados. O documento não foi, que não pode estar, mas no fim da sua existência indígena.¹⁷

6. Palmares: uma saga em formação?

Quando colamos, no final deste capítulo, um nível de análise refletindo politicamente uma interpretação sobre o Palmares não sendo em formação? Se não tivesse sido destruído, ou se não permanecesse, a comunidade paulista teria desenvolvido alguma espécie de estruturação em nacionalidade?

Antes de mencionarmos alguns elementos teóricos para dar consistência a essas propostas, as hipóteses, queremos dizer preliminarmente que sempre aquelas ações que envolviam o termo da nacionalidade, jamais vimos Palmares como uma entidade política com dimensão própria, mas sempre vimos Palmares como um movimento divergente em relação à ação brasileira ainda em formação. Foram formadas uma série de duas entidades parciais que podiam, desenvolver e tinham possibilidades de desenvolver-se autonomamente. Queremos dizer com isto que sempre procuramos analisar Palmares a partir das três tentativas (econômica, social e política) que lhe davam estabilidade, continuidade e dinamismo, mas sempre como um território de disputa e acirramento que haviam fugido às leis econômicas, sociais e políticas da Colônia, então, não, seriam como capangas de dar consistência e desenvolvimento legal que se conhecemos chamar a sociedade brasileira. Em razão disso, Estudos de Castro via em Palmares uma "presença colônica", o mesmo fazendo Nina Rodrigues quando afirma que foi um elemento sempre pressionado pelas autoridades a sua destruição, atingindo a nível de seus secundários no nível de ataques de uma entidade nacional, isto é, a existência da nacionalidade na a unidade de duas colônias. O psicólogo, a fragmentação dessa unidade.

Mas, de um ponto de vista, nas perspectivas clássicas estabelecidas seria válido? Parece-nos, pelo contrário, que Palmares

²⁰ Idem, *Idem*.

²¹ Inevitavelmente fazer um comentário sobre a longa decada passada entre os palmenses. Já que, em quarenta e dois anos, não houve um único governador do Aracaju. Mas sempre com o fato de saber de que a situação da República de Pernambuco parecia ser bastante promissora.

²² FERNANDES, Dálio. *Op. cit.*, p. 44.

²³ Idem, *Idem*, p. 34.

²⁴ Idem, *Idem*, p. 35.

²⁵ RIBEIRO, Joaquim. *Capitulos Inéditos da História do Brasil*. Rio de Janeiro, Organização Simoes, 1914, p. 126-7.

²⁶ Idem, *Idem*, p. 127.

²⁷ Esta influência poderá ser constatada em Coaraci, Edson. *Agenda Interior*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1957, especialmente a parte que trata das manifestações do catolicismo. Não inadvertidamente. Coaraci Ribeiro publicou um trabalho muito interessante sobre a atual cidade de Aracaju, mesmo de inspeção. Religiosidade do índio brasileiro na comunidade da Bahia. Influências africanas e europeias. *Aplo-Ant*, Salvador, 1949: 60-65, de 1952.

²⁸ BASTOS PITHA, Sebastião da. *Op. cit.*, p. 236-7.

²⁹ CARVALHO, Edson. *Op. cit.*, p. 42-3.

³⁰ Idem, *Idem*.

³¹ Idem, *Idem*.

³² GUARIM, Oscar. *Brasil novo e velho (1870)*. Rio de Janeiro, Companhia, 1975, p. 164.

³³ APOLINÁRIO, Evaristo. *As guerras nos Palmares*. São Paulo, Nacional, 1918, p. 126.

II

O negro visto contra o espelho de dois analistas

1. Um fluxo permanente. Um vasto e profundo fluxo de ideias culturais sobre o negro brasileiro.

de importância, vem atingindo, de maneira insuperável, a importância que sempre, na nossa sociedade competitiva e precarizadora, a produção das relações interraciais. Esse fluxo histórico e sua duração permanente, em vários níveis, que passaram através de diferentes interpretações e/ou formas aquelas que se relacionam pelo tempo e tem uma evidência de que a nossa inteligência está sensibilizada diante de fatos-problemas e, de uma forma ou de outra, procura oferecer a homens capazes de agitar a manipulação de uma prática capaz de resolvê-la. Por outro lado, a intenção de expor e/ou grupos em relação ao mesmo tema como ele vem do nível da discussão movimentos universitários e acadêmicos para conjugar uma das preocupações relevantes da sociedade brasileira. O mesmo Negro atual, então, a esse em estado de desenvolvimento. Os estudos de todos os trabalhos procuraram, à sua maneira, abordar o assunto e oferecer, muitas vezes, soluções de acordo com as preferências pessoais ou grupais.

Assim, esta realidade transformou-se em grande parte em interesse acadêmico, especialmente no plano de teor para a ep-

noção de classe da profissão ou a composição de classes. Deixou de ser visto por muitos como problema social e passou a ser encarado como uma subordinação. Ficou, assim, devidamente dissipada a razão básica que impulsionou aos primeiros trabalhos sobre o negro um olhar interessado, apaixonado e participante.

Muitos desses estudiosos, pela sua situação no exterior e de solidão comparativa brasileira, especialmente ao nível de consciência ideológica com os seus países europeus, procuram dar à sua análise (quando a procuram) uma visão de "longue durée", face que levou, por outro lado, a que se descurasse demasiado quanto aos problemas sociais e metodológicos capazes de desvirtuar o seu trabalho, dando-lhe, assim, as pretensas para que seja possível uma intervenção prática e dinâmica no plano do rescaldo através de procedimentos operacionais científicos.

Essa situação (parcial ou total) dos problemas encetados acima tem, também, na explicação na própria realidade física que nos constituiamos procuramos incorporar. E que o problema do negro se encontra, em maior ou menor grau, no

A criação dessa imagem desvirtuada (negro) encontra-se ao nível de sociedade comparativa que subestima a realidade e das técnicas interpretativas, vagas, porcos, como resposta atenuada de uma sociedade altamente sofisticada com problemas políticos, para o negro, tratado do continente africano, era integrado, ou melhor, era constantemente integrado em uma sociedade escravista. A imagem do negro do passado ficou automaticamente incorporada ao negro do presente. Os elementos sociais ou condições de um modo geral que poderiam para analisar essa realidade cultural, obrigatoriamente, de sofrer a influência dessa situação.

Essa reprodução do negro ao longo dos séculos tem dificultado de mais a mais tempo e sua reconstrução. Isso porque ao abordar-se o problema do negro debaixo de formas subjetivas, mas com implicações variadas ao nível de interpretação, a imagem da escavação, o homem/como, que estava de dentro, deformava-se e distorcia-se a imagem concreta do negro que se desvia para o exterior e o exterior.

Superando essa visão alienada está surgindo uma produção que parece marcar um novo nível na perspectiva de se conhecer a contribuição do negro na formação do Brasil, contribuição que em parte surge das subordinações, de maneira significativa, dos grupos e condições negros que se articulam dinamicamente em várias regiões do país.

Na área universitária podemos citar os trabalhos de Napoleão Riquelme ¹, no Pará, trabalhos de vários cientistas sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro ², especialmente, a atividade mais ativa desenvolvida pela Universidade do Rio de Janeiro, Sérgio Faria, no campo da programação do Departamento de Ciências Sociais, salienta que o interesse pelas questões sobre o negro varia de área e que essas análises estão praticamente restritas ao nível da antropologia e especialmente na de sociologia. Admite ainda que "as de outras disciplinas também trabalham ao longo da história e da cultura". ³ Como vemos há ainda uma falta de consenso sobre a situação com os diversos problemas em relação ao problema do negro. ⁴

Por outro lado, vários estudos e artigos têm dado contribuições e dinamizado essas questões de forma não-acadêmica, visando a proporcionar para um espaço mais próximo e político. Destacamos como o Movimento Negro Unificado, o Centro de Cultura Negra de Maranhão, o Centro de Estudos do Negro no Pará (uma fundação em 1976, sediada em Belém), o Grupo de Trabalho André Rebouças, o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN), a Sociedade de Estudos da Cultura Negra no Brasil (Secenb) e o Instituto Brasileiro de Estudos Africanos, entre outros, que participam no momento na criação de um e desenvolvimento do problema do negro do nível de uma constatação empírica, para dinamizá-lo como à sua situação.

Como vemos há toda uma reatuação apaixonada em relação ao assunto que está de circo e fechado das áreas acadêmicas para se incorporar ao cotidiano crítico de grandes camadas de população brasileira que são atingidas pelo seu mistério do conflito. Recentemente, referindo-se aos preocupados crescentes pelo assunto, apontamos dois livros que analisam o movimento no Brasil e na África-América. Eles serão motivo de reflexão no próximo capítulo.

O primeiro, de Kátia de Queiroz Mello ⁵, trata de tudo, em livro apertado pelo tema e pelos problemas parciais que não foram, isto não é demais, pelo contrário. Não foi outro sendo Marx quem escreveu que "o homem como ser social, sensível, por isso mesmo, não se quer passivo, e por ser um ser que sente paixão, não se apassivando. A paixão é a força motriz do homem que se desenvolve para o seu objeto". ⁶ A autora incorpora-se ao sistema de se não está insubordinado de um ponto de vista de se reconstrói os valores brasileiros e procura se reunir ao nível do seu tempo, colocando, em primeiro lugar, tratar-se de uma "realidade concreta que jamais teve sua própria, suas condições não são as mesmas" e, em

367 colares das quais 147 marcos (40,0%)
142 colares das quais 37 marcos (26,0%)
267 colares das quais 169 marcos (63,3%)
De uma carga total de 1.271 colares somente 408 colares foram à lavagem (32,1%) e outros 863 colares permaneceram após o mesmo tempo.

Temos, portanto, a observação de que a situação de cálculo estabelecida pelo autor, o que pode ser visto nas páginas seguintes do seu livro. Quantos colares, no entanto, aquilo que os punhos mais inferiores e transparentes, os mais, muitos mais e agora, para justificar uma posição materialista em relação ao movimento humano, apresenta-se de direção oposta, criação do sistema, para fazer interrogações que revolvem a sua pertinência. Como: como afirma como desconhecidas como quando da que o movimento ao redor de um serviço ao mercado de trabalho é impulsionado e explorado no mesmo tempo.

Outra, o mesmo, novamente por si só, não pode, pela sua condição natural a partir da mesma, atingir os seus serviços para, assim, conseguir uma taxa de lucro pessoal. Quem o faz é o seu senhor, através de normas por ele estabelecidas e que são transmitidas ao cadáver para serem cumpridas. O senhor sub-roga ou transfere ao escravo um direito que lhe é inalienável. Por um mesmo o escravo não pode atingir todos os seus serviços. Quem os atinge, embora em um particular direito ao proprietário da criação, é o seu senhor, apesar de na transmissão de não se encontrar presente. Tanto assim que as normas de serviço são estabelecidas pelo senhor e não por nenhuma organização de escravos e aquilo que o escravo recebe pelo trabalho realizado é, na sua totalidade, do seu senhor, o qual transfere voluntariamente ao escravo, em contradição, uma parte do mesmo para sua sobrevivência pessoal pelo qual, ainda, o senhor é responsável para manter a máquina de trabalho em perfeita condição operacional. Se o escravo de parte transfere uma parte do que recebe da criação para sua própria pessoa, isto não modifica, no fundamental, a natureza das relações de total subordinação ao seu senhor.

2. Quando o detalhe quer superar o conjunto

A autora aqui faz o seu palanque de direção e análises interrogativas, perguntando se o escravo que é também possuidor de certa

uma sua direção ou senhor. Devesse, talvez, dizer que quando isto acontece em uma formação social escravista representa uma situação de exceção e é por isso inexistente.

Ninguém caracteriza uma formação econômico-social pelo conjunto como tal e o caso acima. E quando se analisa dentro das condições que regem, dentro especificamente, os limites do sistema escravista (dentro do antigo como do moderno) está se tratando de um projeto metodológico (e teórico) de um relativismo absoluto e equivocado, pois se pretende analisar um tipo de formação social sem distinguir aquilo que lhe é fundamental do que é acessório, irrelevante e lógico, não haveria possibilidades de uma ciência social.

No caso e que se deve analisar não é o nível de exploração do escravo, a situação melhor ou pior no nível de tratamento humano no processo de criação do subproduto do escravo. O que se deve destacar é que o escravo é um ser estruturalmente alienado, isto é, ele pode inclusive possuir bens pessoais e até mesmo propriedade, mas o que ele não possui e não pode possuir enquanto escravo é o seu próprio ser, que é propriedade de um senhor. Essa condição de alienação total da pessoa do escravo, ou seja, a impossibilidade de ele possuir o seu próprio corpo, que funciona como mercadoria de um proprietário externo, é que configura o sistema de sistema escravista e não possíveis diferenças no nível de exploração da pessoa do escravo dentro desse sistema.

Outro aspecto que queremos destacar no livro é exatamente a posição em termos de classe, e ao mesmo tempo difícil, sobre a natureza das relações de trabalho que se estabelecem no Brasil durante a vigência da escravidão. Diz a autora que,

as relações de produção não tinham, pois, por detrás a escravidão, elas tinham simplesmente tudo aquilo que é preciso para uma massa de indivíduos não completamente parte de um modo de produção de produção, mas que ao contrário são escravos e transferem a produção que eles produzem a própria subordinação como escravos, como laboratório de subordinação hábil ao seu proprietário e explorador.²

Aqui destacamos aqui alguns comentários de ordem técnica. Acertamos que a autora, como aliás sabemos, analisa entre os aspectos culturais sociais, ao procurar dizer certas particularidades do regime e o escravismo moderno manifestam-se no Brasil, em no erro de submeter o conjunto pelo detalhe. O que é fundamental pelo que é evidente. No entanto, o sistema escravista, como modo de produção, é caracterizado, no fundamental, pela sua relação de produ-

ção. O caso concreto do Brasil não foge à regra, mas, pelo contrário, o confirma. Sobre a situação do escravidão-alienação de escravos de lá, ver:

O trabalho nem sempre foi trabalho assalariado (isto é, trabalho-livre). O escravo não vende a sua força de trabalho ao possuidor da terra ou, assim, como antes não vende o produto do seu trabalho ao comprador. O escravo é vendido, com sua força de trabalho, ao amo real para sempre e incondicionalmente. É uma mercadoria que pode passar das mãos de um proprietário para as de outro. É, portanto, coisa mercadoria, mas a sua força de trabalho não é sua mercadoria.¹⁰

Essa forma, ou tarefa e função que a natureza vê como modificadora do concreto fundamental de escravo como coisa surge da perspectiva de que é possível diversificação da divisão do trabalho dentro de estruturas escravistas, divisão que se verifica apenas dentro mesmo do espaço social de classe escrava, possa modificar, ou fundamental, a natureza das relações entre senhor e escravo. O fato de que, dentro dessa estrutura alienada e escravista, o escravo ainda conserve os elementos humanos do seu ser, embora social e economicamente seja tão como coisa, não muda o que discutimos acima. Pela contrário, tal realidade com os termos em que a natureza desenvolve as relações e, portanto, materializa as variáveis principais dessa preservação: isto comprova que, mesmo socialmente alienado, o escravo ainda tinha condições de reconhecer a sua humanidade essencial como ser, um o que ele detinha de partilha do processo de mudança social, de tomar consciência de sua situação e contra ela lutar. E a história, dentro de estruturas escravistas, não tem sua dinâmica, nem sua perspectiva. O que não se pode negar (e eu concordo com isso) é que, de fato, as relações de produção escravistas, no fundamental, as relações de trabalho e propriedade, as relações sociais básicas entre as classes, grupos e indivíduos, isto é, no caso em questão, as relações entre senhor e escravo.

Nessa realidade, no sistema capitalista há, também, no ser do escravo operário, de forma mais complexa e diferenciada, esta divisão do trabalho entre os seus membros. Não é, porém, uma diversificação que caracteriza o sistema capitalista, o modo de produção capitalista, mas aquilo que lhe é fundamental, isto é, o trabalhador como dono de uma mercadoria (a sua força de trabalho) que é vendida ao capitalista, detentor dos meios de produção e de capital. A mobilidade social do escravo (nos os exemplos óbvios de quando ele compra, alivia ou até se é concedido pelo senhor) somente freqüente-

dentro do espaço social escravo. A sociedade escravista, uma sociedade de classes fechadas, não permitia qualquer possibilidade de que essa mobilidade fosse além do sistema escravista pela rigidez do sistema.

É exatamente por não compreender a realidade sociológica desta dicotomia rígida que a análise afirma que:

Os problemas e tarefas se apresentam no interior do mundo das estruturas para valores e não a mesma insensibilidade que entre os escravos.¹¹

Não sabemos em quais locais a natureza se agita para fazer tal afirmação. A não, no entanto, nos parece uma afirmativa razoável e não infundada, pelo menos de modo substantivo, em pesquisas empíricas. Tal afirmativa aliada, naturalmente, todos os níveis de complexidade do sistema escravista, equiparando aquela que em fundamental (passando entre senhor e escravo) às possíveis diversificações estruturais existentes entre os diversos estágios dos regimes escravos ou aquelas que poderiam surgir entre os diversos segmentos de classe senhorial.

3. Da visão apolizada à rigidez escravista

Se a primeira linha que consideramos pode ser considerada esta de período e época, o de Casa-Plano-rius Cardoso é aquela que se pode chamar um trabalho elaborado de acordo com uma objetividade científica quase perfeita.¹² Segue aquele pensamento reconhecido, a qual coisa é elemento social capitalista, foi e inconscientemente sobre os fatos, problemas ou processo escravista. Armado de vasta leitura bibliográfica, utilizando maxímalmente com maestria, realiza um trabalho-análise dentro daquilo que se poderia chamar de trabalho científico. Mais particular e nos termos a seguir. Ele poderia colocar como epígrafe a mesma frase de Max Weber segundo a qual "a ciência é, essencialmente, uma 'exatidão' alcançada na exploração e posta a serviço de uma tentativa de concórdia de atos humanos e do desenvolvimento das relações objetivas".

O autor procura traçar um deslinde, embora o termo seja de sistema, a escravidão em três denominações: *América-América*, no caso, a região do Caribe, nos países do Brasil, porções relativamente isoladas da América espanhola (zona do Peru, partes de que são hoje Venezuela e Colômbia) e sul dos Estados Unidos. Não, portanto, que

III

A imprensa negra em São Paulo

1. Razões da existência de uma imprensa negra

A chamada imprensa negra de São Paulo, pouco conhecida e divulgada, sendo apenas relativamente em circulação, representa ainda um período que vai de 1915, quando surge *O Moleiro*, até 1963. Esse período de atividades no tempo, bem como a papel social e ideológico que desempenhou na comunidade negra de época em que existiu, vem refletir em evidência e duração a sua importância e, ao mesmo tempo, indicar por que em um país que se dá uma dimensão racialista a existência de uma imprensa alternativa capaz de refletir especificamente as questões e reivindicações, mas, acima de tudo, o mal-estar existente dessa comunidade não apenas oprimida economicamente, mas discriminada pela sua marca de cor que os senhores deliberam da sociedade achavam ser omissa e elemento indelével para quem a portasse.

Pouco conhecida e não incluída nos programas das escolas de comunicação como um capítulo a ser estudado e incorporado¹ a imprensa negra ficou na penumbra, como se fosse pouco significativa. A própria *Ministria da Imprensa* no Brasil, de Nelson Werneck Sodré, não a registra.² A sua importância foi subestimada e desqualificada por uma visão branca da imprensa, que marginalizou os jornais negros

impressos em época. Assim como a negra foi marginalizada social, econômica e psicologicamente, também foi marginalizada culturalmente, sendo, por isso, toda a sua produção cultural considerada sub-produto de uma elite inferior ou inferiorizada.

Uma imprensa que tem circulação restrita e penetração limitada à comunidade a que se dedica ou mesmo uma função social, política e cultural durante a sua trajetória, passando de consciência ideológica com a passagem do tempo, conforma verdadeiramente o tempo.

Durante todo o tempo em que a imprensa negra circulou, através de jornais de pequena tiragem e duração precária, as atividades da comunidade negra de São Paulo ali se refletiam, dando-lhes, por isso, um papel ideológico e material de aumento do negro. Não se encontram então de comportamento, ações, reivindicações e propostas, experiências e frustrações dos negros paulistas. É uma trajetória longa, dolorosa muitas vezes, a desse jornal que praticamente não tinham recursos para se manterem por muito tempo, mas sempre existindo, de uma forma ou de outra, o universo da comunidade. Lá estão as festas, aniversários, acontecimentos sociais, lá está a intelectual negra fazendo poesia, lá estão as propostas sociais e pessoais de cor e a marginalização do negro. Nessa trajetória reflexiva se desenvolvem a consciência e a luta constante de conflitos para a negra ascensão social e culturalmente, procurando ligar-se ao branco.

A percepção com a situação é uma constante. O negro deve educar-se para "saír da vida", conseguir demonstrar que ele também pode chegar aos mesmos níveis de ensino através de aproveitamento educacional. Para isso, deve deixar as ruas como o cotidiano, a boemia, deve abrir-se de portas abertas em hotéis, deve ser um modelo de cidadão. Em quase todas as publicações é visível a percepção com uma elite paranaense capaz de ver o negro de sua situação de marginalização. De fato, em muitos casos, a identificação não estavam em listas de negros que eram tidos pelos brancos como cor e de corrupção e de desordem. Os jornais serviam, portanto, para indicar, através de regras morais, o comportamento que deviam seguir os membros da comunidade negra.

Evidentemente que foi mudança de ideologia e de posição em face de sociedade global. Levando-se em conta que o primeiro jornal, *O Moleiro*, é de 1915 e o último, *Correio d'Além*, é de 1963, não é para ficarmos surpreendidos com as diferenças de enfoque de

sica, pois em julho de Fome Negra Brasileira, fundada em 14 de setembro de 1931. A Fome já possuía uma estrutura organizacional bastante complexa, muito mais do que a quase inexistente dos jornais que a precederam e possibilitaram o seu aparecimento.

Foi dirigida por um Grande Conselho, constituído de 28 membros, alémadamente de, dentre eles, o Clérigo e o Secular. Além, ainda, um Conselho auxiliar, formado pelos cabos dentro da Capital. Apesar de A Fim da Fome já encontrar politicamente uma posição para o negro, ainda perduram, dentro do conjunto do projeto, aquelas portadoras anteriores de um código ético para o negro, via instrução e conscientização de que ele deveria igualar-se, pela educação, ao branco.

Nessa periodização possuem a sua abrangência. Miriam Nicolina Ferraz estabelece a sua visão da evolução da imprensa negra em São Paulo. Ela avança até o ano de 1941. Diz:

Os jornais da imprensa negra, considerados a partir de uma amostra, são descritos em 2 períodos. O primeiro período (1918/1925), as tentativas de integração do negro na sociedade brasileira e a formação de uma consciência da sua luta social são as ideias forjas.

Com a fundação do jornal O Clérigo de Almeida em 1926, o segundo período começa e se aplica em 1931 com a organização da Fome Negra Brasileira e em 1935 com o jornal A Fim da Fome. Esta segunda vertente com o Branco Negro.

O momento das possibilidades ideológicas políticas marca o terceiro período (1935/1941), com o abandono do jogo negro na Fome e partidos políticos da época no se consolidando a negro próprio.¹

Então, basicamente o núcleo dessa periodização surge embutido no de Brasília, a mesma descrita em 1941 e o universo brasileiro.

Miriam Nicolina faz uma revisão da periodização de Brasília porque, segundo ela, "o material de que dispomos é mais amplo", apresentando um quadro miscelâneo de praticamente toda a publicação desse jornal, seguido e autores desde poderíamos apresentar um painel de a publicação diacronicamente ordenado desde jornais do seguinte forma: 1913: O Mineiro; 1914: A Razão e O Interior; 1918: O Africano; O Bandeirante; 1920: A Liberdade; 1920: A Sentença; 1921: O Negro; 1922: O Clérigo; 1924: O Clérigo de Almeida e São Paulo; 1926: A Verdade, O Progresso e o Progreso; 1932: O Estado; 1933: A Escala e A Fim da Fome; 1933: O Clérigo, O Estado, A Razão e Fome Negra; 1936: A Liberdade; 1940: Tempo; 1939: Mundo Negro; 1941: O Novo Horizonte; 1937: Notícias de Classe; 1938: O Mundo; 1940: Mito e Negro; 1941: Nosso Jornal e 1941: Corrente d'Água.

Miriam Nicolina Ferraz inclui, ainda, na sua lista, os jornais Estado, de Curitiba, (Jornalismo e Atualidade, do Rio de Janeiro, A Liberdade, de Petrópolis e A Fim da Fome, de Juazeiro). Evidentemente uma inclusão de jornais saídos de outros Estados, por fugir ao universo que estamos analisando, não será considerada na interpretação aqui exposta que fazemos de contexto e da historicidade dos seus textos. Acresce notas que são sequencia de periodização de Brasília tal e a lista de jornais do Oeste, informação que Miriam Nicolina omite.

Partindo desta listagem, Miriam propõe o seguinte esquema de periodização da imprensa negra:

1º período de 1914 a 1925,
2º período de 1926 a 1935 e
3º período de 1936 a 1945.²

Para a interpretação subsequente do material que temos analisado, essa periodização servirá como um pólo de apoio metodológico, acrescentando-se, em seguida, que, se procuramos mais detalhada e analiticamente, veremos que esta reprodução determinará etapas de evolução política da sociedade brasileira. A primeira fase termina em 1931, quando a abolição do pequeno burguês radical e a política de inclusão a sua Cultura Preta. A segunda abrange o período que passa pela revolução de 1930 até a implantação do Estado Novo, e, finalmente, a última vai de reformação social de país, após o fim de Segunda Guerra Mundial, de visões do papel político da 1944.

No mesmo, há uma particularidade na imprensa negra de este período, que são páginas, a distância dessas etapas de sociedade abrangidas. Alguns exemplos tal referência a esses fatos. Ela é, finalmente diferente, uma imprensa especializada ou, como a característica Brasileira, apólice um sócio-econômico, uma imprensa sindical. Queremos dizer, com isto, que se lêmos os jornais dos negros, para se informarmos das acontecimentos nacionais e/ou internacionais, tinham de recorrer à imprensa branca, ou seja, à denominada grande imprensa. E ao contrário expulsa, especialmente em São Paulo. Sabemos, por exemplo, que no movimento de 1931a para paulista ou pelo menos a maioria dirigente de sua classe média empolgou-se com o chamado movimento de reconstitucionalização do país. Os negros de São Paulo organizaram inclusive uma Legião Negra, criada por Joaquim Goulart, segundo informação de Francisco Lacerda. O seu comandante procurava aliar negros do interior, objetivando levá-los a lutar pelo movimento iniciado em 1931. Há informações,

autoras não vede de todo insubmissa, de que os personagens desta legião foram previamente idealizados, pois eram destinados para os locais mais privilegiados dos contistas. Uma participação das negras no movimento de 1962 propiciou, inclusive, uma edição da *Revista Negra Brasileira*, pois a comissão colocou-se em posição de extrema neutralidade em relação ao fato.

No entanto, a imprensa negra da época não repercutiu o fato, não o analisou, não o agitou, e que é mais relevante, não o explicou. É como se o acontecimento não tivesse existido. Essa posição de aparente silêncio é uma constante nesse jornal. A sua função é a integração do negro brasileiro (mas negro brasileiro do que afro-brasileiro) na nossa sociedade como cidadão. E sua função consiste em atuar na cultura e na educação, das boas maneiras, do bom comportamento do negro. No número 2 de O Afonso, podemos ler:

Quem são os negros dessa negra marcha que marcam eternamente a nossa história?

Muito antes deles não que o mesmo? Já mais importantes? Certamente, os mais presentes silenciosamente lado a lado, que não compreendemos totalmente a importância atribuída aos que vivem.

Cultivamos, os negros e o modo antagônico e vertiginoso se podemos ou não, utilizar os meios antagônicos.

3. Do negro bem-comportado à descoberta do "raça"

Em toda a trajetória desta imprensa há uma constante, conforme já mencionamos, a atuação do negro deverá realizar-se através de um aprimoramento cultural e de um bom comportamento social. Para que isso aconteça há, sempre, a representação de que a família deve educar os filhos, especialmente os moços, para que não sejam considerados reprovadamente social dos brancos. Por outro lado, a educação é considerada como uma missão da família. A educação é uma questão privada e somente uma vez, no que se apresenta, há uma referência explícita ao assunto de ensino público como ocorre depois de solucionar o problema do negro. É um artigo de Brasília da Mônica. No texto, trata-se referência ao problema educacional vinculou-se à uma obrigação familiar, ligando-o a um nível de moral puritano. Como vemos, a problemática da mobilidade social depende da educação e esta da família, dos pais, da sua sociedade perante os filhos. Os negros

devem distanciar-se pela cultura, e os exemplos de Luís Gama, José do Patrocínio e Cruz e Souza são sempre invocados como símbolos e exemplos da possibilidade deste caminho para o futuro. Há uma reatuação quase que mítica dessas biografias, como, aliás, bastaria analisá-las em sua totalidade. É por aí que o negro conseguirá a redenção do "raça".

É aqui onde uma consideração maior e mais detalhada sobre este conceito do "raça" que em determinado momento passa a circular entre os negros.

A imprensa negra reflete como os negros articulam este conceito em relação a si mesmos. Operando inicialmente e diferenciando etnicamente, estigmatizados pela sua própria dor, os negros conceituam entre outros o potencial de sua reestruturação simbólica, de seu encontro com a sua personalidade. Daí porque se referem à "raça", à "nossa raça" sempre em nível de exaltação, pois cada aquele que para a sociedade discriminadora é negativo passa a ser positivo para o negro, e este finalmente se reflete na sua imprensa. Mas é por aí mesmo que o seu mais significativo e potente papel vem sendo traído. A *Força da Raça*. A "raça" é, portanto, exaltado e quando o negro refere-se a outro, fala que ele é "da raça". Há um orgulho nos textos dos jornais negros. Eles dizem a existência de compensação simbólica como, por exemplo, a posição de filho que defende a raça branca e os negros brasileiros. Filho defendendo a sua raça, e os negros brasileiros, por um tempo, defendendo, também, a sua. Daí chegarem à conclusão de acreditar na necessidade de aprendizado de sua "Método de Etnia".

Essa marcha dos negros, que se reflete na sua imprensa, deve ser considerada mais detalhadamente. O conceito de raça e de guerra racial deriva de um quadro que os negros desconheciam inicialmente por ser fruto de uma antropologia que vivia equivocada como la terrena, a fim de que os negros colonizados no poderem justificar a sua situação. Mas tal não aconteceu. É que a raça, ao não especificar a negro brasileiro, dita se aproxima, para, numa verdadeira ideologia, auto-afirma-se psicologicamente. É isto é que a imprensa negra de São Paulo começou refletir em sua mais próxima. O conceito do "raça" é sempre usado por eles como motivo de exaltação de superioridade dos produtores desta imprensa. Daí, também não se preocuparem pelos movimentos políticos da sociedade brasileira, não tomarem posição ideológica, quer de direita, quer de esquerda, nesse jornal. Sobre esse assunto, José Corrêa Lobo diz:

âmbito de imediatamente foi a fundação da Associação dos Negros Brasileiros que faz uma revisão das ações anteriormente tomadas, no âmbito de uma associação e só apresenta dentro a possibilidade para o negro. Assim no jornal *Amoroso*, de 1940, no artigo, de um modo geral, foi uma facilidade mostrar aos negros as relações de inferioridade de A.N.B., criado para que os negros não se desanimem, de contrário, temos agora com a abertura de uma luz nova de reestruturação dos quadros de nossa identidade e jornal — o *Diário* dos Negros Brasileiros — além de mais, pode-se dizer de "transformação das nossas antigas expectativas", segundo tudo de jornal *Amoroso* de 1940.¹¹

A imprensa negra repressiva, portanto, era repressiva, e não de pois da dandem do Estado Novo e a ideia de uma nova democracia.

Com todas estas modificações de caráter ideológico na trajetória da imprensa negra sua proibição é permanente e dos mais importantes — o problema financeiro.

Como muitos jornais repressivos de uma com atividade seja material em construção de marginal, subapropriação, limitados, limitados e desocupados? Ora, como já vimos, essas jornais eram destinados à comunidade negra composta de elementos discriminados, desajustados ou marginalizados pela sociedade branca. As ideias de Enxameamento foram rejeitadas, que não tinham preocupação política, a não ser de próprio nome, mas, portanto, proibidas e constituíram um problema permanente. Ora a irregularidade dessas publicações. Um dos seus fundadores, Raul Jorjano do Amaral, explicou em depoimento como eles conseguiram se manter:

Os jornais surgiram com a finalidade de integrar economicamente a negro. Os ideólogos da imprensa negra, que estabeleceram a base de sociedade, colocados em um grau mais baixo, não tinham condições econômicas para manter a imprensa. E assim sobreviver as dificuldades que se tinha para manter essas jornais. Como sobreviver, se a sociedade não a ajuda, não tinha nenhum apoio econômico? Apesar disso, e a base branca de divulgação permitiu a existência desses jornais. Muitos desses divulgação que passaram rapidamente de a manter a política social jornal. Não havia, porém, uma periodicidade regular de publicação, quando havia dinheiro, o jornal não tem regularidade, quando não havia mais dinheiro. Uma das maneiras de sustentar esses jornais, um trabalho de sociedade negra existia na época, distribuídos a partir uma contribuição para o próximo negro.

Os padrões diversos, os padrões religiosos têm também as outras dessas sociedades. Com o tempo foram criadas organizações. Mas,

quando padre, os meios difícil mantê-lo é base de sustentação para que a negro não tenha condições econômicas.

O sacrifício do negro, para Raul Jorjano do Amaral,

foi iniciado e o sacrifício se deu a homens humildes como Tinô, que foi um sacrifício de Instituto Nacional, como José Gomes Leite, que se sacrificou de uma imprensa, e qual, não esquecer a criação e jornal. Tinô, que não se deu uma imprensa uma pessoa paga, mas, para que ele poderia ser com alguma regularidade. Outros alguns gastos da imprensa-seja foram pagos alguns. A imprensa *Amoroso*, com o *Diário*, com o *Amoroso* e *Amoroso* *Compasso*. Tinha contribuído com dinheiro não se um jornal, e também um jornal, para que o jornal *Amoroso*, o jornal *O Chamado da Favela*, por isso mesmo, mesmo não seja a, como o objetivo de imprensa negro era dizer de a comunidade negra se não tinha, se não organizaram todos passaram organizações econômicas para apoiar. Também não procuravam política de apoio. Não há preocupação política, apenas de sobrevivência. Foi dentro desta situação que a imprensa repressiva se passou entre anos.¹²

Por este último depoimento de um dos seus organizadores, vemos que essa imprensa veio se base de sobrevivência dentro da comunidade negra. Raul Jorjano sabia que a imprensa negra era o reflexo da existência da classe média negra em São Paulo. Embora pudesse questionar a existência de uma classe média negra positiva e a existência em nível significativo naquela época, o primeiro depoimento de Raul Jorjano do Amaral mostra, pelo contrário, que a sua resposta contradiziam-se os homens de baixa renda que sustentavam que os seus jornais e os seus trabalhos, para manter a sua vida, a existência dos jornais.

Este problema de manutenção dos jornais é derivado da situação de marginalização da negro de uma forma global na sociedade discriminadora. Embora Raul Jorjano afirma que os jornais surgiram de uma classe média negra, o depoimento de Raul Jorjano do Amaral, novamente, parece que demonstra, ao contrário, que era a situação de um trabalho permanente para se apoiar que dava sustentação a seus órgãos.

Como vemos, os jornais da imprensa negra surgiram quase que na base de informantes, notícias, notícias e divulgação sobre a vida econômica da comunidade negra. Com o tempo, se passou, como exemplos de reestruturação racial e social. Isso aconteceu em consequência do aparecimento de leis de classe e do trabalho de negro das próprias notícias mais sustentadas e socialmente compreendidas na

estruturas do sistema de capitalismo dependente que alcançamos após a Abolição.

Segundo Artur de Azevedo:

O preconceito, que até 1900, quando se encontravam grades de ferro, atingia o ponto, não se passou, porque da vez a nos tornava vítimas e não nos permitia empregar os negros, levou ao mesmo. Com isso o negro pensou que o motivo da falta de trabalho era o preconceito. Acostumado com a exclusão, tornou-se indiferente aos preconceitos passivos e acrílicos. Desta forma o negro passou a não ter mais consciência de uma imensa massa de pessoas.¹²

Com o jornal *Novo Nordeste*, fundado em 1948, um dos últimos da imprensa negra, a situação se repetiu: não os negros, os ventos que haviam fundado *O Clamor do Abolido* que não agiram a nova geração e mantido. Por outro lado, do ponto de vista organizativo e financeiro, nada mudou. Não se teve fundadores e redatores que não de cada um os exemplares do jornal circulava de braço para mão. Foi mais do mesmo. Por isso, em 1993 o *Novo Nordeste* desapareceu.

Dois outros jornais negros de São Paulo integram um interessante Acordo segundo depoimento de Jayme Aguiar (neto de O Gênesis), de Campinas, fundado pelos irmãos Antônio, Lino, Claudio e irmão e *O Porvir*, de Piracicaba, fundado por Afonso de Almeida. Além da segunda deposição de Jayme Aguiar:

Fazem este jornal desde um ano. A ideia, logo após a criação, de promover campanhas para não fazer sofrer Geraldo Oliveira. Ele não é filantropo. Logo Claudio e outros possibilitou a sua participação também na grande batalha em prol da geração de negros. Todos eles não participam da imprensa negra paulista.¹³

Dentre desta geração de decréscimo da funcionalidade da imprensa negra, José Correia Leite ainda faz uma tentativa, em 1946, que também não sobreviveu por muito tempo. Geraldo Campos de Oliveira afirma (semelhante à com tendências socialistas, burguesas, anarquistas e outras): A partir daí a imprensa negra adaptou-se para constituir e não se distanciou ou se cristalizou nas posições ideológicas definidas.

Assim, esse período da vida da imprensa negra paulista ocorreu Orelha de Camargo:

O jornal que representava o (paralelo) da sobrevivência negra no Brasil separou a política da sobrevivência do negro no Brasil paulista. Aquele que não apenas no nível do texto de notícias, mas no nível da linguagem, que os negros, outros alcançaram um alto nível de expressão no Brasil, tornou-se uma preparação a leitura e produção de negros para

o nível político e a produção política dos negros com um caráter de sobrevivência negra.

Isso leva a uma compreensão e entendimento daqueles que participam dessa trajetória, todos se distanciando do *jeu de poder* dentro das portas. Mas, com a diversificação proposta da sociedade paulista e, especialmente, da comunidade negra, percebe-se um distanciamento com o conhecimento negro em São Paulo através da constituição dessas empresas. Outros observam as aproximações para o negro organizado e organizado. A sociedade de capitalismo dependente, politizada e preconceituosa que se desenvolveu no Brasil até a saída do negro uma participação na qual o específico negro (negro organizado) se propôs a modificação que esse tipo de sociedade não a aceita. E, a partir daí, não haverá mais possibilidade de uma imprensa sobrevivente que defende os interesses de uma comunidade oprimida e discriminada. Isso porque tende a desaparecer a oposição e a discriminação.

Notas e referências bibliográficas

- ¹ Trabalho especializado de profeta paleiro na Escola de Comunicação e Arte da USP sobre o tema "A imprensa negra em São Paulo", em nível de pós-graduação, abril de 1993, nos jornais de notícias "Estado de São Paulo", São Paulo, 1993, p. 111 e seq.
- ² Souza, Wilson Wernick. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1944. Primeira.
- ³ Baffari, Roger. *A imprensa negra em São Paulo: Agud Estado afro-brasileiro*. São Paulo, Perspectiva, 1973. p. 111 e seq.
- ⁴ Depoimento gravado em 12 de junho de 1993.
- ⁵ FERRARA, Miriam Moreira. *A imprensa negra em São Paulo (documentação de material na USP)*. Manuscrito.
- ⁶ Idem, *idem*.
- ⁷ *O Aguiar*, São Paulo, 3 set. 1916.
- ⁸ Depoimento gravado em 12 de junho de 1993.
- ⁹ Soares, Artur de Azevedo. *As condições da vida do negro*, 18 set. 1933.
- ¹⁰ FERRARA, Miriam Moreira. Op. cit.
- ¹¹ Idem, *idem*.
- ¹² Depoimento gravado em 12 de junho de 1993.
- ¹³ Idem.
- ¹⁴ Idem.
- ¹⁵ CAMARGO, Orelha de. *A sobrevivência do negro*. São Paulo, Ed. Popular, 1978. p. 30, nota de rodapé de página.

IV

Da insurgência negra ao escravismo tardio

1. Modernização sem mudança

Estava acontecendo o controle da Abolição do escravismo no Brasil. O fato leva a que possamos estabelecer uma série de níveis de reflexão sobre o que ocorreu em resultado de sua mudança para o chamado trabalho livre, as adaptações técnicas, sociais e culturais que permaneceram em consequência de quase quatrocentos anos de trabalho escravo e os entraves estruturais que ainda persistem na sociedade brasileira em decorrência desse longo período traumático da nossa história.

Faço-me que lá, de fato, um estudo teórico muito grande em análise e interpretação do sistema escravista no Brasil e, especialmente, no detalhamento das suas particularidades em relação aos demais países da América. Arquiveamos os pensamentos acadêmicos sobre as economias que foram criadas pelo mercantilismo e pelo colonialismo e não procuramos analisar, em cada caso particular, as suas singularidades mais importantes. No caso brasileiro, ao que nos parece, temos um conjunto de fatos que determinam não apenas a especificidade de certas aspectos relevantes do modo de produção escravista no Brasil em relação aos outros países da América, mas, também, em decorrência

estrta do seu longo tempo de duração, a persistência de traços e regiões de formação escravista na economia da sociedade brasileira atual.

Consideremos o seu primeiro aspecto: a duração do escravismo até o ano de 1850. O significativo e relevante aqui não é apenas o tempo ao ser estado cronológico, mas as transformações técnicas, sociais e econômicas que se operaram durante esse período na sociedade brasileira em decorrência das modificações que se registraram na economia mundial da qual fomos dependentes. Ou sistema colonial que determinou o perfil da primeira fase do escravismo brasileiro durou até o ano de 1850, posteriormente, de 1850 até a abolição do escravismo, modificações profundas se verificaram na economia mundial que permitiu de fase da exportação de mercadorias para a de exportação de capitais. Os mecanismos reguladores e o comportamento, ao que da economia interna, que dependia cada vez mais de recursos dependentes, também se modificaram. O fluxo de capitais levantados no Brasil em setores estruturalmente controlados da nossa economia determinou a fase de modernização das cidades e dos hábitos dos brasileiros. Tudo aquilo que significava civilização no seu conceito de capitalismo clássico era trazido de fora e se incorporava à nossa sociedade civil (incluindo os escravos).

O processo de modernização da última fase dessa sociedade escravista era, por duas razões, limitado. A tecnologia era introduzida de exterior, os meios de comunicação mecanizavam-se, abriam-se estradas de ferro em todo o território nacional, e todos os barcos era inaugurando, vinhamos daí da dominação, sofriam, bônus de crédito estatal, mas tudo isso supunha a uma estrutura tecnológica no seu desenvolvimento pela persistência de relações de produção escravistas. Era, portanto, uma modernização sem mudança social. Em outras palavras, as estruturas básicas da sociedade brasileira ainda eram aquelas que procuravam manter e renovar suas relações objetivas, criando, com isso, uma sociedade fragmenta e propensa que o desenvolvimento das forças produtivas que se desenvolviam.

Neste panorama geral podemos destacar particularidades regionais. E não apenas regionais, mas também diferenciações de níveis de propriedade e distribuição em função das preferências dos setores clientes do mercado internacional. Uma estrutura mais complexidade muito grande na constituição das relações sociais fundamentais de modo de produção escravista no Brasil. E não posso que floresçam, entre as que estavam em decadência, algumas que alcançavam ou diversificavam a sua produção (trabalho, havia uma rede muito com-

plena de relações e interações que criou diferenças regionais e distorções. Mas, em toda essa processo de diferenciação uma coisa era patente: o trabalho escravo. Quer na agroindústria açucarieira do Nordeste, ou nos campos do algodão do Maranhão, nas plantações do Sul, nos canaviais de Bahia, no regime urbano de Salvador e da Rio de Janeiro, nas fazendas de café paulistas e fluminenses, no se pecuária, o mesmo tipo de mão de obra produzida, quem criou. Por outro lado, as diferenciações regionais, que determinavam particularidades na situação do escravo — escravo de guerra, escravo doméstico, escravo no alto agrícola, escravo nas mineração, etc. — não modificaram o essencial. Ele não podia possuir alguns objetos de uso pessoal. Ficava a quem ele não tinha e não podia ter em a posse de seu próprio corpo, que era propriedade de seu senhor. Esta é a condição básica que se adota para a qualquer coisa para definir a situação de escravo. Isso é um ser alienado de sua natureza humana. É a partir da compreensão desta nível extremo de dominação e alienação de um ser humano por outro que poderemos compreender os níveis e o conteúdo social, político e psicológico de desorganização feita durante o período escravista no Brasil e as suas particularidades históricas.

Essa grande situação do escravismo no Brasil, de um lado, e, de outro, as grandes transformações havidas nos interesses e comportamentos de nossas classes (socializações internas e externas) criam condições que vão se acumulando e agudizando-se até o tempo.

Podemos, por isso, dividir a escravidão no Brasil em dois períodos que se completam, mas têm características particulares. O primeiro vai da chegada ao Brasil dos africanos em número significativo como mão de obra até a Lei Euzébio de Queiroz que aboliu o tráfico negro com a África, em 1850. É o período das grandes pilhas de trabalho escravo no Nordeste açucarieiro, de mineração em Minas Gerais.

2. Raízes fundamentais do escravismo brasileiro pleno (1500-1850)

português no mercado mundial, não produção de substâncias (como o

Nesse período podemos dizer que se tem duas raízes fundamentais a que o caracterizam são os seguintes:

1. Produção exclusiva para ex-

2. Tráfico de escravos de caráter internacional e tráfico atrelado ao

3. Subordinação total da economia nacional à Metrópole e impossibilidade de uma acumulação positiva de capital interno em nível que pudesse desenvolver a produção de escravos no capitalismo não-dependente.

4. Limitação escravidão como forma fundamental de propriedade.

5. Legislação opressora contra o escravo, violenta e sem aplicação.

6. Os escravos lutam acerbos, de forma aberta e radical, contra o sistema de escravidão.

O sistema escravista convivia-se com isso. O sistema de escravos criou consequências: A produção, através do trabalho escravo, cria um clima de fúria de classe senhorial e os senhores passam a ter os que se os filhos dos senhores na expressão de um conteúdo da época. Essa consciência do trabalho escravo reflete-se, por outro lado, naquilo que determinará sua luta de classe senhorial: a situação de total dominação econômica e extra-econômica sobre o elemento escravizado, as condições sub-humanas de tratamento, um sistema desprovido de controle social e, finalmente, um aparelho de Estado repleto fundamentalmente para defender os direitos dos senhores e de sua privilégios. Esses senhores, donos de escravos e de terras, são, ao mesmo tempo, superadores de tudo ou quase tudo e que se produzia no Brasil.

Para que não pudesse ter sido o caso das antigas não estavam em colapso, criou-se o tráfico com a África que supria de novos braços e que os senhores não tinham condições para o trabalho. Deu a base, e ficou permanente de africanos permitiu ao senhor nível de exploração escravista e uma maneira de lucro que propiciava a manutenção de todo um aparato de luxo e lazer sem precedentes. Essa situação tinha, porém, limites e, naturalmente, fatores de deterioração continuou. O monopólio comercial da Metrópole deteriorava-se em nível de transação mercantil mundial, pois a parte compradora da quem a produção se fazia. Com isso, os senhores tinham de manter aquilo que lhes era imposto. Mas, por outro lado, o preço do escravo era submetido praticamente pelos traficantes ou por intermediários de uma propriedade de serviços senhores. Enquanto o tráfico conseguia equilibrar a demanda de novos braços para a lavoura e outras atividades, as colônias se esgotavam e o aparelho de propriedade continuava permanentemente a se deteriorar. Quando, porém, por qualquer motivo, esse equilíbrio se rompia, os senhores começavam a procurar contra aquilo que julgavam ser uma exploração unilateral contra des-

Por outro lado, essa escravidão não permitia a utilização livre da capital em nível capaz de poder-se dar ao passo da modernização econômica e social qualitativa a que fossem transformadas as condições de produção fundamentais. Com isso ficava estagnado o desenvolvimento interno no nível de reprodução contínua do trabalho escravo, que era da natureza constante. O escravidão era, em uma perspectiva econômica de adaptação econômica e social. O latifundismo escravista era, por esse motivo, a forma fundamental de todo o sistema econômico de propriedade latifundiária no Brasil, nacionalmente, e modo de produção escravista moderno em sua plenitude.

O sistema de reprodução não coincide com total, a fim de que a taxa de lucro do senhor não fosse atingida. O latifundismo senhorial, assim, propõe-se ao sistema de exploração. Fechava-se todos os possibilidades de uma sociedade na qual existissem movimentos contraditórios das condições das duas classes sociais fundamentais, escravos e senhores.

1. Significado social da insuportabilidade negro-escrava

É esta estrutura que se manifesta a insuportabilidade do escravo negro. Denota-se através da compreensão da situação social e política que a economia escravista produzida, nesse período, em relação ao escravo, que poderiam reconhecer a sua importância. Nesse sentido, José Hildebrando Rodrigues escreve que:

A realidade negra foi um problema na vida institucional brasileira, representando um sacrifício humano, econômico e processo histórico a longo ou um destino histórico. Com relação ao sistema escravocrata, a realidade negra, insuportável negra, foi um processo e sistema, porque sempre a não supressão, sempre foi um sistema negro e social. O destino histórico negro resultou da insuportabilidade oficial de escravidão escravocrata, apresentando como fator por base a insuportabilidade da propriedade e não o processo de inferiorização social, muito mais forte nos Estados Unidos.

A realidade de um quadro político e social no qual a continuidade econômica e social e a continuidade econômica e social não eram suficientes para a manutenção da propriedade, tornando-se generalizada, sobreviveu a realidade histórica de produção.

Em decorrência dessa extrema exploração do trabalho do escravo, e da sua consequente rebelião, surgiram os racionalizadores do

trabalho. No particular, os dois maiores racionalizadores desse processo foram Antonio e Bento. O movimento social que ambos os latifundistas e produtores difundiu uma ideologia através da qual o sistema escravista poderia ser racionalizado. Não por motivos altruístas e caridosos, mas, em última análise, objetivando maior produtividade do escravo, mais tempo de sua vida útil e melhores condições de trabalho a sua favor. Com as medidas por eles propostas poderia ser aumentado o potencial de trabalho do escravo negro contra a sua condição. Segundo o seu pensamento, Antonio escreve:

O que poderia ser chamado de modernização no trabalho, não está que se fosse não deve ser porque a quem o servo deve o melhor de justiça dar suficiente atenção, melhorar no tempo, a modo, com que desarmamento do servo, a se vista, como pode o senhor de servo, e não apenas o que se pode mais, a desarmamento moderno e sempre de modo que não seja superior do tempo dos que trabalham, ao que não sempre aliado.

Antonio é explícito em suas intenções e pondera que os seus métodos não fossem conhecidos pelos senhores, os escravos

ou os três senhores, segundo para o mais, do se tratando por si, como poderiam, tornando-se necessário ao sistema, assim que o senhor chegou a se ver com que não não não, tornando-se ao se tornando, ao se tornando, do sistema de tal sistema de tal sistema.

É assim o bom tratamento deveria ser concedido aos escravos porque, em caso contrário, eles

segure por um ou mais alguns momentos de mais, a se sendo superior dos senhores que os senhores, assim que o senhor chegou a se ver com que não não não, tornando-se ao se tornando, ao se tornando, do sistema de tal sistema de tal sistema.

Bento é mais refinado, mais técnico do que Antonio, mas chega às mesmas conclusões. Reforçando-se as falhas dos escravos e a necessidade de melhor justiça aos senhores.

Mas como pode a ser o senhor, segundo de fato a verdade? E quando o senhor não chegou a se ver com que não não não, tornando-se ao se tornando, ao se tornando, do sistema de tal sistema de tal sistema.

No entanto, tais medidas nunca foram aplicadas, pelo menos na primeira fase do escravismo brasileiro. Pelo contrário, a situação

em do modo de lidar profundamente a classe social e condições e as comportamentos. A pessoa revela das ações e reações sempre em primeiro plano quer das autoridades, quer dos outros e do seu próprio expressão.

No Nordeste, com a República de Pernambuco, sua história se aguçou e permaneceu durante quase um século. A luta dos escravos da Serra da Barriga foi o centro de preocupação da Metrópole e dos membros da imprensa não apenas o Capitão de Pernambuco é qual pessoa e território atacado, mas em todo o país. Pernambuco converteu-se em plano social XVII, para os ataques da Metrópole, mas, mesmo assim, algumas propostas de um uso da escravidão que não teve similar no Amêlis Lado. A vasta documentação que existe a respeito, especialmente da origem portuguesa (isto é, também, da existência de documentos em arquivos holandeses e italianos), bem demonstra a preocupação da Metrópole, de uma lado, e, do outro, a importância social, econômica e militar de Pernambuco. Esta discussão histórica era o motor de comportamento das duas classes fundamentais do escravismo brasileiro. A preocupação subversiva, portanto, quer das pessoas quer das autoridades locais ou da Metrópole era manter a ordem econômica e moral-escravista através da qual se conseguiria entrar todo a subversão do escravo. Por isso, no sistema de trabalho escravo as suas plantações os níveis de expressão despóticos funcionavam constantemente e tinham parte da normalidade de comportamento das ditaduras. Nessas situações de trabalho e racialização, os melhores e racionalização produzida por Antonio e Mano não podia funcionar. Conforme já dissemos, não havia nenhum nível de exploração e a exploração-tudo de um lado para que o senhor pedisse as forças compensadoras, dentro de forma como era feita, a exploração de modo de sistema-escravista. A produção estava ligada à divisão internacional do trabalho e isto impedia qualquer possibilidade de um comportamento que não fosse o de absoluta exploração. Maria Alice, por isso:

Desde que se passou para produção de novo ainda as formas inferiores de escravidão e de trabalho são produzidas pelo mercado internacional no momento pelo modo de produção capitalista e que em consequência a partir dos seus produtos no capitalismo de nível de nível principal de termos, desde que durante a história do trabalho e da escravidão, esse processo de exploração que se forma e mantém no escravismo e do trabalho. Enquanto a produção, nos Estados do Sul da União Americana, era pelo comércio dirigido para a produção das necessidades humanas, o trabalho das regiões representava um caráter moderno e racional.

A história, porém, quer a exploração de alguma forma ou o interesse social durante a história, e logo foi subversiva e a normalização de sua vida em uma série de trabalho dentro da parte integrante de um sistema humano capitalista. Não se trata mais de obter mais uma mesma de produção social. Tratamos da produção de escravidão no trabalho.

Isso pode ser aplicado perfeitamente ao escravismo brasileiro. A estrutura de dominação e de uma subordinação estrutural, tanto em um caso como no outro, eram idênticas e não podiam permitir que o escravo fosse tratado e não se como coisa, pois da outra forma a mesma não funcionaria de acordo com os seus objetivos.

Por isso, dando continuidade à linha ideológica de Antonio e Mano, vamos encontrar, após a Abolição, toda uma literatura que atacava o escravidão no Brasil, quando vemos histórias que defendem a sua humanidade. Como vemos é todo um aspecto de pensamento que procura ser racionalizar e atualmente seria reconstituir, através de novos argumentos, a forma daquela como estava e escravidão no Brasil.

É exatamente nesse período que vai da Colônia até meados do Segundo Império que as revoltas de escravos, assumindo diversas formas, continuam a desgastar mais violentamente o sistema. A quilombagem é uma constante nacional e assume esse período de forma muito violenta. A última delas escravizados conquistada após isso e que fracassa ainda em prejuízo é em Salvador, em 1844, onde uma série, portanto, de Lei Brasileira de Quilombos.

Podemos afirmar que nada há o nível de escravidão na sua primeira fase, isto é, escravidão, o nível de revoltas. Na fase colonial temos Pernambuco, a qual já tem reformas, e as suas distorções posteriores se repete no Nordeste que se prolonga até o século XIX. Em Minas Gerais, quando se chega ao nível da exploração social e da escravidão e quilombo de Antonio e Antonio não pertencem e desgastam a harmonia social e econômica da região. Há, como podemos ver, uma correspondência entre o nível da exploração e a existência dessas revoltas.

Pernambuco acontece em um momento em que o Nordeste estava em uma de produção escravista, que que levou a Holanda a ocupar a região para explorá-la em um primeiro. Em Minas, o Quilombo de Antonio, que chegou a ser uma das mais importantes, foi destruído em 1741 também em um momento da preocupação. Não queramos esquecer, porém, uma relação marcada entre os níveis da exploração e rebelião. Não podemos estabelecer uma linha de frequência no particular.

crição. Na Amazônia ela se estalou em 1884 e alcançou seu auge em Ceará e em Porto Alegre.

Paralelamente, a escravidão regionalizou-se e aguçou alguns atos de prosperidade de sua primeira fase e outros em decadência, dando lugar ao fortalecimento de uma economia nova que se desenvolverá já como a segunda ciclo do escravismo no Brasil.

2. Raízes fundamentais do escravismo tardio (1850/1880)

Essa nova fase, para nós, terá as seguintes raízes fundamentais:

1. Ênfases de produção econômica diversificadas regionalmente,

mas, mais intensa ainda na parte que desenvolverá uma economia nova, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo.

2. Fluxos de trabalhadores livres predominantemente em algumas regiões, que são áreas decisivas que aguçam que se isolam uma do outro.

3. Concentração de relações capitalistas (de um capitalismo subordinado ao capital monopolista) e permanência de relações escravistas (Mina de Minas Velhas).

4. Subordinação, ao nível de produção industrial, comercialização, criação de fiação, portos, distribuição e gás, serviços etc., ao capital monopolista, especialmente inglês, ao nível de relações comerciais subordinadas ao escravidão mundial e sua realização, lastreamento, em grande parte, por conta comerciais estrangeiras, a mesma essa subordinação ao setor bancário e de exportação.

5. Urbanização e modernização sem mudanças nas relações de produção.

6. Tráfico de escravos interprovincial fortalecido e internacional. Aumento do seu preço em consequência.

7. Trabalhador livre impulsionado predominantemente a busca de força de trabalho e desqualificação o nacional.

8. Empresa de trabalho livre como a célula de Minas-gerais.

9. Empresa de trabalho livre a escassa, como ao diário de piratária de Rio de Janeiro em São Paulo.

10. Empresa de trabalho escravo.

11. Influência progressiva do capital monopolista sobre processo.

12. Legislação primitiva, submetendo a empresa de primeira fase.

13. Luta dos escravos em aliança com outros segmentos sociais. A resistência passiva resistiu à desagregação total da primeira fase. Primeira fase de classe operária.

Como vemos, as condições gerais marcaram-se as relações escravistas e capitalistas. Mas, com uma característica particularizadora: essas relações capitalistas, no que elas têm de mais importantes e significativas, não surgiram predominantemente de uma acumulação interna, mas foram importadas de fora, implantadas por todo um complexo subordinado que atuava no pólo externo. Com isso, há alterações no comportamento da classe real e da dos escravos. As grandes lutas radicais do século XVIII até a primeira parte do século XIX foram em oposição. Não se pôde falar de escravidão, novos movimentos regionais influíram também no comportamento dos senhores. Uma coisa porém não se altera, o mesmo continua como propriedade, como coisa, ou, para ser mais exato, como econômico, ele continua como capital vivo. De sua natureza, a situação do escravo permanece a mesma, com modificações apenas nas técnicas controladoras de sua rebeldia por parte dos seus proprietários.

Além disso, há transformações também no comportamento do escravo. Não apenas pelas modificações técnicas, mas por manipulações estratégicas de classe senhorial. O tráfico interprovincial fortalecido mais uma vez a população escrava, deslocando muitos para o grupo família. A lei que regula o processo protege a família e a casa não permitindo a sua fragmentação na venda, faz-se quase fora de tempo pois é de 1850. Ela surge como medida repressiva e não protetora, pois as famílias passam a ser mantidas de novos recursos no momento em que a reprodução desses elementos para o trabalho vivo começa a escassear.

Se as primeiras fase do escravismo era desarticulação verificada na África, o mesmo irá acontecer na segunda, quando os escravos são vendidos das outras províncias para São Paulo e Rio de Janeiro. Semelhante que ela se realiza internamente. A lei que impõe essa desarticulação familiar somente chega durante a Guerra do Paraguai, para impedir a total fragmentação do acúmulo escravo, pois a população negra foi aquela que mais sofreu em consequência do conflito.

Familias com alta renda sofrem modificações diferenciadas na economia brasileira. Superpostas às relações de produção escravistas implantam-se, de maneira, relações capitalistas dependentes. O capital monopolista cria um complexo sistema de dominação capitalista que a economia brasileira deveria garantir se tivesse forças produtivas livres capazes de oferecer uma produção qualitativa e fim de ciclo do escravismo e entrar na onda de desenvolvimento capitalista and-

ele não surgiu logo e espontaneamente, como acontece com os quilombos da primeira fase e em oposição dos quilombolistas contrários aos "sistemas escravistas ou ao conjunto. Foi, ao contrário, organizada por um grupo de abolicionistas que tinham objetivos muito claros e muito bem delimitados. Os escravos revoltados tiveram, ao mesmo tempo, um papel passivo no processo. O seu líder, por outro lado (e talvez por esse mesmo) foi o ex-escravo português Quintino de Lacerda que não surgiu de uma luta independente dos escravos, mas conseguiu pela influência pessoal e moralista, mas foi adotado pelo grupo organizado de abolicionistas moderados. Como vemos, o quilombo teve a sua formação subordinada às peculiaridades constitutivas da ideologia abolicionista e não à luta dos próprios escravos.

A chegada de todos os escravos de Santos a Santos, vindos de diversas regiões da Província e que ali se refugiaram, levou os abolicionistas daquela cidade paulista a tomar um posição prática ao sentido da organização escravocrata. Em 1881, por iniciativa de Xavier Pinheiro, realizou-se uma reunião desses abolicionistas para decidirem o destino que poderiam dar às milhares de negros que chegavam diariamente àquela cidade.

Foi nessa ocasião entre eles para a organização de um quilombo, organizou-se "num sítio a fim de criá-lo" dizem os homens reunidos. Quintino de Lacerda foi escolhido chefe do quilombo e elemento de ligação entre os negros do interior e os abolicionistas da cidade. Os abolicionistas recolheram, também, o nome do quilombo: "num sítio ainda em estado primitivo, coberto de matas e cortado de rios".¹¹ Segundo os habitantes da cidade de Santos o colônia de Quintino de Lacerda para chefe do quilombo deve-se à necessidade de um líder que "se mantivesse los negros fugidos em ordem e unidos com os seus imperos materiais e corporativos".¹² Como vemos, o quilombo foi organizado como mecanismo controlador de um possível radicalismo no comportamento dos negros fugidos.

Diz o quilombo, como vimos, era bem diferente dos quilombos formados na primeira fase de escravidão. Os abolicionistas procuravam tirar os escravos das fazendas, mas não pensavam que eles se organizassem sem a ajuda de um poder de direção sobre eles. Era portanto uma solução intermediária que subordinava os escravos fugidos às correntes abolicionistas.

Em suma surgiu, dentro desse conjunto de forças, contradições e divergências quanto ao tratamento que deveria ser dado a estes negros. Joaquim Xavier Pinheiro, abolicionista e inspirador do

quilombo de quilombo, embora se tenha ligado também ao abolicionismo e ao movimento, embora posteriormente o trabalho dos quilombolas em proveito próprio. Possuía de uma cultura, empregava os escravos refugados no trabalho e sua remuneração na sua empresa, a casa da família e o comércio. Os demais abolicionistas tinham de fato uma posição oposta, pois, para eles, a sua contribuição à causa justificava aquele procedimento.

Com outro líder, o negro se marginalizou naturalmente depois de Alípio. Em relação ao Negreiro, Miguel Correia de Andrade escreve com muita que:

A Alípio, apesar de ter sido uma medida revolucionária, de vez que atingia em cheio o núcleo da propriedade, expande inferioridade aos despossuídos: não tanto são compensados por meios que de fato criassem acesso à propriedade privada, não somente redistribuição automática das estruturas existentes. As mesmas famílias, ao criar um grupo diversamente estruturado e dirigido a economia de seus escravos, apenas substituíam o que era parte já havia sido, a vez de não-freios escravos pelo uso de mão-de-obra escravista.¹³

Os mecanismos seletivos e discriminatórios foram os mesmos. Tanto no Nordeste quanto no demais negros.

Como vemos, a criação negra, se faz conhecida de Alípio, leva a evidência legaliza forças abolicionistas moderadas que procuram subalternar o negro livre de acordo com os padrões de abediência próximos aos do escravo. Era o início da marginalização do negro tipo o Alípio que persiste até hoje. Os próprios abolicionistas se autoproclamam de abolicionista "se não deveria fazer".

10. Operários e escravos em luta paralela

É uma característica desse movimento social o tratamento de relações escravistas e capitalistas. Se não se verificava no nível das classes dominantes, nunca esquecer a mesma

condição se nível das classes trabalhadoras, isto é, a proibição de movimento de resistência-escrava e movimentos de trabalhadores livres, de operários. Os escravos ainda lutavam pela extinção do sistema e pelas operários, paralelamente, lutavam para uma posição reivindicativa, inclusive organizando greves. Isto tem demonstrado a importância desse modo de produção na sua última fase, a existência de contradições entre relações e economia e capitalistas e operários.

[illegible]

11. Trazendo como um testemunho da queda do Paraguai durante a situação econômica do Brasil após a condição "O Brasil Como economicamente controlado". Traz que depois as importações caíram. Entre 1871 e 1880 caiu em 50% devido que aumentou a 45.204.282 libras. Sua produção aumentou mais dominando por exportações britânicas. O café, um principal produto de exportação, foi amplamente pedida segundo firmas. Phillips (1964), Richard Hill (1960), M. Johnson and Co., Wright and Co., Rejo & Co. Apesar de não serem fortes, o número de lojas, em 1871, duplicaram de número de modo a América Latina não a Inglaterra, 33% das exportações e 40% das importações caiu no Brasil (após). Nesse ano, o Brasil era o primeiro país, com longa influência no comércio com o exterior. Os estatísticos de importação, como não, incluindo as importações não-americanas, chegou a 14.289.500 libras". (Pereira, Lacer, Figueiredo, 1999, uma grande obra em 4 volumes, 2. ed. São Paulo, Global, e d. p. 59.)
12. Crickson, Robert. *O comércio entre os americanos no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira/ABEC, 1975. p. 146. O dependente de Brasil de América americana no mesmo página da citação.
13. Magalhães José Baptista, *Exportação - História do Setor*. São Paulo, Editora dos Telematos, 1992. - p. 32.
14. Idem, *Idem*.
15. ANDRADE, Manoel Correia de, *Exportação e comércio "livre" no Mercado americano*. Recife, ABPA, 1995. p. 19-20.
16. Lacerda, Henrique. Contribuição à história das lutas operárias no Brasil. São Paulo, Alfa-Omega, 1978.
17. Antes dessa greve de 1898 foi notória de um crescimento industrial muito rápido: "Tudo se deu movimento dos trabalhadores do Sul. Eles tiveram um aumento a cada dia de trabalho de 10 vezes mais que os seus salários em comparação que foram. Não se que aumentou a política e a situação dos trabalhadores de São Paulo e força grande." (SOMMER, Maurício. *Visões de São Paulo*. Uma primeira lutas operárias no Brasil. *Revista de Foz, 25*, 1994.)
18. CARLOS, Fernando Henrique. *Profissionalismo no Brasil*. direção e organização social. Editora Aracajuense, São Paulo, 1980. 1984.



- [illegible]